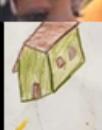


Colheita indígena

Práticas investigativas como
experiência de autoformação
e afetação coletiva



Carolina Tamayo Osorio
Eric Machado Paulucci
Rafael Antunes Machado

organizadores

Colheita indígena

Práticas investigativas como
experiência de autoformação
e afetação coletiva

Colheita indígena

Práticas investigativas como
experiência de autoformação
e afetação coletiva



Carolina Tamayo Osorio
Eric Machado Paulucci
Rafael Antunes Machado

organizadores



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Diretora Andréa Moreno

Vice-Diretora Vanessa Ferraz Almeida Neves

CONSELHO EDITORIAL

Telma Borges da Silva – Administração Escolar

Juliana Batista dos Reis – Ciências Aplicadas à Educação

Juliana de Fátima Souza – Métodos e Técnicas de Ensino

Danilo Marques Silva – Representante discente (PPGE)

Stephanie Rebeca Medeiros Maria – Representante discente (PROMESTRE)

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Ana Elisa Ribeiro; Antonio Vicente Marafioti Garnica; Breyunner Ricardo de Oliveira; Carmen Lúcia Brancaglion Passos; Cezar Luiz De Mari; Conceição Aparecida Oliveira dos Santos; Danilo Marques Silva; Fernanda Castro; Gelsa Knijnik Gláucia Jorge; Hércules Tôledo Corrêa; José Leonardo Rolim Severo; Lenilda Rêgo Albuquerque De Faria; Lia Tiriba; Liane Castro de Araujo; Marcelo Lima; Maria de Fátima Barbosa Abdalla; Maria Fernanda Rezende Nunes; Maria Rita Neto Sales Oliveira; Marina Alves Amorim; Marlecio Maknamara; Mitsuko Antunes; Nilmara Braga Mozzer; Patrícia Corsino; Regilson Maciel Borges; Rita Márcia Furtado; Simone de Freitas Gallina; Surya Aaronovich Pombo de Barros; Tacyana Karla Gomes Ramos; Verônica Mendes Pereira; Walesson Gomes da Silva.

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Daniel Melo; Eduardo José Campechano Escalona; Eric Plaisance; Felipe Andres Zurita Garrido; Freddy Varona Domínguez; Hervé Breton; João Carlos Relvão Caetano; Juan Arturo Maguiña Agüero; Margarida Alves Martins; Mirta Castedo; Roser Boix Tomás; Rufino Adriano; Sébastien Ponnou; Silvia Parrat Dayan.

© os organizadores, 2025.

C695 Colheita indígena : práticas investigativas como experiência de autoformação e afetação coletiva / Carolina Tamayo Osorio, Eric Machado Paulucci, Rafael Antunes Machado (orgs.). -- Belo Horizonte : Editora Selo FaE, 2025.
177 p. : il., color.

ISBN: 978-65-88446-78-2.
[Vários autores].

1. Universidade Federal de Minas Gerais -- Faculdade de Educação -- Formação Intercultural para Educadores Indígenas.
2. Educação. 3. Professores indígenas -- Formação. 4. Povos indígenas -- Educação. 5. Índigenas -- Maternidade. 6. Arte indígena. 7. COVID-19 Pandemia, 2020- -- Isolamento social -- Complicações e consequências - Aspectos educacionais.
I. Título. II. Tamayo-Osorio, Carolina. III. Paulucci, Eric Machado, 1994-. IV. Machado, Rafael Antunes, 1987-.

CDD- 371.9798

Catalogação da fonte: Biblioteca da FaE/UFGM (Setor de referência)
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O

EDITORA SELO FAE

Editor-Chefe Ademilson de Sousa Soares

Editora-Adjunta Ana Maria de Oliveira Galvão

Coordenação editorial Olívia Almeida

Assistente editorial Ana Clara Moyen

Projeto gráfico Izabela Barreto

Preparação Ana Clara Moyen

Diagramação e capa Izabela Barreto

sumário

7 Apresentação

Gritos de corpos

Carolina Tamayo Osorio

Eric Machado Paulucci

Rafael Antunes Machado

16 Entre as telas e a terra

o papel da mulher indígena Xakriabá em tempos de pandemia

Luana Leite Pinheiro Bizerra

40 Participação das mulheres Xakriabá na política interna e seus impactos na vida comunitária

Edinalva Fernandes Ribeiro

Ailton Nunes Ribeiro

60 Maternidade e pesquisa no meio da pandemia

experiências de mulheres indígenas universitárias

Adrielle Alves da Rocha

74 É assim que é feito

infância indígena Pataxó em tempos de pandemia na aldeia Águas Belas

Uilian Conceição de Souza Rodrigues

98 Narrativas da vida escolar durante a pandemia na unidade de ensino da

Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha

Thaís de Oliveira dos Santos

121 Nossa etnomatemática é a matemática do olhar

práticas de produção de artesanato Pataxó

Estéfani Cecílio dos Santos

149 Reivindicações de jovens indígenas através do rap

Ichaury Alvez Braz

172 Sobre os autores e organizadores



Apresentação

Gritos de corpos

Carolina Tamayo Osorio
Eric Machado Paulucci
Rafael Antunes Machado

Como citar este capítulo

TAMAYO-OSORIO, Carolina; PAULUCCI, Eric Machado; MACHADO, Rafael Antunes. Apresentação. In: TAMAYO-OSORIO, Carolina; PAULUCCI, Eric Machado; MACHADO, Rafael Antunes (org.). *Colheita indígena: práticas investigativas como experiência de autoformação e afetação coletiva*. Belo Horizonte: Editora Selo FaE, 2025. p. 7-15.

*O que quero, com toda força,
é ir me libertando de mim.*

Ficamos, por repetidas vezes, refletindo sobre a epígrafe acima. Buscas pela referência, mas sem sucesso. Talvez fosse necessário investigar com mais afinco. Em alguns momentos, tomamos que o anonimato ou a insuficiência da fonte fizessem parte do charme em se iniciar um texto. A ideia do mistério, da investigação, do que o imaginário pode construir. Por outro lado, em um devaneio de poder, tomar a autoria e fazer dela nossa, como se a prática — qualquer que fosse — estivesse por aí, perambulando no etéreo, e que qualquer caçador de borboletas pudesse capturá-la. Em palavras de Eduardo Viveiros de Castro, prefaciando *A queda do céu* (2015, p. 10), um corpo que “sonha com suas mercadorias venenosas e suas vãs palavras traçadas em pele de papel”.

Colocamo-nos a significar o que a frase traz puramente pela sua grafia, pela sua subjetividade e pelos nossos momentos de escrita em que ela — a frase epigrafada — eram suficientes. Há o antes, há as contrações de quem a fez nascer, há a autoria, há as subjacências por trás do explícito. Há, sobretudo, a voz que fala, mas não um corpo que emoldura seu próprio timbre e historicidade. Um corpo que, por meio de afetações múltiplas, significou e produziu a necessidade de se libertar de si mesmo. Até quando nos portaremos como esse “caçador”?

“

Há muito tempo não existe alguém que pense com a liberdade do que aprendemos a chamar de cientista. Acabaram os cientistas. Toda pessoa que seja capaz de trazer uma inovação nos processos que conhecemos é capturada pela máquina de fazer coisas, da mercadoria (Krenak, 2019, p. 31).

Dias atrás, com amigos, começamos num jogo de adivinhar títulos de filmes que tiveram certa notoriedade em um determinado tempo e contexto, a partir de suas músicas-tema. Rolou de tudo, de animação à guerra. Entretanto, algo se apossou do momento de uma maneira inesperada. Central do Brasil, filme brasileiro de 1998, com uma trilha sonora que levou alguns de nós para além do agora... Uma libertação? Em que estávamos presos?

Pois bem, a música que nos remeteu ao filme, de Antonio Pinto e Jaques Morelenbaum, inteiramente instrumental, produziu um misto de sensações, que iam desde quem estávamos em 1998 até o que experienciamos hoje, 26 anos após escutar o tema pela primeira vez. Há uma progressão de calmaria, de uma caminhada sutil, com paradas para respiro ou apreciação, até um trote mais intenso, talvez sôfrego, mas com resquícios da tranquilidade anterior. Conseguimos significar tudo isso pelo conjunto de estímulos que nos atravessaram desde a película e se uniram às nossas constituições enquanto seres naturais. A autoria, aqui, reconhecida e lavrada em selo, não foi usurpada, mas recorrentemente enaltecia a cada reprodução da música. O que podemos sentir a partir de estímulos de outros corpos? Como inscrições outras ecoam em nossas práticas cotidianas?

Para além da epígrafe e da composição, há autorias que nos circundam, nos movem e são constitutivas de processos íntimos e, também, coletivos. E, ultrapassando o audível, há corpos que se movem em alegria, em tremores, em incertezas e, sobretudo, em lutas.

Aos poucos e ao longo de muito tempo,

“

excluímos da vida, localmente, as formas de organização que não estão integradas ao mundo da mercadoria, pondo em risco todas as outras formas de viver – pelo menos as que fomos animados a pensar como possíveis, em que havia corresponsabilidade com os lugares onde vivemos e o respeito pelo direito à vida dos seres, e não só dessa abstração que nos permitimos constituir como uma humanidade, que exclui todas as outras e todos os outros seres (Krenak, 2019, p. 23).

Busquemos, então, narrativas que nos entusiasmem. Busquemos corpos e saberes com autorias e espaços reconhecidos. Aprendamos, assim como canta Arnaldo Antunes, que “a semente ensina a não caber em si” (1996).

Neste viés, o presente livro intitulado *Colheita indígena: práticas investigativas como experiência de autoformação e afetação coletiva*, apresenta-se em sete percursos formativos do Curso de Licenciatura de Formação Intercultural de Educadores Indígenas (FIEI).

O curso está em atividade

“

desde 2009 e tem como objetivo formar e habilitar professores indígenas, em caráter de licenciatura plena, com enfoque intercultural para lecionar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, com quatro áreas de habilitação: Línguas, Artes e Literaturas; Matemática; Ciências da Vida e da Natureza; e Ciências Sociais e Humanidades. A contextualização do processo de formação tem como referência a realidade dos povos indígenas, em especial a realidade da educação escolar indígena no país, tanto no que se refere às políticas públicas vigentes como aos diversos processos de implantação das escolas indígenas específicas, interculturais e bilíngues. O destaque é dado à relação com o território, uma vez que grande parte das etnias indígenas têm problemas relacionados com o acesso ao seu território tradicional, bem como a necessidade de criar meios de sustentabilidade e da autogestão em territórios sempre pressionados pelo sistema de produção dominante e pelas disputas por ele geradas em relação às populações locais (FIEI, s.d.).

Os trabalhos,¹ defendidos pelos estudantes indígenas e orientados por alguns professores integrantes do grupo de pesquisa insurgir,² trazem temáticas potentes

¹ Todos os trabalhos, em versão integral, estão disponíveis no link: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/recursos-online/monografias-do-fiei/>.

² O grupo de pesquisa inSURgir, sediado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), procura atender à demanda por uma educação (matemática) capaz de se produzir decolonialmente. O grupo inSURgir tem como proposta pensar processos educativos, formativos e de pesquisa em um movimento de resistência e insurgência, buscando expor, lutar e superar as dimensões da colonialidade, do patriarcado e do neoliberalismo que participam desses processos. Os pesquisadores, professores e estudantes de graduação e pós-graduação que participam deste coletivo, propõem insurgir uma Educação apesar da matriz colonial de poder e que supere as desigualdades por ela produzidas. O grupo é de caráter interinstitucional e tem ações de ensino, de pesquisa, de extensão e de formação inicial e continuada de professores para enfrentar as disparidades culturais, sociais, políticas, territoriais, ambientais, raciais, de gênero e sexualidade, geracionais e tantas outras produzidas pelo avanço das agendas neocoloniais e neoliberais na América Latina. As linhas de atuação do grupo e nas quais se enquadram as suas pesquisas são, atualmente: 1 - (Re)existências

que circundam as lutas, os impasses, as reivindicações e as negligências que ainda imperam sobre os povos originários. Trazem, também, reflexões acerca da maternidade, dos protagonismos femininos, da arte, da educação e olhares de indígenas acerca da pandemia da Covid-19. As temáticas, sobretudo, revelam autorias e expandem-se em pulsões de vida que não se contentam às páginas, mas se extrapolam em vivências ancestrais, presentes e futuras.

O capítulo 1 da obra traz o trabalho da estudante Luana Leite Pinheiro Bizerra intitulado “Entre telas e a terra: o papel da mulher indígena Xakriabá em tempos de Pandemia”. O trabalho analisa o papel da mulher Xakriabá frente aos desafios ocasionados pela pandemia da Covid-19. A participação social, cultural e política das mulheres de povos originários envolve diferentes e criativas narrativas determinantes na luta pelo território e na conservação da cosmogonia Xakriabá.

Ao desvelar o protagonismo de indígenas ativistas na elaboração de narrativas nos espaços da web e nos territórios do povo Xakriabá, a estudante Luana concebe-as como vozes ativas e produtoras de luta e resistência. As mulheres Xakriabá, como parte do movimento indígena que, há centenas de anos, luta pela preservação da natureza e pela demarcação de terras, ecoam nesta pesquisa por meio de suas reivindicações nas mídias sociais e no território.

O capítulo 2 apresenta o trabalho dos estudantes Edinalva Fernandes Ribeiro e Ailton Nunes Ribeiro, intitulado “Participação das mulheres Xakriabá na política interna e seus impactos na vida comunitária”. O texto surge da constatação de que muitas mulheres indígenas Xakriabá sempre estiveram engajadas na luta e na participação da política interna de suas comunidades, mesmo que sujeitadas a pouca visibilidade.

Partindo das premissas da história oral, os autores se inspiram no protagonismo de seis mulheres expoentes em todas as manobras de resistência e atividades políticas internas às suas comunidades. Ainda que olhar e falar da mulher indígena não seja uma tarefa fácil, os autores defendem a força e as repercussões positivas de seus

e insurgências de territórios, de corpos e de sabedorias pela educação e, 2 - (Re)existências e insurgências da educação escolar, da formação de educadores/as e de políticas educacionais.

esforços como mães, agricultoras, artesãs, parteiras, benzedeiras e, sobretudo, ativistas da causa indígena.

O capítulo 3, de autoria de Adriele Alves da Rocha, recebe o título “Maternidade e pesquisa em meio à pandemia: experiências de mulheres indígenas universitárias”. Em se tratando da importância em se habitar/ocupar a Universidade, a pesquisa apresenta, com auxílio de entrevistas, as trajetórias de cinco mulheres indígenas grávidas incluindo – a da própria autora – envolvidas no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas durante a pandemia provocada pela Covid-19.

Pela pesquisa, são resgatados e sistematizados as aprendizagens e os desafios destas mulheres em relação ao se fazer pesquisa acadêmica em meio à pandemia em condição gestacional e puerpério. Objetiva-se, pela escrita apresentada, contribuir com debates acadêmicos, políticos e sociais que permitam associar as práticas de pesquisa de mulheres indígenas que acontecem na universidade ao processo de luta e resistência coletivas.

O capítulo 4, desenvolvido pelo estudante Uilian Conceição de Souza Rodrigues, é intitulado “É assim que é feito: infância indígena Pataxó em tempos de pandemia da Aldeia Águas Belas”. O percurso do estudante problematiza-se em torno do questionamento “Como as crianças indígenas Pataxó da Aldeia Águas Belas se relacionaram com a educação tradicional desenvolvida em tempos de pandemia?” Para problematizar a pergunta, a pesquisa de campo foi desenvolvida junto a famílias da comunidade Pataxó de Águas Belas no sul da Bahia (Brasil) a partir do acompanhamento de diversas práticas socioculturais das quais crianças participavam.

A investigação contemplada no trabalho revela a importância da permanência no tempo da Educação Tradicional Pataxó, aquela que acontece para além da escolarização. Com a pandemia da Covid-19, as rotinas, em suma, das famílias no mundo foram alteradas, o que não seria diferente com a de famílias indígenas. A educação escolar indígena fechou, fisicamente, as portas, mas a Educação Tradicional Indígena Pataxó continuou acontecendo, o que permitiu que as crianças continuassem aprendendo, “porque é assim que é feito”, como relata Uilian.

O capítulo 5, cuja autora é Thaís de Oliveira dos Santos, recebe o título “Narrativas da vida escolar durante a pandemia na unidade de ensino da escola indígena Pataxó de Coroa Vermelha”. O texto apresentado registra as narrativas produzidas por um professor e três membros da equipe de gestão da Unidade de Ensino da Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha a fim de descrever os impactos da pandemia de Covid-19 na Educação Escolar Indígena do povo Pataxó de Coroa Vermelha.

Nas entrevistas, a autora se atentou para os desafios enfrentados durante o ensino remoto, o uso de equipamentos tecnológicos e o processo de elaboração e entrega de atividades escolares, a fim de conhecer o novo funcionamento da escola em questão. As narrativas apontaram carências e ausências no desenvolvimento das atividades de ensino e gestão, como falta de acesso à internet e de equipamentos tecnológicos adequados para a adaptação ao ensino remoto. O apoio das lideranças e organizações locais foi de importância ímpar no transcorrer da pandemia e, apesar das omissões, a pesquisa revela estratégias adotadas pelo corpo escolar para enfrentar esses desafios, destacando-se o uso de materiais impressos.

Rememoramos, aqui, passagem de Ailton Krenak em *Futuro Ancestral* (2022) que caracteriza bem o conceito e a situação de escola, quando afirma que

“

Escola não é prédio, mas uma experiência geracional de troca que deveria ser enriquecida e valorizada, na qual as pessoas que passaram por coisas distintas podem compartilhar conteúdos que ajudem as crianças a se prepararem para a vida adulta (Krenak, 2022, p. 59).

O capítulo 6, por sua vez, é de autoria de Estéfani Cecílio dos Santos e tem por título “Nossa Etnomatemática é a matemática do olhar: práticas de produção de artesanato Pataxó”. A pesquisa que origina o capítulo tem o intuito de ressaltar a importância do artesanato para o fortalecimento cultural e identidade do povo Pataxó. Através da escrita, a autora aborda as matemáticas envolvidas na produção dos artesanatos, entrelaçando as narrativas de indígenas Pataxó, contando com a própria, inclusive.

A autora traz relatos pessoais, de diferentes lugares, a partir da experiência com a escola indígena – espaço para semear os saberes Pataxó –, motriz para o trabalho

de conclusão de curso. Ressalta, ainda, a importância do artesanato em sua vida, as aprendizagens compartilhadas com essa prática tão rica em história e intimamente atrelada à natureza.

Por fim, o capítulo 7, do autor Icharuy Alves Braz, recebe o título “Reivindicações de jovens indígenas por meio do rap”. O capítulo dialoga, constantemente, com a produção de jovens *rappers* indígenas brasileiros acerca de reivindicações por território, saúde e educação. O texto é entrelaçada por vídeos, músicas e letras de rap, inclusive do próprio autor, que também é rapper.

Em palavras de Icharuy, TX Braz, em sua pesquisa de cunho bibliográfico,

“

Salve hayokunã dxaha iōp taputari, me apresento, agora, pataxó Icharuy
Venho através do rap aqui falar o porquê das reivindicações de jovens indígenas
através do rap eu pesquisei...

Quero falar da luta que meu povo tem a um tempão
Pela saúde, território e educação já que o rap faz a ponte e a união
Resolvi usar as rimas como interpretação
E quero deixar avisado que o rap é uma das casas da juventude indígena
Que usa o poder das palavras, é um elo, certamente, que forma essa corrente
E meu desejo é mostrar isso pra toda gente,
guardar nesse trabalho também no coração
Que nosso rap também dá voz à reivindicação
Hoje canto pro mundo me escutar,
mas o foco é que vejam o mundo de onde aprendi a cantar
Através do olhar e de cada rima de quem luta
Com ritmo e poesia.

Davi Kopenawa em diálogo com Bruce Albert em *A queda do céu* (2015) conta que os seus professores (do Bruce Albert) não o haviam ensinado a sonhar, mas os indígenas o fazem. O livro que aqui se abre contempla parte das produções e movimentos que eclodem, incessantemente, por meio da formação de educadores indígenas. Os sonhos, longe das utopias de consumo de um mundo marcado pelo capital, permeiam as manutenções de direitos e o enaltecimento de vozes muitas vezes silenciadas pelo clube da modernidade (Krenak, 2019).

Assim, o semear passa pela escolha adequada das sementes, pelo cuidado com o solo e pelo manejo da plantação. O fim esperado se concretiza com a colheita. Antes da seleção das sementes, primordialmente, deve-se ter em mente o que se pretende com o semear: Qual o intuito daquelas sementes e daqueles esforços? Não se pode esperar milho quando são semeados grãos de feijão.

Fiquemos, então, com as composições dos estudantes que, antes da semeadura, trazem seus territórios em seus corpos e, nas suas palavras, chamados de atenção e significação de lugares.

Referências

BURACO. Intérprete: Arnaldo Antunes. Compositor: Arnaldo Antunes. In: O SILENCIO. São Paulo: RCA records, 1996. 1 CD, faixa 8.

FORMAÇÃO Intercultural para Educadores Indígenas. Disponível em: <https://fiei.fae.ufmg.br/o-curso/>. Acesso em: 24 set. 2023.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Schwarcz S.A., 2015.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Schwarcz S.A., 2019.

KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Schwarcz S.A., 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Prefácio: O recado da mata. In: KOPENAWA, D.; ALBERT, B. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Schwarcz S.A., 2015. p. 8-50.



Entre as telas e a terra

**o papel da mulher indígena Xakriabá
em tempos de pandemia**

Luana Leite Pinheiro Bizerra

Como citar este capítulo

BIZERRA, Luana Leite Pinheiro. Entre as telas e a terra: o papel da mulher indígena Xakriabá em tempos de pandemia. In: TAMAYO-OSORIO, Carolina; PAULUCCI, Eric Machado; MACHADO, Rafael Antunes (org.). *Colheita indígena: práticas investigativas como experiência de autoformação e afetação coletiva*. Belo Horizonte: Editora Selo FaE, 2025. p. 16-39.

1

O que é ser mulher indígena hoje?
É nascer fazendo resistência. Nascer entendendo que a
nossa mãe, a nossa avó, a terra, está sendo ameaçada.
Que o nosso útero está sendo contaminado. Ser mulher
indígena é, sobretudo, nascer nessa resistência de luta
sem ter tempo nem medo. Diante de um genocídio de
mais de cinco séculos, que nunca termina, ser mulher
indígena e estar na luta não é exatamente uma escolha
pelo ativismo, mas é um ato de resistência. Quando
temos que escolher entre ter medo e continuar lutando
pela vida, a luta pela vida é o que move essa resistência
de ser mulher indígena.
Célia Xakriabá

Início esta escrita com a pergunta “O que é ser mulher indígena hoje?” e retomo a fala de Célia Xakriabá como motor que me impulsiona a pensar sobre os modos de insurgência das mulheres Xakriabá em meio à vida que acontece durante a pandemia provocada pelo vírus Covid-19. Este capítulo de livro mostra um recorte de uma pesquisa desenvolvida para escutar mulheres indígenas Xakriabá que se reinventaram para resistir e lutar pela vida durante o período da pandemia, pois, como diz Célia Xakriabá, “luta pela vida é o que move essa resistência de ser mulher indígena”. Nesse processo de reinvenção, em meio a uma emergência sanitária mundial, as

mulheres Xakriabá criaram mecanismos para resistir “Entre as telas e a terra”, para denunciar crimes ambientais, preservar e divulgar sua cultura, defender seus direitos, mostrar suas condições de vida, assim como às das suas aldeias e povo. Lutas, projetos e denúncias diárias que continuam vigentes e que foram/são colocadas na cena nacional, assim como internacional.

Plataformas digitais como o YouTube se tornaram ferramentas de luta em tempo de isolamento social para os povos indígenas, assim como espaço fundamental na participação das mulheres indígenas nos processos de reivindicação e luta do povo Xakriabá. Essas plataformas virtuais passaram a ser usadas com maior intensidade pelos Xakriabás para superar a pouca participação, por exemplo, nas mídias televisivas durante a pandemia.

A internet, assim, acabou se fazendo um canal de comunicação fundamental para a transmissão de conhecimentos, de lutas e de reivindicações absolutamente pertinentes no contexto atual Xakriabá e brasileiro. A explosão de lives, de podcasts, de vídeos, de fotografias e de informativos com o protagonismo indígena alcançou destaque nas redes durante a pandemia. A união de esforços dos povos de diversos cantos do país no mundo virtual foi fundamental para a comunicação entre profissionais da saúde e indígenas localizados nos territórios mais distantes dos centros urbanos. Fato revelado e de igual importância foi a denúncia da falta de estrutura de redes de internet em muitos territórios indígenas.

As mídias sociais como Instagram e Facebook também tiveram (e têm desempenhado) um papel importante, pois nelas muitas mulheres indígenas, não só Xakriabá, se fazem presentes e conseguem estender debates e reivindicações nascidas nas aldeias indígenas para outros lugares do mundo.

A participação e reinvenção das mulheres Xakriabá na pandemia não só se deu na tela – no contexto digital –, mas, também, nas ações desenvolvidas no nosso território, isto é, no interior da nossa aldeia. Todas desempenhamos papéis importantes para a manutenção da vida. As mulheres Xakriabá participaram de forma ativa e determinante na construção e monitoramento das barreiras sanitárias do território, na elaboração de máscaras, na plantação de horta; no desenvolvimento de atividades

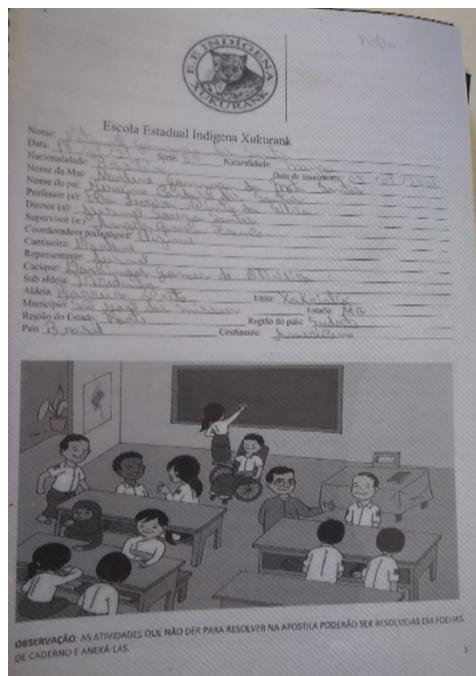
escolares, nas atividades de cuidado às crianças e idosos, além da participação na segunda marcha das mulheres indígenas do Brasil a Brasília em setembro de 2021 em oposição ao “marco temporal”.

Plantação de horta



Fonte: Acervo da autora.

Atividades escolares ativas



Fonte: Acervo da autora.

Além das mulheres Xakriabá ocuparem e lutarem pela terra e pela vida no interior da nossa aldeia, também ocuparam a tela digital como um mecanismo de luta. Esses fatos somados me motivaram a registrar e analisar, “Entre as telas e a terra”, o papel da mulher Xakriabá em prol da sobrevivência do nosso povo.

A pesquisa que me trouxe até esta escrita é importante para nós, mulheres Xakriabá, pois apresenta o trabalho que todas fazemos e que, repetidamente, é silenciado ou invisibilizado. Vejo esta pesquisa como um ato de reconhecimento do papel social, cultural e político da mulher Xakriabá, das suas vozes ativas e produtoras de luta e de resistência. As mulheres Xakriabá que figuram como parte do movimento indígena que, há centenas de anos, luta pela preservação da natureza e pela demarcação de terras, ecoam nesta escrita enunciando suas reivindicações nas mídias sociais e no

território. A pergunta de pesquisa que me orientou foi: quais têm sido os papéis das mulheres indígenas Xakriabá no território em tempo de pandemia e qual a ressonância no contexto digital das lives como uma ferramenta de luta?

Uma mulher Xakriabá envolvida na pesquisa: como foi desenvolvida esta pesquisa?

Para responder a essa pergunta, falarei como mulher indígena Xakriabá pesquisadora em meio à pandemia. A trajetória foi desafiadora, não só pelas condições de acesso precário à internet, mas, também, porque, na perspectiva da pesquisa Xakriabá, não se pode fazer pesquisa sentado num escritório: você precisa dos encontros, da conversa com os sabedores. Desde o início enfrentamos esse desafio. Ainda que desde o começo da pesquisa eu já contava com a minha orientadora, professora Carolina Tamayo, só interagímos por meio da tela Eu não tive a oportunidade de conhecê-la pessoalmente, visto que todos os encontros que realizamos, conversas, caminhos, sugestões de leitura – tudo mesmo – foram virtuais, assim como muitas trocas de mensagem pelo WhatsApp.

Nos primeiros encontros, conversamos, minha orientadora e eu, sobre o tema que eu queria pesquisar e foi por meio dessas conversas que fomos construindo a pesquisa. Minha orientadora sugeriu leituras de artigos escritos por outros pesquisadores indígenas e fomos delimitando melhor o tema a ser abordado. Paralelamente, fomos pensando na pergunta e no objetivo e fizemos, também, um quadro da pesquisa. Nele, fui registrando tudo, cada pensar, cada orientação, de modo a construir um diálogo dentro do quadro da pesquisa. Para cada artigo lido, novas ideias surgiam e, por isso, esse quadro foi de suma importância para que eu não me perdesse em meio a tantas aberturas de conhecimento.

Uma das leituras que mais me ajudou na construção do tema foi o artigo de Naine Terena de Jesus e Téo de Miranda (2020) intitulado “Educação escolar indígena em rota de convergência: lives, processos e futuro”. Os pesquisadores mostram o funcionamento da educação escolar indígena durante o início da pandemia analisando uma live de uma série de transmissões ao vivo realizadas pela mídia social

Facebook na página *Tekoha Marane'y*. Estes pesquisadores analisaram as narrativas construídas pelos educadores indígenas e apontaram realidades pouco conhecidas no desenvolvimento de aulas remotas.

A partir da análise da *live*, interessei-me por pesquisar e analisar esses formatos de apresentação realizados por mulheres indígenas e percebi o quanto importante era falar sobre esse lugar digital ocupado por nós. Foi assim que percebi que as *lives* serviram como instrumentos de resistência.

O primeiro desafio foi delimitar quais *lives* eu analisaria. Eu percebi que não teria tempo suficiente nem ferramentas disponíveis para revisar e analisar todas as *lives* disponíveis no YouTube que contavam com a participação de mulheres indígenas. Assim, fiz um recorte junto à minha orientadora e decidimos, dessa forma, que concentraríamos o olhar nas *lives* produzidas por mulheres Xakriabá. Ainda em conversa com minha orientadora, nós conversamos sobre quais poderiam ser essas mulheres que consideraríamos na pesquisa e, finalmente, escolhi dialogar com Célia Xakriabá e com Flávia Xakriabá, duas referências para nosso povo.

Entrei em contato com elas, perguntei se elas aceitavam participar de minha pesquisa. Conversei, também, com a liderança da minha aldeia sobre o meu projeto de pesquisa e pedi sua autorização. Célia e Flávia se dispuseram a me ajudar e logo marquei um encontro para falar do que se tratava meu tema de percurso. A liderança também gostou do meu tema e me incentivou a continuar estudando, buscando sempre mais. No dia 02 de março de 2021, fui conversar com Célia Xakriabá e apresentei o meu tema. Conversamos sobre ele, perguntei o que ela pensava desse meu interesse. Ela achou muito bom, me deu sugestões, e me enviou alguns arquivos para que eu pudesse pesquisar mais.

Célia sugeriu considerar as ações desenvolvidas no território pelas mulheres durante esse período de pandemia e chegamos ao título “Entre as telas e a terra: o papel da mulher indígena em tempo de pandemia”. A sugestão foi mantida até o fim desta pesquisa.

De forma paralela ao processo de coleta *lives*, eu li sobre o que algumas mulheres indígenas da América do Sul têm denominado por feminismo indígena. Um dos textos que li foi um dossiê de Julieta Paredes Carvajal (2014) sobre comunidades de mulheres criando comunidades. A autora fala sobre a necessidade de continuar lutando, pois as mulheres são maltratadas.

“ Como Feministas Comunitárias, seguimos com o punho esquerdo levantado porque o sistema não foi derrotado, porque este sistema continua maltratando nossos corpos e os corpos de nossos irmãos e a natureza. Este sistema de opressões se recicla permanentemente desde que foi construído. Não é um sistema natural, foi historicamente criado e também terminará historicamente pela ação revolucionária dos povos. Por isso não baixamos o punho esquerdo e essa segue sendo a forma como nos comunicaremos entre aqueles que acreditam que a Utopia é possível – luta que segue caminhando entre a paixão pela utopia e a teimosia de nossas lutas para consegui-la (Carvajal, 2014, p. 1).

Depois de ler essas pesquisas e artigos, eu percebi, ainda mais, que era necessário falar sobre as vozes das mulheres Xakriabá, pois “nós mulheres sempre estivemos nas lutas de nossos povos, mas não querem que sejamos vistas” (Carvajal, 2014, p. 1). A participação das mulheres indígenas existe desde as nossas ancestrais, porque luta não é só sair para conquistar algo, a luta da mulher indígena é constante, seja para tentar sustentar a família, lutando para conseguir alimento, para criar seus filhos, produzindo seus próprios alimentos e, também, produzindo materiais para manter a renda, sempre no coletivo. Nas palavras de Célia Xakriabá:

“ Existem algumas mulheres indígenas que se colocam no lugar de feminista, mas eu digo que não dá para ser feminista sozinha, no individual. Para mim, a luta vem do coletivo. Então, a luta das mulheres indígenas surge antes do movimento feminista. Eu não me considero nesse lugar porque, para mim, mais importante do que o conceito, da vertente, é a luta coletiva, que parte do chão, do território. Fico refletindo sobre isso porque quando a gente pergunta para as mulheres mais velhas, parteiras e benzedeiras, elas não se sentem nesse lugar do conceito. Porque não é uma coisa que nasce de dentro. E eu acredito muito nas coisas que nascem de dentro porque existe muita guerra dos conceitos.

A seguir, uma lista de vídeos e *lives* de Célia Xakriabá, realizadas em 2020 e 2021:

Vídeos



Visita virtual à Exposição Mundos indígenas: recado de Célia Xakriabá (21/09/2020).

<https://www.youtube.com/watch?v=gh8uHCgsj3o>



No existe educación sin derecho territorial (22/03/2021).

<https://www.youtube.com/watch?v=rLqIy1Sv-2Q>



Celia Xakriabá é liderança indígena, defensora da cultura e dos direitos dos povos (01/09/2020).

<https://www.youtube.com/watch?v=v9W3zRblEMw>

Lives



Resistência Xakriabá - Em Tempos de Enfermidade Outras Epistemologias

de Cura (Part. Célia Xakriabá) (26/06/2020).

<https://www.youtube.com/watch?v=7eCSTPo6QS>



"Como se calar diante de um ataque, diante de um genocídio?

Que a terra grita, que as MULHERES gritam, mesmo quando estamos em silêncio" (05/09/2020).

https://www.instagram.com/tv/CEwnnhcHRM3/?utm_source=ig_web_button_share_sheet



Repressão policial contra indígenas em Brasília (22/06/2021).

https://www.instagram.com/tv/CQbY1DcnLTo/?utm_source=ig_web_button_share_sheet

Assisti uma a uma, classifiquei-as e foi assim que foram construídos os arquivos da pesquisa. Separei as lives de Célia Xakriabá por tema, considerando as seguintes categorias: lives sobre a mulher indígena no meio da vida em pandemia, lives sobre educação em tempo de pandemia, lives sobre território em tempo de pandemia e lives em que se vinculava mulheres, educação e território. Ao assistir as lives, selecionei pequenos fragmentos das falas de Célia. Para mim foi difícil escolher os fragmentos porque todas as falas eram, por mim, sentidas como importantes. Durante esse processo, fui registrando pensamentos que dialogavam com as falas dela. Isso me fez refletir sobre meu objetivo.

Ao longo da pesquisa, eu pensei em outras ações que foram desenvolvidas na pandemia por mulheres na minha aldeia e convidei a dona Ana para conversar, ainda que para esta escrita não me aprofundarei nela. Vale a pena notar a importância que ela e que suas ações tiveram na nossa comunidade no que se refere à soberania alimentar. Destaca-se ainda que, para efeitos desta escrita, eu vou colocar meu olhar nas lives e não nas outras ações desenvolvidas por mulheres Xakriabá que registrei na minha pesquisa como um todo.

Diálogos com Célia Xakriabá: as lutas na tela com um pé na aldeia

**Existia uma
escola
na vida...**

os povos indígenas de Minas Gerais amansou a escola ao nosso favor, por isso que eu discuto muito sobre o barro, o jenipapo e o giz, como que nós aprendia antes dessa instituição escola, antes da escola levantada, antes dessa presença institucional da escola. Antes da educação escolar indígena, existia a educação indígena (Celia Xakriabá, “Resistência Xakriabá - Em Tempos de Enfermidade Outras Epistemologias de Cura”, 23min 14s).

eu compreendi profundamente o sentido da educação territorializada porque educação territorializada é o caminho da cura para essa outra educação, não é saindo capturando os rituais para dentro da escola, não é sair capturando os nossos mais velhos para dentro da escola, mas a escola deslocar pra roça, a escola deslocar para retomada, a escola deslocar para fazer pintura corporal, para pegar o jenipapo, e não achar o jenipapo pronto para colocar no corpo.

**... e uma
vida na
escola.**

Então é esse deslocamento da escola porque, para nós, antes da escola chegar na comunidade já existia a comunidade, por isso sempre existe uma escola da vida, e uma vida na escola (Celia Xakriabá, “Resistência Xakriabá - Em Tempos de Enfermidade Outras Epistemologias de Cura”, 24min 41s).

Essa fala de Célia Xakriabá nos lembra muito sobre a educação que é nossa, dada pelos mais velhos, um ensinamento sobre como ouvir, sobre como respeitar e sobre como tratar. Quando eu falo sobre o ensinamento de ouvir, me lembro das rodas de conversa à noite em que sentávamos todos para ouvir as histórias. Sobre a questão do respeito, lembro-me que sempre nos chamavam a atenção para que respeitássemos os mais velhos que nós, e aí, já engajados, aprendemos sobre como tratar as pessoas, fossem os familiares ou as pessoas de fora. Temos o costume de chamar os mais velhos de tia ou tio.

Então, antes de termos um prédio como escola para poder falar sobre a educação escolar indígena, nós já tínhamos uma educação indígena própria: as nossas práticas tradicionais foram e sempre serão nosso modo de ensino e aprendizagem tradicional.

Pensar na territorialização da escola diz sobre movimentar os alunos da escola até as nossas práticas tradicionais, o que é um grande ensinamento, porque é mais significativo aprender colocando a mão na massa do que explicar em um quadro como se faz. Quando Célia fala do jenipapo, imaginamos a interação dos alunos na preparação de uma tinta. Quantas vezes vimos na aldeia um grupo de alunos com os seus professores indo à lagoa pegar o barro para fazer os artesanatos e que, depois de prontos, ficavam expostos na escola para todos verem? Para todos contemplarem o resultado daquele deslocamento da escola até a lagoa, ou até o pé de jenipapo e também até os nossos mais velhos, que são nossos livros vivos. É muito comum aqui na comunidade as pesquisas com os mais velhos, visto que sempre existiu uma escola da vida.



Célia Xakriabá. Foto: Edgard Kanayko.

Momento de terra-aula

“

por isso que nesse momento de imposição de teleaula nós estamos num momento de terra-aula e muito mais do que uma plano de trabalho pra escola, um plano pedagógico. Nós estamos num plano de vida e quem tem muito mais condição de falar de renovar e reinventar esse momento do calendário somos nós, porque nós não considera que nós estamos sem fazer nada, nós não considera que as crianças estão sem fazer nada, elas estão vivendo muitas vezes um tempo que foi sequestrado com o tempo da escola, foi uma ruptura também, acaba que perdendo também muito tempo dessa relação com os pais, dessa relação com os mais velhos. É claro que nós temos a educação como uma ferramenta de luta, mas nós lutamos por uma educação do jeito que a gente quer, sem matar o que a gente é (Celia Xakriabá, “Resistência Xakriabá - Em Tempos de Enfermidade Outras Epistemologias de Cura”, 28min).

É necessário falar sobre as relações de antes, sobre o que foi se perdendo com o processo de escolarização dos indígenas, com a escola entre “quatro paredes”. Em uma escola tradicional não indígena o aprendizado acontece através da escrita, entretanto, na educação indígena a maior aprendizagem vem das nossas práticas culturais. Está ali, naquele observar dos pais fazendo, ali, ao sentar-se com os avós para somente ouvir.

Com as teleaulas¹ e a manutenção das escolas fechadas durante um longo período durante a pandemia da Covid-19, tivemos a oportunidade de recuperar a participação das crianças e jovens em muitas atividades tradicionais das quais eles não participavam por estarem no tempo escolar. Por exemplo, a pesquisa. Como foi um tempo para ficar em casa, em vez de pesquisar por meio de livros, as crianças se sentaram com os avós e fizeram o pesquisar indígena. Aprenderam, também, com os pais e tios, porque, para nós indígenas, esse é um grande método de aprendizagem.

Nós também territorializamos a escola, ocupamos nossa casa de cultura da aldeia Sumaré 1. Em outras escolas estariam usando uniformes, mas nossos uniformes são as

¹ Aula ministrada à distância, através do uso de uma Tecnologia de Comunicação, como a TV, o computador conectado à internet, celulares ou outros instrumentos que veiculem áudio e/ou vídeo.

roupas de palha, feitas pelos professores de cultura, e os alunos estão fazendo o ritual, mostrando o que aprenderam. É uma forma de valorizar nossa cultura. Com isso, nossos alunos já crescem com um olhar diferenciado sobre a aprendizagem e sobre a escola, aprendendo a viver em todas as formas a nossa cultura.

Independentemente do que as crianças aprendem para fora das comunidades ou nas mídias sociais – vemos que as crianças estão muito bem informadas por conta da internet –, quando plantamos a semente da cultura e cuidamos do manejo, intercalando a tradição com a cultura ocidental, temos a certeza de que nossos futuros adultos serão participativos na defesa dos nossos direitos.

Quem tem território tem para onde voltar

“

Mas quem tem território tem lugar para onde voltar. Quem tem território, tem mãe, tem colo e tem cura, e as mulheres representam como essa cura do século XXI, também. E as mulheres indígenas sabe o que é isso, porque quando pergunta pra nós se nós estamos com medo, nós temos respondido que ‘apenas quem tem cicatrizes profundas sabe o remédio que cura’. Nós, mulheres indígenas, temos ainda cicatrizes dos processos... Ainda do estupro... Ainda da colonização. (Célia Xakriabá, “Como se calar diante de um ataque, diante de um genocídio? Que a terra grita, que as MULHERES gritam, mesmo quando estamos em”, 11min 46s).

Porque o território é para além do meio ambiente, o território é a totalidade da nossa vida, porque o corpo é território, mas o território também é corpo. Estão as pessoas nesse momento... Muito mais do que pensar política, precisamos pensar o reencantamento pela vida e ressentimentar, nós temos o desafio de tentar reflorestar os corações. (Célia Xakriabá, “Como se calar diante de um ataque, diante de um genocídio? Que a terra grita, que as MULHERES gritam, mesmo quando estamos em silêncio”, 2min 22s).

O território é nosso galho, mas também é semente que nos conecta com nossa matriz mais profunda da relação com o sagrado. O território é nossa morada coletiva, mas é também nossa morada interior (Célia Xakriabá, “Visita virtual à Exposição Mundos indígenas: recado de Célia Xakriabá”, 1s).

o território não é metade do nosso corpo: o território é a totalidade, é o ser bicho, é o ser semente, é o ser gente não deixar ser somente (Célia Xakriabá, “Visita virtual à Exposição Mundos indígenas: recado de Célia Xakriabá”, 27s).

Ao escutar estas falas da Célia eu aprendo muito, porque vejo a importância do nosso território, a importância de sairmos para buscar conhecimento. Mas, nossa maior obrigação, ainda, é voltar para o nosso território. Faz muito sentido, para mim, o ditado “um pé no mundo, um pé na aldeia”. É no território que nos conectamos com o nosso ser, que limpamos nossa alma dos males que nos contagiam por este mundo afora. É no território que as nossas forças se renovam, é no território que, além de ter o colo da família, temos os colos das sombras da natureza, temos os riachos que nos limpam a alma, acalmam o coração. A natureza é vida. A natureza também é mãe, é filha, é mulher, porque só uma mãe sabe o remédio que cura o seu filho, e esse papel a natureza nos faz muito bem: uma terapia, uma mãe. Só quem chega cansado dos dias de luta sabe valorizar uma hora sentado à sombra de uma árvore – e a árvore sabe o que nós buscamos –, ouvindo os cantos dos pássaros, a voz do riacho.

A NATUREZA MÃE NOS CURA INTERNAMENTE E INTEIRAMENTE.



Foto: Célia Xakriabá, por Edgard Kanavko.

Demarcação territorial e a sobrevivência da Mãe Terra

“

todos os territórios indígenas do Brasil que eu conheço só foi demarcado depois da morte de uma liderança indígena, porque estar vivo parece ser algo tão comum, mas, para os povos indígenas o que está em ameaça hoje é o nosso modo de vida, é a nossa identidade, é a nossa relação com o território. E nós, povos indígenas, nós somos o termômetro do mundo, porque o dia que nós, povos indígenas, dá o último suspiro, isso significa que a humanidade já não vai mais conseguir respirar. (Célia Xakriabá, “Celia Xakriabá é liderança indígena, defensora da cultura e dos direitos dos povos”, 1min 16s).

Nós, indígenas, sofremos quando uma certa área de preservação é destruída porque nos sentimos parte da mãe terra. Sofremos quando atacam nossos parentes porque somos todos irmãos. Nós, ao preservarmos uma mata, não buscamos apenas nosso próprio interesse, porque para sobrevivermos – os não indígenas também – precisamos da natureza.

Nós sofremos quando ouvimos que “é muita terra para pouco ‘índio’”. Quando demarcamos a terra, é um direito nosso. Quantos mais de nós precisarão morrer para tentar preservar os nossos direitos, para tentar melhorar o mundo? A terra sofre com tanta destruição, a terra é mãe, ela sente quando queimam seus frutos, quando queimam nossas histórias. Para que nós, indígenas, sobrevivamos não basta estar vivos, temos conexão com a natureza, tem toda uma ciência envolvida.

Quando falamos que estão nos matando aos poucos, não nos referimos somente matar uma pessoa, mas sim a matar nossos modos de viver, de sustentar, de se conectar com a natureza. Célia Xakriabá fala que a mão que corta as árvores e sustenta a motosserra do desmatamento ilegal é a mesma que corta nossos direitos indígenas. Embora não sejamos reconhecidos como melhores artilheiros, somos os melhores zagueiros, defendemos nossos biomas, sustentamos o “pulmão do mundo”. Com o desmatamento, porém, quando uma árvore é cortada, uma vida também o é. Nos perguntamos: o que o progresso da morte vai fazer? Onde essa caneta vai escrever no dia em que todas as árvores forem cortadas? Por isso, continuamos aprendendo a cada dia muito mais com a árvore viva do que com um papel morto.

Luta das mulheres indígenas para além da fronteira

As participações femininas nas lutas por nossos direitos, a responsabilidade, a atenção ao sair de nossa casa (que é a aldeia) e ir acampar em outro território em busca de nossos direitos mostra que as mulheres indígenas Xakriabá e de outros povos levam a sério o trabalho comunitário. Nossas mulheres guerreiras não se intimidam: saem de suas aldeias determinadas para lutar com a certeza de que vão voltar. Mesmo diante das ameaças, saem daqui e vão para a luta.

Neste tempo de pandemia, nós, povos indígenas, enfrentamos muitos desafios e as telas, funcionando graças a internet, se tornaram ferramentas a nosso favor, pois muitas guerreiras se reuniram através dos encontros online juntamente com os homens. Com o avanço da vacinação em 2021, a luta continuou. As mulheres foram para Brasília, para a II Marcha das mulheres indígenas, com 5 mil pessoas acampando, 172 povos participantes. Entre 22 a 28 de agosto, houve, também, a maior mobilização indígena da história em Brasília, levando as pautas do movimento indígena para milhões de pessoas.

Durante o mês de agosto de 2021, o acampamento “Luta pela vida” esteve ocupado por 6 mil pessoas de 176 povos diferentes. Foram 15 milhões alcançados em todas as redes da Articulação dos Povos indígenas do Brasil (APIB), com 3.100 matérias publicadas por organizações da imprensa nacional e internacional. Também se reuniram grupos de jovens estudantes querendo garantir os nossos direitos de estudar e de Bolsas Permanência, pois esta é uma das principais políticas de assistência estudantil para os povos indígenas e quilombolas nas universidades. O corte nas Bolsas Permanência do MEC contribuiu e contribui para o desmantelamento do acesso à educação universitária para indígenas: “Não vai ser um spray de pimenta que vai tirar nós da luta, a luta é contínua, já enfrentamos isso uma vez, não é a primeira vez e, com certeza, essa não é a última” (Célia Xakriabá, “Repressão policial contra indígenas em Brasília”, 1min 39s).

O indígena é insistente, resistente e persistente. Mesmo diante de tanto ataque para intimidar, cada vez que volta para o território para lutar, volta ainda mais forte e confiante, sem medo de morrer. Como muitos falam: “se for para morrer, morreremos

lutando”. O território do qual falo é o chão de Brasília, onde muitas vezes levamos balas de borracha, spray de pimenta e muitas outras humilhações. Eles se esquecem, porém, que o indígena já nasce preparado, porque já nasce na luta.

“

Como se calar diante de um ataque, diante de um genocídio? Que a terra grita, que as MULHERES gritam, mesmo quando estamos em silêncio, porque a terra tem muitos filhos, a terra tem muitas mães, e as mães choram quando veem seus filhos também violentados. (Célia Xakriabá, “Como se calar diante de um ataque, diante de um genocídio? Que a terra grita, que as MULHERES gritam, mesmo quando estamos em silêncio”, 39s).

Essa fala de Célia vou juntar com outra, muito forte: “Somos um povo que resiste pela força do maracá, a orientação do pensamento vem da força do cantar, porque antes de existir o Brasil da coroa existe o Brasil do cocar, vamos continuar passando urucum e jenipapo, mas a boiada não vamos deixar passar”.²

“Não existe educação, não existe escola, sem o direito territorial”

“

É importante considerar também o nosso modo de vida como forma de conhecimento tradicional (Célia Xakriabá, “No existe educación sin derecho territorial”, 8s).

As lideranças Xakriabá que a escola ajuda demarcar território, por isso que eu falo que nós não exatamente só apropriamos da escola, nós amansamos a escola, porque a escola também chega no nosso território tentando nos colonizar (Célia Xakriabá, “No existe educación sin derecho territorial”, 34s).

É importante reconhecer os conhecimentos indígenas como uma forte potência de conhecimento de cura (Célia Xakriabá, “No existe educación sin derecho territorial”, 1min 01s).

E nem um governo vai conseguir acabar com a nossa ciência, porque a ciência mora dentro de nós e dentro dos territórios indígenas (Célia Xakriabá, “No existe educación sin derecho territorial”, 1min 37s).

² Célia Xakriabá, “No existe educación sin derecho territorial”, 48s.

Sim! Não existe educação, não existe escola, sem o direito territorial

O que eu, Luana, digo sobre isto?

A nossa fonte de sabedoria
é sempre buscar para aprender
e os nossos anciões nos ensinam
um jeito mais fácil de viver
é nos contos deles, nas explicações de vida
que aprendemos o verdadeiro significado
que antes de ter chegado à escola
já tínhamos um grande aprendizado
para nós indígenas Xakriabá
a escola tivemos de amansar,
pois queriam trazer um ensinamento
com um jeito próprio de ensinar.

Mal sabiam aqueles professores brancos
que por mais que não sabíamos o que era um livro de papel
para todos nós Xakriabá
nossos anciões são livros vivos
são nossa literatura em cordel
tivemos a necessidade de territorializar
nossa próprio espaço na faculdade
não somente se tratando de espaço
mas também no jeito de aprender e repassar
e os nossos direitos de usar e ocupar.

É muito bom aprender outros conhecimentos
dados pelos professores das faculdades
mostrando outros tipos de ciências
observando aquele ensinar e as realidade dos docentes
um grande passo já demos
um espaço na faculdade conquistamos

territorializando um jeito nosso de aprender
sem deixar passar o ensino ocidental
pois é essas dificuldades que no dia a dia enfrentamos.

Com mais de 200 trabalhos que investigamos
chegamos à conclusão que todos nós indígenas
temos nosso próprio jeito de fazer pesquisa
além de pesquisarmos os livros
a aldeia é o nosso ponto de partida.

Por mais que nossas mentes estejam expandidas
nossos pés continuam firmes na aldeia
é buscando conhecimento dos mais velhos
que podemos chegar vivos como a chama de uma candeia.

Depois de dias olhando os trabalhos
feitos por indígenas na universidade
foi lendo os trabalhos que conheci
as riquezas dentro das diversidades.

Porém mesmo com as diversidades
somos movidos na pesquisa pelo jeito tradicional
que fazemos e colocamos nossos conhecimentos
bem diferente das pesquisas ocidentais.

Procurei por palavras que tratam de matemática
mas se você não souber primeiro entender
não achará esses tipos de palavras
pois a matemática mesmo
está no nosso jeito de viver.

Pra nós a matemática não é um conteúdo
para quem não sabe e querer conhecer
a matemática tradicional
está no nosso jeito de fazer.

Quando os indígenas territorializam na universidade
criamos nosso próprio território de lutar e para aprender
derrubando aquele sistema imposto

mostrando toda a nossa força de querer
assim fazendo a nossa aprendizagem tradicional prevalecer,
por isso é normal ver em uma pesquisa feita por indígenas
a nossa forma tradicional e cultural de viver, mostrando cada disciplina
presente no dia a dia e assim é a nossa forma de ensinar e aprender.

Aprendizagens de uma pesquisa com um pé na aldeia e um pé na universidade

Ao finalizar este capítulo, eu concluo que todas as mulheres fazem luta, cada uma de uma forma diferente e para benefícios coletivos. Cada uma faz e vive na luta, mas muitas não se reconhecem como coluna de sustento, seja na luta familiar ou na luta para com todos. Para elas, parece ser só um dever, mas é mais que isso, é resistência. Aprendi que, mesmo que ainda a luta seja constante, a força da mulher indígena também é e, de acordo com os relatos e com os artigos que li, a força da mulher vai muito além: é uma força coletiva que cada vez mais se fortalece e cresce.

Esse trabalho me permitiu conhecer várias outras realidades, de outros povos, de mulheres indígenas e não indígenas, me fez pensar melhor sobre a relação das mulheres com o mundo atual, e repensar também como as mulheres desde antes já faziam lutas. Com as *lives* de Célia aprendi muito sobre como a gente, enquanto mulher, pode usar os meios tecnológicos como ferramenta de luta, mesmo estando em casa. Sabemos que o mundo vem se transformando cada vez mais, entretanto aprendi que podemos usar tudo isso a nosso favor.

Guardo comigo cada palavra ouvida nas *lives*, palavras de fortalecimento, de resistência e de inspiração. Hoje tenho a mente expandida de tanto conhecimento que aprendi e que vou levar para a vida toda.

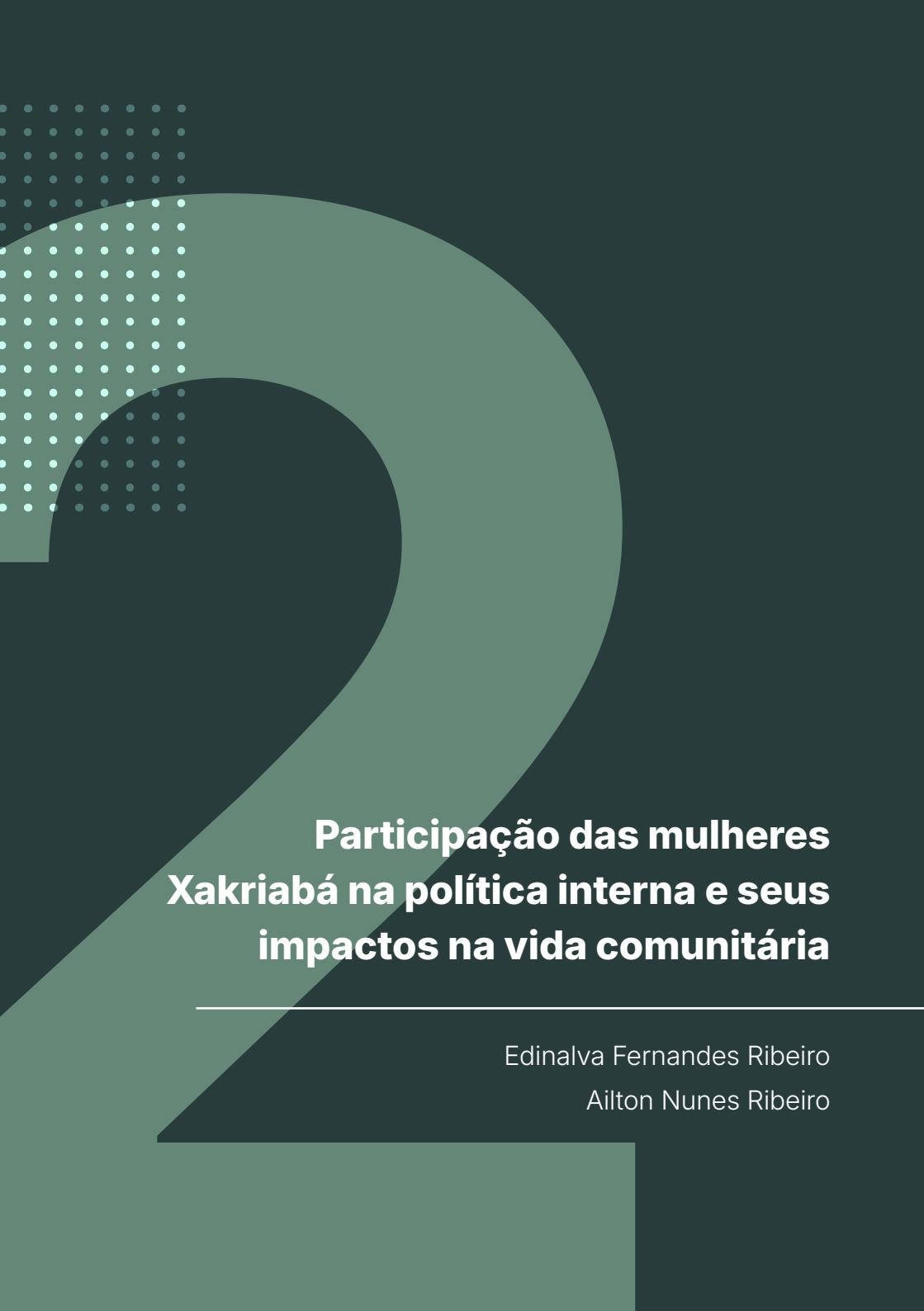
**Sônia. Flávia. Nety.
Juliana. Elisa. Célia.
Samela. Txai. Telma.
Rosália. Antônia. Bia.
Janaína. Jozi. Thaís.
Thyara. Puyr. Flávia.
Sabrina. Yekan. Anna.
Cacique Pequena. Cisa.
Dona Ana. Amanda.
Carolina. Luana.**

Referências

CARVAJAL, Julieta Paredes. Dissidência e Feminismo Comunitário. Gesto decolonial, v. 11, n. 1, 2014. Disponível em: <https://hemisphericinstitute.org/pt/emisferica-11-1-decolonial-gesture/11-1-dossier/e111-dossier-dissidencia-e-feminismo-comunitario.html>. Acesso em: 20 set. 2023.

DE JESUS, Naine Terena; DE MIRANDA, Téo. Educação escolar indígena em rota de convergência: lives, processos e futuro. Revista Latinoamericana de Etnomatemática, v. 13, n. 1, p. 174-188, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2740/274065702010/274065702010.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

MEDINA, Martina. Célia Xakriabá: curar a terra é curar a nós mesmos. YAM, 2020. Disponível em: <https://yam.com.vc/sabedoria/791662/celia-xakriaba-curando-a-terra-curamos-a-nos-mesmos>. Acesso em: 20 set. 2023.



Participação das mulheres Xakriabá na política interna e seus impactos na vida comunitária

Edinalva Fernandes Ribeiro

Ailton Nunes Ribeiro

Como citar este capítulo

RIBEIRO, Edinalva Fernandes; RIBEIRO, Ailton Nunes. Participação das mulheres Xakriabá na política interna e seus impactos na vida comunitária. In: TAMAYO-OSORIO, Carolina; PAULUCCI, Eric Machado; MACHADO, Rafael Antunes (org.). *Colheita indígena: práticas investigativas como experiência de autoformação e afetação coletiva*. Belo Horizonte: Editora Selo FaE, 2025. p. 40-59.

2

Apresentação

Escolhemos falar com/sobre/para as mulheres indígenas Xakriabá que sempre estiveram engajadas na luta e na participação da política interna de nosso povo, ainda que na academia pouco falemos delas para dar reconhecimento ao importante papel que elas têm. As mulheres que, mesmo quietinhas em seus lugares, sem aparecer, são protagonistas fundamentais em todas as atividades relacionadas com as políticas internas. Entendemos que as mulheres sempre estiveram nas lutas dos seus povos, mas não querem que sejam vistas (Carvajal, 2014, p. 1).

Ainda que saibamos que olhar e falar da mulher indígena não é uma tarefa fácil, nós acreditamos na força que elas têm e nos desdobramentos que elas fazem para dar o melhor para suas famílias, para trabalharem na roça, para serem artesãs, parteiras, benzedeiras, ativistas e, inclusive, trabalharem fora de casa. A mulher indígena tem muitas qualidades e uma delas é conseguir fazer muita coisa ao mesmo tempo. O patriarcado – no olhar machista – tem colocado a mulher indígena só como reproduutora, mas, com esta pesquisa, queremos reivindicar o papel das mulheres Xakriabá na política e na organização interna de nosso povo.

Para a realização deste trabalho, nos inspiramos em várias histórias de luta de algumas mulheres Xakriabá, e escolhemos a história oral como atitude metodológica para registrar as suas histórias de vida e trajetórias. Essa metodologia foi por nós escolhida considerando alguns elementos apontados no artigo intitulado “A força de contar histórias: tradição oral indígena e história oral em Roraima” de Souza, Silva e Spotti (2013). Nele, percebemos que

“ um dos mote para a narração é (re)passar as experiências vividas no dia a dia, difundi-las e socializá-las no interior dos grupos sociais. Como prática social, “a força de contar histórias se faz, permanecendo, necessária e vigorosa, através dos séculos” (Gotlib, 2004, p. 6). No âmago da cultura indígena, a narração oral agrega a memória de várias épocas ao presente, constituindo-se como um dos pilares para que as tradições não se percam, para que os grupos se reconheçam e se deem a conhecer (Souza; Silva; Spotti, 2013, p. 214-215).

Assim, partimos da concepção de que há muito valor em guardar as histórias orais das mulheres indígenas Xakriabá que participam da política interna de nosso povo, pois delas podemos aprender como têm sido desenvolvidas diferentes estratégias internas para a manutenção da nossa cultura. Ouvir às histórias do passado para pensar nosso presente, tendo ciência do fato de sempre ter alguém que nos precedeu, as memórias do passado que se fazem no presente.

Tivemos, também, como referência o Trabalho de Conclusão de Curso de Luana Xakriabá, formada no FIEI (2022), já que nessa pesquisa são citadas várias mulheres Xakriabá e seu histórico de luta, com o foco maior em Célia Xakriabá, mulher que também é uma referência para nós, e influencia outras mulheres a se engajarem na luta. Na pesquisa, também se fala de Tia Ana, mulher que, mesmo com uma idade avançada, trabalha em casa e ainda planta roça sozinha. Convidamos os leitores deste capítulo de livro a lerem também a pesquisa de Bizerra (2022), na qual há falas de Célia muito importantes, como “Nós mulheres indígenas estamos em ameaça quatro vezes porque nós saímos para um território que não é nosso em busca da luta e por ser mulher, por ser jovem e principalmente por ser ativista dos direitos humanos” (Célia Xakriabá apud Bizerra, 2022, p. 53).

Nessa fala de Célia, aprendemos como as mulheres sofrem ameaças e agressões, e é por esse objetivo que ela luta para empoderar e para fortalecer outras mulheres a fazerem parte dessa luta que é também coletiva. A mulher indígena carrega no sangue a força de luta e dedicação pelo seu povo.

Com esta pesquisa e a leitura de vários artigos, percebemos a importância das mulheres Xakriabá na participação política interna. Vimos a transformação que aconteceu em relação ao aumento da participação das mulheres nas políticas partidárias. Assistimos à *live* de Papiôn Cristiane¹ e, com ela, aprendemos que o patriarcado e o feminismo são europeus e não indígenas, mas que foram se incorporando de várias formas nas culturas indígenas. Então, é fundamental entender os papéis e lugares que as mulheres indígenas vêm reivindicando nas comunidades, inclusive a sua participação na política interna.

Depois de assistirmos a algumas *lives* e termos passado por esse processo de leitura de vários artigos, só afirmamos o nosso interesse de falar sobre esse processo de luta das mulheres guerreiras Xakriabá. Com a pandemia em 2020, ficou difícil de nos encontrarmos pessoalmente com as mulheres que seriam entrevistadas; então, fomos nos comunicando via WhatsApp. Algumas entrevistas foram feitas por WhatsApp, como a de Flavia Correa, integrante da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), e a da jovem ativista Artemisa Xakriabá, que está cursando psicologia em Santa Maria - Rio Grande do Sul. Por fim, a entrevista de Fernanda Xakriabá, assessora da deputada Célia Xakriabá.

Ainda que o foco da nossa pesquisa seja a participação das mulheres Xakriabá na política interna, não podemos deixar de reconhecer como elas estão cada vez mais participando da política partidária. Em 2016, tivemos a participação de uma jovem na política partidária não eleita e em, 2020, tivemos a participação de mais duas mulheres indígenas na política partidária, candidatas a vereadoras, também não eleitas. Em 2022, tivemos a conquista de ter uma candidata a deputada Federal eleita: Célia Xakriabá que sempre foi partícipe nas políticas internas do nosso território.

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LiB7CofUEoo>.

Desenvolvimento da pesquisa

Para o desenvolvimento da nossa pesquisa, partimos das vozes de seis mulheres indígenas, reconhecendo as nossas guerreiras que estão na memória, assim como as mulheres que ainda estão nessa trajetória de luta e dedicação em busca de melhorias para o nosso povo. Decidimos nos aproximar da história oral, pois entendemos que essa forma de fazer pesquisa nos permite conversar com cada uma das seis guerreiras sobre seu passado de luta e labuta, assim como sobre seu presente. Vemos neste exercício a possibilidade de falar dos seus costumes para compreender o passado, entender o presente, e assim predizer o futuro, mostrando como as mulheres sempre estiveram e ainda estão engajadas na luta. Entrevistamos mulheres de várias idades do território Xakriabá. Queríamos entender como eram os seus passados, os costumes, dificuldades que enfrentaram para poder ocupar os grandes espaços que estão hoje.

A história oral é uma forma de guardar as memórias dos nossos guerreiros, que pouco sabem expressar em um papel o que já vivenciam.

“

Entretanto, assim como os documentos escritos podem ser tendenciosos, por atenderem a interesses, escolhas e seleções do que se escreve ou se omite da história oral que é ancorada na memória e não está imune aos efeitos da tendenciosidade, ora como superestimação, ora como subestimação dos fatos, ‘a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado [...] a memória também sofre flutuações sendo expressa nas preocupações do momento, constituem um elemento de estruturação da memória’ (Pollak, 1992, p. 4 *apud* Staniski; Floriani; Silva, 2016, p. 123).

Tio Valdemar Fernandes (*em memória*), ancião da aldeia da Barreiro Preto, dizia que tudo o que ele sabia queria compartilhar com os mais novos, mas não tinha o domínio da escrita e nem tudo que ele sabia cabia em um papel. Por isso ele fazia questão de ser filmado ou gravado nas suas entrevistas, pois dizia que sua lembrança era curta, uma hora lembrava depois já não lembrava mais. Por isso, vemos a história oral como uma forma de guardar a memória de nossos anciões, e é com base nas histórias de luta do passado que os jovens estão construindo o seu futuro para correr atrás dos seus direitos.

Não nos interessa mostrar semelhanças e explicar diferenças entre as experiências vividas destas mulheres no contexto de organizações de políticas internas Xakriabá. O nosso interesse está em registrar essas histórias para a memória de nosso povo e aprender de suas trajetórias e de suas dificuldades em relação à visibilidade e à garantia de seus espaços não só no âmbito familiar, mas, também, na política, na educação e na ciência. Em tudo. Para cada uma de nossas convidadas elaboramos um roteiro de questões específicas.

Dentre as convidadas, está Dona Maria José, mais conhecida por “Zeza de João”, uma pessoa que sempre esteve pesquisando universidades com cotas para indígenas, e além de trabalhar na escola como educadora, ainda ajuda os jovens Xakriabá a se inscreverem nas universidades. Convidamos, também, a Artemisa Xakriabá, jovem ativista graduanda no curso psicologia na UFSM, interessados em saber o motivo que despertou seu o interesse em participar de políticas públicas e falar dos seus desafios como ativista e graduanda. Para além de Zeza de João e Artemisa Xakriabá, estendemos o convite para Diana Pereira de Araújo Rocha, da aldeia Prata, a primeira mulher liderança Xakriabá, escolhida e avaliada pelo Sr. Valdemar para ser sua vice-liderança. Nas palavras dela, “não tem essa divisão de trabalho entre homem e mulher não”.

Queremos destacar ainda nosso convite à Fernanda Gonçalves de Oliveira da Cruz e à Flávia Xakriabá. Fernanda é Xakriabá, mora na Aldeia Sumaré III e é formada em Pedagogia pelo curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na área de Ciências Sociais e Humanidades. Também é bacharel em Administração Pública no ensino a distância pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Trabalha há 12 anos na Educação Escolar Indígena Xakriabá como supervisora pedagógica e no momento atua como Assessora Parlamentar na articulação política da Deputada Federal Célia Xakriabá. Já Flávia se destaca por sua participação nos movimentos indígenas, sempre acompanhando as lutas de Célia Xakriabá. Sendo uma jovem articuladora e participativa nas políticas internas, conseguimos contatá-la via WhatsApp e fizemos o processo de entrevista por esse meio.

Na pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso da Formação Intercultural para Educadores Indígenas² na habilitação de Ciências da Vida e da Natureza, entrevistamos cinco mulheres, mas neste artigo, apresentamos apenas a entrevista de Dona Zelina, a primeira professora Xakriabá. Ao convidá-la, queríamos homenagear essa guerreira que enfrentou vários desafios na sala de aula e lutou para dar uma boa qualidade de ensino para seu povo. É graças a ela que muitos Xakriabá tiveram a oportunidade de ser alfabetizados.

"PARA NÓS NÃO TEM
ESSA DIVISÃO DE
TRABALHO ENTRE
HOMEM E MULHER
NÃO"

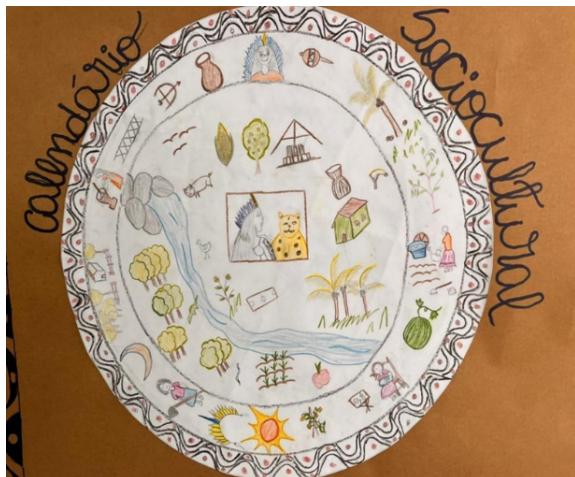
Uma escrita que compõe com nosso calendário sociocultural

Uma releitura do calendário sociocultural Xakriabá foi elaborada por nós, e é deste lugar que pretendemos começar esta parte da escrita com o propósito de incluir as mulheres nas práticas socioculturais que entendemos como participação na política interna da nossa comunidade. Este calendário, assim como outros que já foram registrados em outras pesquisas (Araújo, 2018), descreve o cotidiano das práticas culturais que ocorrem mês a mês nas aldeias – ainda que possa variar de aldeia para aldeia – e é utilizado para levar essas práticas para a escola, com o propósito de articular os tempos das aldeias com os tempos da escola. A seguir, apresentamos uma das narrativas registradas por nós: a entrevista com a dona Zelina, a primeira mulher professora de nosso povo Xakriabá. Junto com a entrevista, nós fizemos alguns comentários com o intuito de demarcar o que dela nós aprendemos. Convidamos o(a) leitor(a) para ler o relatório completo desta pesquisa de finalização de curso em que será possível encontrar as outras entrevistas e textualizações por nós elaboradas.

² Para conferir o trabalho e as entrevistas realizadas neste trabalho, acesse https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2023/10/Ailton_e_Edinalva.pdf.

Calendário Sociocultural

Fonte: Acervo pessoal de
Edinalva Fernandes Ribeiro.



Aprendendo com Dona Zelina: primeira mulher indígena professora do Xakriabá

Quando apareceu esse Mobral, uma colega minha da Várzea Grande me perguntou assim: “Zelina, lá onde você mora não tem escola, não?” Eu falei: “Não”. Ela falou: “Você não queria dar o Mobral lá, não?” Ela dava o Mobral e conhecia as coordenadoras do Mobral lá de Itacarambi. “Ó, se você quiser dar o Mobral e eu apresento você e aí você só vai lá e assina, eles falam como é que você faz aí você assina e vem cá e faz a matrícula e leva”. Então eu procurei que dia dá para você me levar lá que tenho interesse! Bem, assim eu fiz. No dia marcado, Lero foi me levar até a casa dela e de lá foram eu, ela e seu esposo de cavalo até em Itacarambi.

Chegando lá em Itacarambi ela me apresentou e explicou que aqui no Xakriabá não tinha escola, e eu sabia ler e escrever, e que eu poderia dar aula do Mobral. Então eles falaram se lá não tem é só ela trazer as matrículas dos alunos pra levar o material, mas antes eu teria que passar no teste que eles iam me passar. Fiquei bastante preocupada

com medo de não dar conta, mas graças a Deus eles passaram umas coisas bem facinhas que eu já sabia e deu tudo certo. Conseguí passar, assim eles viram que eu conseguia dar aula.

Então, quando cheguei aqui conversei com o pessoal daqui para fazer a matrícula. Foi Zé de Miguezim, Zabé, tio Miguezim, Elisa e... os meninos daqui que era os irmãos de Lero meu esposo, Carlos Mundo, Altino, Zé de Servini, Otávio, Barbino ainda era pequenininho. Era mais e aí consegui trabalhar. Trabalhei três ano nesse Mobral, aí vendo que eu estava trabalhando no Mobral, a finada Edite que era mulher de Ioiô, ela era professora lá nas vargem e já estava no tempo de se aposentar, mandou falar comigo para assumir. Fiquei com receio, pois era longe pra mim ir, tinha filhos pequenos e marido para cuidar, mas eles e outras pessoas me incentivou porque muitos iam perder e abandonar os estudos que iam ser bom pra todos.

Marcamos o dia e fomos na prefeitura fazer o teste, passei novamente, mas dona Edite já falou logo que não queria que a escola fosse mais na casa dela pois já estava bem cansada e estava precisando descansar um pouco. Arranjei a casa da velha Zifirina, só que não era muito bom porque os alunos barulhava demais e a mulher já de idade, então tive que mudar. Aí Marcilio foi e me chamou pra dar aula na casa dele e mudamos pra lá, fiquei bastante tempo dando aula lá, era um povo muito bom. De vez em quando a mulher do Sr. Marcílio fazia uma merendinha, ela limpava a salinha, a hora que nós chegava estava arrumado e aí eu chegava mais cedo e ia com os alunos pegar água na cabeça lá na no riacho pra encher os 'pote' porque ela não dava conta de tudo sozinha. Ela era trabalhadeira, antigamente as mulheres trabalhava muito na roça...quando ela estava, ela fazia a merenda. Quando não estava, era eu e assim nós íamos fazendo.

Quando tinha merenda e todo mundo ali já estava servido, lá lavava as vasilhas e voltava para a sala. E nessa vida eu tinha que ir daqui montada de cavalo ou de pé ou de jegue, os meus meninos já estavam grandinhos, então comecei a levar eles para estudar. Era muito longe,

mas eu, meus filhos e os outros alunos precisavam.

E assim, eu fazia para trabalhar, levava os mais grandinhos, colocava três numa garupa e ia estudar lá e outros pequeno ficava aqui mais Lero. Ao decorrer do tempo foi surgindo mais alunos, os filhos dos meus vizinhos foram crescendo e, como não tinha ninguém para levar eles, eu levava todos a pé pois já não cabia tantos na garupa do cavalo. Trabalhei seis anos desse jeito. Já estava ficando cansada, não aguentava mais cuidar de menino, da roça, da casa. Tinha que me desdobrar. Então, fui lá na prefeitura e pedi demissão, pois às vezes eu mesma, a professora, tinha que fazer merenda quando não dava para a mulher fazer e era assim. Teve uma vez na escola, era um sofrimento, eu tinha que levar para casa e trazer todos os dias, às vezes para facilitar eu fazia a merenda em casa e levava pronta.

Pedi demissão que não aguentava mais ficar desse jeito com a merenda para cima e para baixo, mas que o comigo mais estava cansativo. Mas eles não me deixaram desistir, reconheceram o meu esforço, pois de vez em quando eles e o prefeito Zé de Paula iam visitar a escola, era uma escola bem simples, era uma casinha pequenininha não tinha cadeira, quem dava os banquinhos era os donos da casa e tinha vez que as crianças que ‘trazia’ os banquinhos. Tinha uma mesinha lá, eles rodeavam a mesa para escrever, outra hora escrevia em cima da perna, era essa luta.

Aí para eu não desistir eles mandaram criar a escolinha lá em casa. Só que eu falei: “Moça, lá não vai ter esse tanto de aluno que precisa, não!” E tinha 25 alunos acima. Mas eles falaram que pode criar que “nós damos um jeito aqui, tira a matrícula de outra escola e põe na sua para completar a matrícula”. E aí eu peguei o quadro e a panela que era a única coisa que tinha. Aí Lero fez um banquinho e os meninos traziam também de suas casas. Aí, quando umas pessoas descobriram que eu ia dar aula em casa, aí não queria não, que a gente trabalhava... Foi lá dar parte de mim que eu estava aqui trabalhando só com doze alunos... Saíram numa madrugada de cavalo e foram lá falar para ela. Aí ela

falou: “Não, fui eu que mandei dar aula com alunos que estavam lá.”

“Não... mas você tem que ir lá para você ver que lá não tem condições de dar aula. A casa é assim, assim. E lá não tem condições de dar aula, e meus meninos não vai para essa escola.” Aí ela falou assim: “Então você fala para ela que eu vou lá para nós acertarmos e você vai lá mais as outras pessoas que não quer.”

Aí vieram quando chegou aqui esses povos só falando, criticando e eu fiquei quieta aí Dona Nininha falou: “Pois é moço, a escolinha aqui dela garante para ela dar aula para as crianças que tem aqui, ela pode muito bem trabalhar, ela é muito esforçada, ela pode trabalhar com essas crianças que têm.”

Eles rebatem: “Pois é, os meus filhos que não vem estudar aqui, ela não sabe de nada.” É... porque eu era mulher e achava que eu não sabia de nada não. Tinha que ser pessoas mais experientes, mais estudado, confiava mais nos de fora do que nos daqui de casa.

E aquele orgulho que eles tinham da gente ter um salário, ainda mais uma mulher trabalhar e ter um salário, aqui não tinha outras mulheres assim, então eles não aceitavam de eu ter essa oportunidade, que na verdade favorecia todos nós.

Ela falou: “Não, moço, se você quiser pôr os seus até em Itacarambi, vocês podem por. Mas pode deixá-la trabalhar com esses que tem?”

E aí foi essa briga para eu trabalhar.

Então ela falou: “Zelina pode continuar dando aula com os que tem e vocês veem aí se quer que seus filhos estudem aqui ou não.”

Continuei trabalhando... Aí veio um tanto de gente e colocou seus filhos na escola. Osvaldo e Joãozinho botou os meninos deles de lá para estudar comigo era para poder completar e me ajudar, ficou um bandão de menino só os de Joãozinho era seis, os de Osvaldo era Nida, Tida, Nailda e Azilda, que era bem pequenininha.

E aí fui trabalhar.

Foi a época que entrou as brigas das terras dos posseiros sair e não sair e nesse tempo a professora de Itacarambi que trabalhava no barreiro

saiu, aí ficou os alunos parado sem aula.

Aí foram vindo os alunos de lá para cá e continuei dando aula.

Aí surgiu a casa da comunidade na aldeia Barreiro Preto, aí pediram para eu dar aula lá que ia render mais alunos.

Aí bem assim eu fiz. Levei os meus alunos daqui pra lá e junto com os de lá a sala encheu, que falei: “Meu Deus, não vou dar conta.” Era as séries tudo juntas, primeira, segunda, terceira e quarta série. Era em torno de uns 45 alunos tudo junto aí eu falei que não dava conta, eles colocaram um serviçal que foi comadre Dete e eu só fui só pra sala, mas não estava dando conta mesmo assim.

Aí eu fui lá em Itacarambi, falei com Nininha que era a mesma diretora. Ela já me conhecia, falei tudo pra ela: “Ó, lá eu não tô dando conta não, lá tem duas salas e tem muitos alunos em torno de 45, ninguém não pode pegar esse tanto.”

Ela falou: “Não, você caça lá duas pessoas para te ajudar, duas pessoas que tem a quarta série e traga elas aqui para fazer o teste. Se elas passarem, uma pega a primeira, você a segunda, a outra a terceira e quarta.”

Aí eu disse que está bom...

Aí eu peguei falei com Matilde mais Nêna de Zuel...

Aí elas aceitaram...

Lá elas passaram no teste foi quando elas começaram a dar aula e eu fiquei só com uma série que, para mim, já estava muito bom.

Assim fomos trabalhando um bom tempo com um serviçal e três professoras...

Aí, com passar do tempo, surgiu uma lei, não sei se foi da prefeitura ou do estado, que não podia trabalhar. A professora que fosse, todas teriam que sair. (“leigas” eram as que não tinha formação) e nós éramos todas uma leiga. Foi uma revolta desses povos pra não sair, eu falei assim: “Se não jogar nós fora, deixa nós pra serviçal.”

Aí eu vou, eu não tenho isso não.

E como já estou bem cansada, também seria bom ficar na cantina um

pouco, vai indo a mente da gente não aguenta não.

Aí agora já tinha mais menino, Dete ficou de um horário fazendo merenda e eu no outro, e vinha as professoras de fora, lá de Itacarambi. Para alunos ficava mais era sem aula.

Aí juntou a liderança, Cacique, fizeram uma reunião para formar uma turma aqui mesmo e pegar as pessoas da quarta série e levar para o Rio Doce para formar e dar aula.

Aí ajeitaram uma turma, a primeira turma que foi umas professoras, aí eu não quis ir porque eu já estava na cozinha e eu vi minha cabeça já estava agoniada e eu não quero ser professora mais não.

“Podem vocês ir, se minhas meninas puderem ir, pode levar... Mas eu não vou mais não, eu vou ficar no serviço que eu estou mesmo.” E aí fiquei trabalhando, trabalhei onze anos de professora e trabalhei mais treze ano na cantina, me aposentei com sessenta e um ano de idade, e trinta e um ano de serviço que eu aposentei...

Depois, entreguei o barco para os outros e aí foi onde é que minhas filhas Leninha e Marli e Zeza, minha nora foram fazer o curso, as meninas indo, beleza para mim. Graças a Deus hoje eu estou numa boa com esse serviço de serviço. Eu falo numa boa em vista do de professora que exige muito da gente.

A gente ia ficando de idade, não estava aguentando mais não e mesmo assim tive que trabalhar cansada doente, não aguentava, tinha que ir, porque não dava atestado, atestado que dava era um ou dois dias. Adoecia da coluna, adoecia de dor de cabeça...

A gente trabalhava demais cansado, o corpo ficava fraco, não estava mais aguentando, era um labuto porque eu morava aqui na Veredinha e trabalhava lá no Barreiro. Aí, antes de eu dar entrada nos papéis, surgiu uma escola aqui na Veredinha que é vinculada com o Barreiro e aí ficou melhor para mim trabalhar mais dois anos.

Antigamente era difícil mulher trabalhar. Professor era homem, era difícil a mulher tá no serviço assim pra ganhar um salário. Coitada tinha de trabalhar era na roça e ganhava metade do salário do homem. Se o homem ganhasse, por exemplo, vinte contos por dia, a mulher

tinha que ganhar dez no mesmo serviço, na mesma enxada e no mesmo horário que um saía e entrava o outro, também. E sem contar, também, que o salário nem era essas coisas. Quando eu trabalhei na escola comecei ganhando meio salário e naquele tempo o salário era mixaria, se não for engano era 80 contos e eu, por ser mulher, ganhava só 40 conto e tinha que dar pra sustentar a casa, os filhos, porque teve um tempo que deu uma seca que as roças não saía de jeito nenhum, teve uma praga de gafanhotos, comia a roça inteira, lagarta tomou de conta. E Lero arruma algum servicinho por fora para ajudar em casa porque só com esse meio salário não dava. Foi uns tempos bem difíceis. Quando não achava serviço ele também fazia ferro de ferrar gado, fazia cabo de enxada, emendava foice e assim nós fomos nos virando, para não morrer de fome porque as roças que era o nosso ganha pão não estava saindo nada.

Só sei que foi uma vida sofrida, além disso, quando eu estava trabalhando na escola, ainda tinha que ir para a roça.

Quando plantava roça e perdia, mas aí ficava o algodão que não morria, ficava uma mandioca, a gente ia cuidar apanhar algodão, era fazer uma farinha, alguma coisa assim. A farinha era feita no ralo.

Tinha de ir trabalhar na escola, em casa, e ainda cuidar das coisas para manter viva.

No relato da dona Zelina a gente vê o quanto era presente a desigualdade de salário para as mulheres indígenas, mas, quando se tratava de serviço, as mulheres participavam dos mesmos serviços que os homens, até em trabalho braçal. Acreditamos que as mulheres, elas faziam mais do que os homens, porque mesmo trabalhando nas roças, no serviço pesado, sobrava sempre para elas cuidarem da casa e filhos.

Embora alguns maridos ajudassem, havia aqueles que não entendiam que era obrigação deles também. Muitos eram machistas e não aceitavam. As mulheres tinham muitos filhos antigamente e era difícil para sustentar e educar, mas sempre tinha as comadres que, mesmo tendo seus filhos para cuidar, ajudavam umas às outras quando precisavam. Elas sabiam compartilhar e, naquele tempo, uma dava roupa para outra, trocava alimentos e assim existia essa rede de apoio parentesco.

Conhecendo a história de luta de dona Zelina, vemos que, mediante a tantos empecilhos, ela é uma guerreira, e exemplo disso, é a evolução de pessoas formadas aqui no Xakriabá e ver que os primeiros alunos dela hoje tem uma boa formação. Isso graças a ela que se esforçou e lutou para alfabetizar o seu povo. A luta não para por aí: foi através de Dona Zelina que hoje os jovens buscam outros meios para lutar, não é mais a mesma ferramenta, mas o mesmo objetivo, porque a todo momento há noticiários de governantes de oposição tentando derrubar os direitos dos povos indígenas.

Era uma vida sofrida. Sem contar que onde a gente morava aqui não tinha riacho, a gente ia lavar a roupa lá no meio d'água, lá no Otávio. Aí juntava as roupas de quinze dia, até mais, fazia aquelas trouxão na cabeça e descia no sábado ou no domingo, descia para lavar roupa. Era pesado, mas venci a batalha e agora já estou de boa.

Hoje eu fico muito orgulhosa em ver mulheres nossas aqui Xakriabá trabalhando e participando de todas outras atividades que os homens participam. Tem Miranda que eu dei aula e que hoje ela é auxiliar de dentista e pedagoga. Naílda que era agente de saúde e hoje é técnica de enfermagem. Célia que ela já é deputada, a primeirinha letrinha que ela aprendeu foi comigo, as outras irmãs dela Sandra e Simone também estudaram comigo, mas já tinha estudado em São Paulo. Chiquinho que foi Secretário de Saúde, Cida Barros já é a diretora, Cleusa é professora, Senhorinha é técnica de higiene bucal, Alípio é professor, Marli é professora, Leninha é professora e fora muitos outros que não estou lembrando no momento que já tem uma boa profissão. Aí eu sinto assim, uma felicidade enorme dentro de mim. É rapaz, moça, todos estudados e vejo assim que tudo na vida tem um começo, e o começo da formação deles foi por mim.

É igual fala assim que a base das outras profissões é o professor, né? É educação, porque ninguém consegue se formar pra ser médico se não estudar, né? Em outras profissões também.

Pois é, eu sempre falo, mas a minha fala não chega até onde deve realmente chegar.

Que o professor é uma pessoa que tem que ser mais respeitado era pra

ser mais valorizado, mas isso não acontece.

Se é médico, tem que passar pelo professor, se é deputado, tem que passar pelo professor, se é qualquer pessoa de lei tem que passar pelo professor.

Hoje em dia o que leva a gente pra cima é o estudo.

E o professor não ensina só um, né? Ele ensina vários ao mesmo tempo. E para ser professor tem que aguentar muita coisa, pois cada aluno tem um gênio diferente, uns são calmos outros alterados, tem alunos bastante imperativos e nem toda pessoa tem a mente boa para suportar tudo isso.

Eu mesma fiquei doente um tempo com depressão. Tive que me afastar por dois meses, tomei uns remédios fortes. Eu lembro que comecei a trabalhar de professora no Mobral foi em 1977, 78, 79. E em 79, comecei dar aula de professora pelo município.

Parei de trabalhar em 2008 e só em 2016 eu me aposentei.

Caminhei bastante para me aposentar. Meu Deus, mas demorou!

Levava um documento, faltava outro, era assim direto. Ainda bem que Zeza, Marcelo, Celso me ajudou bastante.

Depois, me falararam que era eu mesma que tinha que resolver isso, como eu não entendia direito o que estava faltando, pedia para anotar as pendências e onde eu deveria procurar. Depois de muita peleja, aposentei e sosseguei.

Mais um sossegado esse que eu não sei ficar parada e eu não aguento mais ir trabalhar na roça, mas continuo participando das reuniões importantes para nosso povo. Eu gosto disso, gosto de me manter informada, tirar minhas dúvidas, participo muito ainda, sei que não dou mais aulas, mas como direito de cidadã que tenho, gosto de saber o que está acontecendo no nosso território, e participo de muitos serviços voluntários como da associação casa de sabão aqui da Veredinha, da casa de medicina do Barreiro.

Mas meu sonho mesmo era plantar e cuidar das plantas, fazer artesanatos. Fui mexer com o barro, fui fazer costura e pintura, quando enjoava de mexer com um ia fazer o outro. Tiro uma semana para

*mexer com uma coisa, essa semana eu estava mexendo com o colar.
É assim, eu tiro uma semana mexendo com barro.*

A hora que eu enjoo de barro, eu largo, tiro uma semana mexendo com semente e miçanga. Aí eu entro com mais uma ou duas semanas mexendo com as plantas, termino as plantas eu já volto com outra coisa, vou fazer tapete, vou fazer colcha, pintar e tudo isso. Quando eu canso daquilo eu vou fazer outra coisa, mas não fico parada de jeito nenhum.

Já me acostumei nessa vida de trabalho, o dia que eu não faço nada eu fico assim... Parece que perdi um dia. Aí, eu endoido fazendo tudo de novo, ainda mais quando eu lembro que uma vez eu fiquei com depressão que não tinha ânimo para nada, já não sabia fazer Nadinha. Sabe que eu não fazia nem uma comida, é a coisa mais dura que eu imaginava de colocar, fazer um arroz ...

Eu chorava para não fazer um almoço, pra fazer alguma coisa. Quando a casa ia ficando assim, desleixada, eu arranjei uma pessoa para ficar mais eu... Mas, por mim, óia, tanto faz.... Eu ia para escola chegava lá eu ficava assim.... Eu agradeço a Vera que me ajudava, lavava as vasilhas pra mim. Tive que trabalhar mesmo assim, aí ela via que eu não estava muito bem e me ajudava, quando ela liberava os alunos, ia lá, jogava água nessas salas. Eu não via a hora de chegar em casa e deitar o corpo, só pedia isso.

Menina, mas eu fiquei ruim, aí Deus ajudou que ela estava nessa comunidade.

Veio o afastamento da aposentadoria. Deus ajudou que eu fui cuidando de mim mesmo.

Aí, quando eu me olhei e me vi: "Agora sim! Já vivi de novo!" E, a partir daí, decidi que só ia fazer o que eu gostava e assim estou fazendo.

Menino pequeno para eu preocupar eu não tinha mais graças a Deus. Já tá todo mundo criado e casado.

Hoje eu diria para as outras mulheres que não desanimasse com o serviço que têm, sei que não é fácil, as coisas vão melhorando, mas às vezes as cabeças das pessoas vão piorando, que não desistisse porque

difícil era no meu tempo. Se eu enfrentei esses trinta anos de serviço e venci, graças a Deus, que elas também vão vencer.

Seja animada, seja corajosa, seja uma guerreira, uma heroína por que isso sei que já são, pois cada uma tem uma história de vida que não é fácil, mas, às vezes, precisamos enfrentar esses obstáculos para chegar onde desejamos.

Hoje me vejo que estou realizada.

Fechamento

Com a realização deste trabalho, conseguimos adquirir muitos conhecimentos.

Aprendemos que a luta da mulher indígena não começou hoje, e sim há algum tempo. A mulher indígena sempre esteve presente nas lutas e labutas do seu povo, porém, é importante lembrá-las com nossos anciãos, que continuam segurando a mão no maracá (Bizerra, 2022, p. 50). Saber que temos nossas guerreiras como referência de luta nos fortalece ainda mais, e é com a nossa base familiar que surge o anseio de lutar por uma causa que é de todos. A mulher indígena tem o poder de reorientar o futuro, pois a luta, antigamente, era restrita pela existência do machismo. Hoje, as mulheres estão quebrando esses tabus, e graças a elas temos uma visibilidade maior de sua participação na luta dentro e fora do território.

Analisamos, nas falas das entrevistadas, várias histórias de luta, cada uma com histórico diferente, mas com o mesmo objetivo de buscar melhorias e visibilidade para o seu povo. Sem esquecer daquelas mulheres, entretanto, que já se foram, deixando também um legado para os que estavam ficando.

Aprendemos que a luta, para os povos originários, nunca acaba, que os desafios sempre irão existir, que há sempre quem desconhece e quem não apoia a causa indígena, porque não é de hoje que os povos indígenas lutam por seus direitos. A luta é constante, mas suas ferramentas mudam no decorrer do tempo, então cabe a nós, povos indígenas, nos unirmos em busca de um mesmo propósito, tendo como base a mulher indígena, aquela que frutifica conhecimentos e saberes.

NÃO PODERÍAMOS OCUPAR ESSE ESPAÇO SE NÃO TIVÉSSEMOS A PLENA
NOÇÃO. QUE MESMO QUANDO CALCAMS OS SALTOS ALTOS, NÃO
DEIXAREMOS DE PISAR NESSE CHÃO. QUE MESMO USANDO O CELULAR
DO MAIS BARATO AO MAIS CARO, NÃO DEIXAREMOS NOSSA LUTA NA
MÃO. QUE MESMO USANDO O BATOM VERMELHO NOS LÁBIOS, NÃO
DEIXAREMOS DE NOS PINTAR DE
URUCUM.

QUE MESMO USANDO A MELHOR A ROUPA, A PINTURA SEMPRE SERÁ
NOSSA MELHOR VESTIMENTA. PORQUE NELA ESTÁ A ESSÊNCIA, OS
SEGREDOS DA ESPIRITUALIDADE QUE NOS
SUSTENTA.

ONDE QUER QUE EU ESTEJA, NO TERRITÓRIO EU ESTOU, POIS O
TERRITÓRIO NÃO SAI DE MIM, ANDA COMIGO, POR ONDE VOU.
EM NOSSA ESSÊNCIA, GUIANDO NOSSAS MENTES
PELO COCAR.

ENTOA O CANTO POR TODO CANTO, NAS BATIDAS DO
MARACÂ.

TUDO ISSO É PARTE DE NÓS, QUE TRAZ A NOSSA INTEIREZA, MULHERES,
MÃES, LABUTAS DAS ROCAS, EDUCADORAS, POLÍTICAS, DO LAR,
MULHERES PARTEIRAS E TANTAS
OUTRAS QUE TEMOS
POR CÂ.

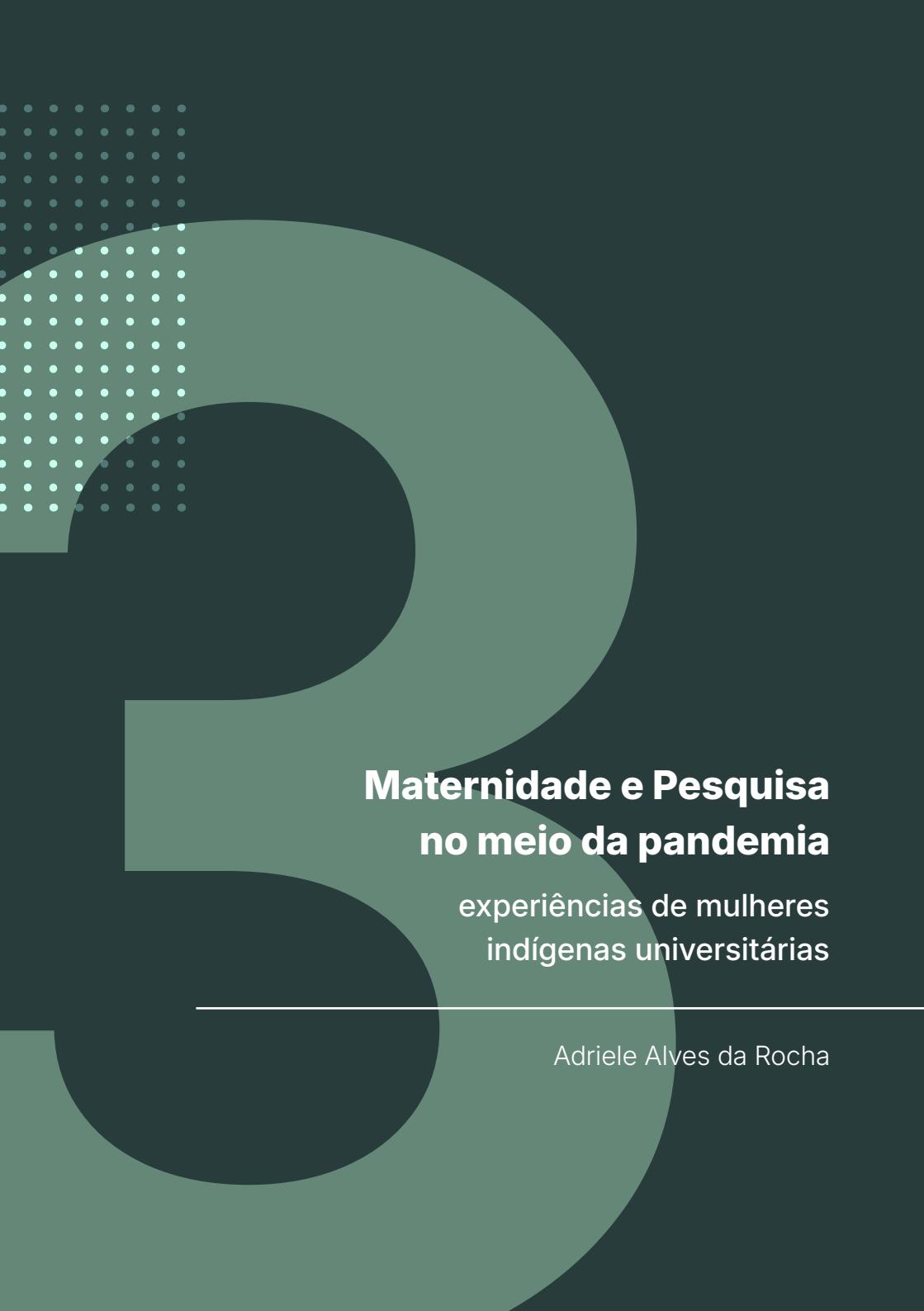
CONHECENDO O CONCRETO DE BUSCAS, NAS ALEGRIAS OU TRISTEZAS.
SOMOS SEMENTES DE BUSCAS. ATÉ OS PEQUENOS CONHECEM AS LABUTAS
DE QUEM NÃO SE CANSA DE LUTAR.
SOMOS FORTES, SOMOS GUERREIRAS,
SOMOS MULHERES XAKRIABÁ.

Sandra Nunes Corrêa³

³ Os versos foram compostos por Sandra Nunes Corrêa, indígena Xakriabá, em 2023, como membro da banca que avaliou a pesquisa que deu origem a este capítulo de livro.

Referências

- ARAÚJO, Edilene dos Santos. *Análise de uma atividade a partir do calendário sociocultural numa escola da aldeia indígena da Prata, povo Xakriabá*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC_Edilene-versao_final.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.
- BIZERRA, Luana Leite Pinheiro. *Entre as telas e a terra: o papel da mulher indígena Xakriabá*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígenas, Habilitação em Matemática) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2023/01/TCC_Luana_Leite_Pinheiro_Bizerra.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.
- CARVAJAL, Julieta Paredes. Dissidência e Feminismo Comunitário. *Gesto decolonial*, v. 11, n. 1, 2014. Disponível em: <https://hemisphericinstitute.org/pt/emisferica-11-1-decolonial-gesture/11-1-dossier/e111-dossier-dissidencia-e-feminismo-comunitario.html>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 8 jul. 2024.
- SOUZA, Carla Monteiro de; SILVA, Maria Georgina dos Santos Pinho e; SPOTTI, Carmem Véra Nunes. A força de contar histórias: tradição oral indígena e história oral em Roraima. *Tempos Históricos*, v. 17, n. 2, p. 213-232, 2013. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/9886>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- STANISKI, Adelita; FLORANI, Nicolas; SILVA, Adnilson de Almeida. A metodologia da história orale seu uso em pesquisas etnológicas. *Terr@ Plural*, v. 9, p. 119-134, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/299369491_A_METODOLOGIA_DA_HISTORIA_ORAL_E_SEU_USO_EM_PESQUISAS_ETNOECOLOGICAS. Acesso em: 8 jul. 2024.



Maternidade e Pesquisa no meio da pandemia

experiências de mulheres
indígenas universitárias

Adriele Alves da Rocha

Como citar este capítulo

ROCHA, Adriele Alves da. Maternidade e Pesquisa no meio da pandemia: experiências de mulheres indígenas universitárias. In: TAMAYO-OSORIO, Carolina; PAULUCCI, Eric Machado; MACHADO, Rafael Antunes (org.). *Colheita indígena: práticas investigativas como experiência de autoformação e afetação coletiva*. Belo Horizonte: Editora Selo FaE, 2025. p. 60-73.

3

Apresentação

Este capítulo foi desenvolvido com o objetivo de dar visibilidade às mulheres indígenas que passaram pela universidade como estudantes. Para isso, convidamos algumas que foram estudantes do Curso de Formação Intercultural para Professores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Elas nos contaram suas histórias com o propósito de resgatar e sistematizar as aprendizagens e desafios delas em relação a se fazer pesquisa acadêmica em meio à pandemia provocada pela Covid-19 em condição gestacional, assim como parto e puerpério. São elas:¹

1. Léia Gomes de Araújo Gonçalves

Etnia: Xakriabá

Localidade: Minas Gerais, Município de São João das Missões

2. Estefânia da Conceição Ferreira

Etnia: Pataxó

Localidade: Bahia, Município de Porto Seguro, Aldeia Barra Velha

¹ Traremos para o capítulo apenas as entrevistas concedidas por Léia Gomes de Araújo Gonçalves e Estefânia da Conceição Ferreira. As demais, em integralidade, encontram-se no trabalho de conclusão de curso de Adriele Alves Rocha.

3. Ruriana Alves Braz

Etnia: Pataxó

Localidade: Atualmente morando em Carmo da Mata, no centro Oeste de Minas Gerais

4. Adriele Alves da Rocha

Etnia: Pataxó

Localidade: Bahia, Município de Porto Seguro, Território Indígena Barra Velha, aldeia Indígena Córrego da Cassiana

Também convidamos Shayres Monteiro Ferreira, estudante de Licenciatura em Linguagens e suas Tecnologias na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), de Porto Seguro, Bahia. Shayres é da etnia Pataxó e sua aldeia fica na Bahia, no Território Indígena Coroa Vermelha. Convidamos a Shayres por ser uma mulher jovem com a qual me identifico e por acreditar que as dificuldades vividas pelas alunas no FIEI também são vividas por outras mulheres indígenas em outras universidades.

Eu vejo a UFMG como uma universidade que tem buscado avançar na implementação das políticas de inserção dos indígenas e é por isto que este capítulo pode contribuir para criar possibilidades de acolhimento e permanência das mulheres indígenas dentro dela. Este capítulo se ocupa das experiências de mulheres que, durante a pandemia, estavam fazendo suas pesquisas de conclusão de curso.

Nesse processo de elaboração das pesquisas, antes de a pandemia aparecer, todos os alunos da habilitação em matemática já haviam escolhido os temas do percurso. Como não pude ir para o módulo por estar grávida, fiz minha escolha em casa mesmo, mas ainda faltava pôr em prática as atividades em campo. No início de 2020, veio a pandemia, algo que me dificultou bastante em relação às atividades em campo e entrevistas com as lideranças mais velhas da minha comunidade, na qual somente as anciões da minha aldeia faziam parte do tema do meu percurso.

Por diversas vezes tentei fazer minhas entrevistas. Eu pretendia fazer gravações para conseguir um melhor registro, porém, devido ao isolamento, isto não foi possível. Estava muito ansiosa para pôr em prática tudo aquilo que havia planejado, com uma esperança de poder, então, realizar as entrevistas, principalmente com meu avô que era uma das entrevistas mais importantes para o meu percurso. Eu não obtive muito

sucesso e optei por realizar as entrevistas via WhatsApp. Preparei um relatório com todas as perguntas e busquei ajuda de familiares que morassem perto dos então entrevistados do meu percurso.

Houve contratemplos que acabaram impossibilitando a minha irmã de realizar as entrevistas com meu avô Benedito. Como um bom ancião teimoso que é, era bem difícil encontrar ele em casa, pois vivia na rocinha dele. Quando não era na roça, era pegando lenha e, quando tínhamos oportunidades de fazer a gravação, ele estava totalmente cansado, o que é compreensível: é um ancião e o cansaço vem mais rápido – ou não.

Pela falta de tempo, eu e minha irmã fizemos a primeira gravação com minha avó, depois com o senhor Josafá, todas concentradas no ano de 2021. Com muita dificuldade, consegui fazer algumas das atividades em campo que estavam pendentes com minha orientadora.

Acredito que minha dificuldade maior em não conseguir realizar meu primeiro tema do percurso foi porque morava em uma comunidade indígena de outro município. Apesar de ter transporte para deslocamento, o aumento da gasolina e a ausência do meu esposo todos os dias em casa para me levar até lá (os únicos dias que meu marido estava disponível eram nos finais de semana, e ainda assim só às vezes, pois nos sábados e domingos ele geralmente ajudava o pai) dificultaram o processo. Em novembro e dezembro do mesmo ano, tentei, novamente, fazer algumas buscas de documentos da fundação da aldeia Córrego da Cassiana, mas também não obtive tanto sucesso por não conseguir a documentação de fundação – a obtive depois que já havia trocado o tema do meu percurso.

Apesar da troca repentina, quase no final do curso, fiquei mais calma em relação às entrevistas que iria fazer. Novamente, todas seriam via WhatsApp. Em fevereiro de 2022, acabei descobrindo que estava grávida do segundo filho. Estava sentindo sintomas da gravidez, mas não me importei com isso, afinal, sinto tonturas e enjoos por conta da anemia. Como os sintomas estavam sendo contínuos, para tirar minhas dúvidas, resolvi fazer o teste de gravidez de farmácia. Deu positivo.

Eu ainda estava com aquela dúvida em minha cabeça e resolvi fazer o exame de sangue (Beta). Obviamente, já estava nervosa, pois foi uma gravidez que eu não estava

esperando. Antes da descoberta, uns cinco a seis meses antes, já havia planejado com meu cônjuge a possibilidade de sermos pais novamente.

Veio ao mundo a minha filhinha: Alice.

Por esse motivo, o meu percurso ficou meses sem evolução. Conversei com minha professora, afinal, ela estava bastante preocupada com essa falta de avanço. Tive um encontro bastante produtivo com minha orientadora Carolina e a professora Ilaine – coordenadora na época da habilitação em matemática do FIEI – e, conversando, optamos por narrar histórias como a minha, de mulheres indígenas universitárias que, durante a elaboração das suas pesquisas de finalização de curso, estavam grávidas na pandemia. Esse plano tinha como objetivo que eu não desistisse de concluir esse ciclo em minha vida.

Durante o nosso encontro, me sugeriram fazer um relato sobre minha gravidez relacionado às minhas dificuldades na construção do meu percurso, sugerindo, também, trazer o relato de outras estudantes universitárias, até mesmo do próprio FIEI. Essa foi uma das melhores escolhas que fiz em minha vida: falar sobre os empecilhos que nós, estudantes universitárias, enfrentamos, principalmente, em um momento de pandemia e com todas as dificuldades que foram criadas para o *fazer pesquisa* nesta época.

Assim, escolhemos falar sobre “Gravidez e Pesquisa no meio da Pandemia: experiências de mulheres indígenas Universitárias”, e é com muita honra que irei realizar mais uma conquista falando sobre nossos desafios e de como os enfrentamos.

Esta pesquisa, mais do que pretender uma elaboração analítica teórico-prática, no sentido acadêmico do termo, pretende coletar narrativas que podem, posteriormente, ser foco de pesquisa. Inclusive elas por si só já nos dão indícios sobre diversas demandas que emergem para as universidades quando se trata da permanência das mulheres indígenas nos campi e nos programas de formação.

Sexto mês da minha gestação



Fonte: Acervo da autora.

Gravidez e pesquisa: trajetórias de mulheres indígenas universitárias

Apresento em meu trabalho de conclusão de curso minha trajetória e quatro trajetórias das mulheres entrevistadas, entretanto, neste tópico, neste tópico contarei de apenas duas delas. Entendo que essas narrativas dão conta da resistência da mulher indígena para permanecer na universidade e desenvolver pesquisa ao mesmo tempo em que vive a gravidez, a maternidade e puerpério, especialmente durante a pandemia provocada pela Covid-19.

Apesar da existência do Manual de Recomendações para a Assistência à Gestante e Puérpera frente à Pandemia de Covid-19 (Ministério da Saúde),² vale a pena destacar que ele não considerou contextos específicos dos lugares em que as mulheres indígenas vivem. Foram essas particularidades, por sua vez, que influenciaram na vida que nós tivemos durante a pandemia e em nosso desenvolvimento das atividades de pesquisa que envolviam os cursos de graduação em que estávamos matriculadas.

A pandemia agudizou a vulnerabilidade vivenciada pelas mulheres indígenas durante a gravidez, parto e puerpério, o que já indica que é preciso pensar em alternativas para diminuir as dificuldades de acesso, visando um atendimento integral, à saúde e à educação.

Trajetória de Estefânia da Conceição Ferreira

Estefânia, me conte um pouco se através da sua gravidez, você já imaginou que seria difícil trabalhar no seu percurso em meio a uma pandemia como a da Covid-19? Primeiramente gostaria que você se apresentasse um pouco para os leitores que vão ler o meu percurso!

Eu me chamo Estefânia da Conceição Ferreira, tenho 21 anos de idade, resido na aldeia mãe Barra velha, sou Pataxó, e atualmente trabalho como professora na escola indígena Pataxó Barra Velha e tenho uma filha de 1 ano de idade.

Imaginava, pois grávidas estavam no meio do grupo de risco da Covid, então todo cuidado era pouco, e, com os casos em Barra Velha aumentando cada vez em 2020, me levou a tomar a decisão de não fazer entrevistas presenciais, comecei a desenvolver o meu trabalho de conclusão com entrevista/conversas feita por WhatsApp com o meu pai, então fazia perguntas de pontos específicos contidos em meu trabalho. Além disso, sofri bastante com enjoos, o que fazia com que eu ficasse mais em casa.

² Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/corona/manual_recomendacoes_gestantes_covid19.pdf.

Teve algum momento em que você pensou em desistir, achando que não conseguiria realizar o seu percurso, terminar?

Os meus pensamentos em desistir eram mais por conta de carregamento de trabalhos das disciplinas e com o ensino online era bastante complicado de acompanhar tudo, em meu trabalho de conclusão escrevi sobre os desafios de escrever um trabalho desse em tempos de pandemia.

Em algum momento deu um tempo para se dedicar à sua gravidez?

Eu meio que não exatamente me dediquei, pois mesmo passando mal com os enjoos eu não deixei de acompanhar as aulas. Logo no primeiro trimestre tive que ir para casa da minha mãe, pois nada de comida que eu mesma fazia eu conseguia manter no estômago, então ir para lá foi uma forma de tentar descansar e me cuidar de certa forma. Mas lá não tinha internet, então, para conseguir assistir às aulas, eu ia até a casa de uma tia para acessar internet, era muito complicado, pois tinha que descer uma ladeira, passar por um brejo e subir outra ladeira. O meu irmão que hoje tem 7 anos me acompanhava para não deixar eu ir sozinha.

Durante sua gravidez teve um total apoio do(a) orientador(a) em relação ao seu percurso?

Eu não sei nem como começo a falar sobre isso, porque eu não contei para a minha orientadora e nem para as professoras que estava grávida. De tanto medo que elas só foram saber quando eu ganhei a Marie. Ilaine ficou surpresa e a Kelly, também [orientadora de percurso], no entanto depois que tive minha filha a minha orientadora foi muito paciente e retomamos aos poucos o trabalho.

Quais foram suas maiores dificuldades no percurso, em geral?

Transcrever as entrevistas, sem dúvidas, foi um grande desafio, mas a maior mesmo foi a leitura dos textos que tive que fazer, poder compreender foi bastante complicado e o meu notebook também não ajudava, nessa parte tive muita dificuldade.

Próxima pergunta, você teve apoio familiar para ajudar no seu percurso (entrevista, vídeos, gravações etc.)?

A minha família sempre me apoiou a fazer o registro da história da minha avó. Quando eu decidi o tema, eu conversei com eles para ver a opinião deles sobre isso, só após eles fazerem a avaliação deles que eu dei início à escrita do trabalho. E o meu pai foi uma peça fundamental para eu começar a escrever sobre algumas conquistas da minha avó, foi como eu falei com a impossibilidade de fazer entrevista direto com ela, eu recorri a ele e a minha mãe, que sempre me ajudou, me apoiou e tirava minhas dúvidas quando surgiam.

Quais desafios você enfrentou no cuidado durante a gravidez para fazer pesquisa na pandemia?

Os desafios estavam ligados mais à questão online mesmo, pois tornava tudo mais complicado, aí vem a gravidez, uma fase delicada com um vírus que não se pode prever quem está infectado ou não, eu tinha muito medo. Antes d'eu ter a Marie, eu engravidiei em 2019 e perdi o meu primeiro bebê. Com a gravidez dela, nossa ... Eu tinha medo de pegar Covid, tinha medo de perder ela, tinha medo pela saúde da minha avó, então me resguardar era a minha única saída, esperar passar um pouquinho mais era o que eu podia fazer.

Como foi conciliar a universidade, a pesquisa e a gravidez?

Foi complicado. A começar que a vó teve problemas de saúde e precisou ficar um tempinho fora para fazer tratamento de saúde, depois disso começou a surgir caso positivo na aldeia, aí depois veio a minha gravidez e todos os cuidados que eu precisava ter.

Penúltima pergunta Estefânia... O que você aprendeu e gostaria de ensinar para outras mulheres indígenas grávidas que estão passando por esta mesma experiência de fazer pesquisa?

Apesar de difícil, não desistir é o principal, pois tudo é uma fase e a recompensa sempre chega ao final da trajetória. Ver a filha (o), como uma

motivação é fundamental, pois se tem um motivo a mais para conseguir chegar até o final, as lutas e dificuldade são grandes, mas sem batalha não há vitória. Vai chegar dias que tudo estará mais pesado, o cansaço chega e tudo fica mais difícil, porém dias melhores virão e passar pela dificuldade tentando visualizar a vitória é fundamental.

Essa pergunta é muito importante, certo! Por que é importante a permanência das mulheres indígenas nas universidades?

É importante porque a mulher indígena, para mim, é símbolo de resistência. Temos que demarcar os lugares enquanto mulheres e mostrar que, mesmo tendo filhos, mesmo sendo donas de casa, também temos os nossos sonhos de ser graduadas, mestres e doutoras. É mostrar que, também, somos capazes de conseguir.

Trajetória de Léia Gomes de Araújo

A primeira pergunta é... Através de sua gravidez, você já imaginava que seria difícil trabalhar no seu percurso em meio à uma pandemia? Se você puder, se apresente para os leitores...

Meu nome é Léia Gonçalves, tenho 27 anos, moro na aldeia Brejo Fome, pertencente ao povo Xakriabá, localizado em Minas Gerais, município de São João das Missões.

A minha gravidez veio depois que começou a pandemia. E trabalhar com o percurso já não era uma tarefa fácil porque teria que deslocar da minha casa para ir em outras residências. E, com a gravidez, dificultou muito mais pelo fato de grávidas ser consideradas mais sensível ao vírus da Covid-19. E, no meu caso, ainda enfrentando uma gravidez de alto risco complicou ainda mais.

Quais foram as formas utilizadas para realizar as atividades em campo sem precisar ir até aos seus entrevistados?

Nesse meio tempo, ainda pude ter acesso a algumas pessoas para entrevistá-las. Seguindo todo o protocolo de segurança: distanciamento, uso de máscara,

álcool em gel, etc. Em outras situações, o máximo que pude fazer foi fazendo o uso de uma ferramenta que tem nos ajudado muito: o WhatsApp.

Léia, teve momentos em que você pensou em desistir, achando que não conseguiria realizar o seu percurso?

Já pensei várias vezes em desistir, porque enfrentei momentos muito difíceis. Pensei que não seria possível chegar à etapa final do meu percurso.

Em algum momento você deu um tempo para se dedicar à sua gravidez?

No início da gravidez, foi um pouco corrido... Quase sem tempo para cuidar da gravidez, no que quase gerou uma perda do meu bebê por questão mesmo de correrias do dia a dia e dos estudos. Mas, no momento, estou tendo mais um tempinho para dedicar mais à minha gravidez, pois estou em repouso por recomendação médica.

Durante sua gravidez você teve apoio do seu orientador ou orientadora em relação ao seu percurso?

Meu orientador me deu o total apoio. Sempre pedia para ir me cuidando. Muitas vezes não pude participar das reuniões que ele marcava sobre o percurso. Mas ele entendia bem essa parte e o motivo pelo qual eu não poderia estar participando.

Quais foram suas maiores dificuldades, você teve apoio familiar também?

Tive muitas dificuldades durante esses anos estudos. No início desse ano, 2022, até esse mês de maio. Eu descobri a gravidez e já representou com muitos problemas e por causa desses problemas que me apareceu me afetou muito nos estudos, perdi muitas aulas e fiquei muito desorientada em tudo, e também recebi apoio dos meus familiares. Eles me ajudaram muito.

Quais desafios você enfrentou no cuidado durante a gravidez para fazer pesquisa na pandemia?

Foi muito desafiante. E, para falar a verdade, eu tive que ficar mais parada em relação à pesquisa oral. Porque as pessoas moravam longe e eu não podia ir

até elas. Não podia fazer caminhadas longas e nem andar de moto e esses era o único jeito de ter acesso às pessoas para entrevistá-las.

Léia, como foi para você conciliar a universidade, a pesquisa e a gravidez?

Conciliar a universidade e a gravidez, foi e está sendo difícil fazer essa conciliação. Porque envolve muitos fatores, não somente isto. Envolve família e quando se tem filho pequeno eles não entendem o porquê não estamos tendo muito tempo para eles. E ainda tem também o trabalho e temos que fazer conciliação entre todos esses aspectos. É bem desafiador, mas aos poucos, estou chegando à etapa final. Para as mulheres que estão passando pela mesma experiência, o melhor é ter calma durante qualquer situação difícil e muita fé em Deus que vai dar tudo certo. Tirar um tempo e respirar fundo. E ir fazendo aquilo que está no seu alcance, sem correrias, sem ansiedade e fazer tudo com tranquilidade, sem deixar de cuidar da saúde mental. Essa é a parte mais sensível de nossas vidas. E levando sempre em conta a sua gravidez, não a colocando em risco.

Para você, por que é importante a permanência das mulheres indígenas nas universidades?

É muito importante que nós, mulheres indígenas, continuamos garantindo o nosso espaço nas universidades. Pois lutamos tanto por esse espaço, uma vez que não tínhamos conhecimento para ocupar certos ambientes e hoje, garantidos, não podemos perder esse privilégio. Sendo assim, mostramos cada vez mais a força da mulher indígena ao ter participação ativa na universidade.

Fechamento

Falar sobre a importância e o aprendizado que tive durante a pesquisa, assim como nas entrevistas das meninas que tiveram o prazer de fazer parte de tudo isso, é muito gratificante. Foi prazeroso saber que as mulheres entrevistadas, mesmo tendo passado por tudo o que passaram na gestação, conciliando estudos e gravidez, conseguiram vencer todos os obstáculos durante todo esse processo.

E se peço uma coisa é que valorizem as vozes das mulheres pesquisadoras em universidades ou faculdades. Não sabemos o que passaram para conseguir suas conquistas, se passaram por barreiras ou não, mas independentemente disso, as valorizem. Afinal, cada palavra escrita exigiu muito delas.

Percebi que não fui a única a enfrentar vários obstáculos para realizar meu percurso e seguir adiante para etapa final, e tenho certeza que cada momento de fraqueza só foi um motivo para não desistir. Nós, mulheres indígenas, devemos apoiar umas às outras em busca de confiança para jamais pensar em desistir. A frase de Ruriana, que fecha essa seção, me fez refletir muito, pois me vi muito nela e, realmente, vivi dias de luta e dias de glória. Houve momentos em que brinquei com meu esposo de desistir de tudo para cuidar de mim, da minha saúde e da minha família. Teve momentos em que eu só sabia chorar por não conseguir terminar meu percurso a tempo, e hoje posso sorrir e dizer que estou prestes a chegar a minha vitória e fazer minha história como aluna e pesquisadora da UFMG.

Durante o desenvolvimento das entrevistas, eu aprendi que essa pesquisa serviria como forma de incentivar todas as mulheres indígenas que sonham em cursar uma universidade pública, mas sempre têm obstáculos em sua frente, que fazem com que seus objetivos pareçam menores e engrandecem o medo de não conseguirem alcançar tudo aquilo que sempre quiseram conquistar.

Muitas mulheres indígenas desistem por não terem uma rede de apoio que pode incentivá-las nos estudos. E, nesse período de pesquisas, vimos que isso afetou bastante o psicológico de mulheres que precisavam dessa rede – na família, na aldeia. Percebemos, ainda, que a universidade precisa construir uma rede de apoio maior, e a pandemia foi um dos fatores que trouxe inúmeras dificuldades para nós pesquisadoras. Por isso, é preciso que contemos o que foi viver a “*Maternidade e o fazer pesquisa no meio da pandemia*”.

"A MULHER INDÍGENA TEM DIAS DE LUTA E DIAS DE GLÓRIA
ELA BRINCA, CUIDA, CHORA, SORRI E FAZ SUA HISTÓRIA
AFINAL SOMOS MULHERES INDÍGENAS PESQUISADORAS
VIVA A UFMG, A FAE, O FIEI,
NOSSOS PARENTES, PROFESSORES E PROFESSORAS."

AWÊRY!!!

Ruriana Pataxó



É assim que é feito

infância indígena Pataxó em tempos de
pandemia na Aldeia Águas Belas

Uilian Conceição de Souza Rodrigues

Como citar este capítulo

Rodrigues, Uilian Conceição de Souza. É assim que é feito: infância indígena Pataxó em tempos de pandemia na Aldeia Águas Belas. In: TAMAYO-OSORIO, Carolina; PAULUCCI, Eric Machado; MACHADO, Rafael Antunes (org.). *Colheita indígena: práticas investigativas como experiência de autoformação e afetação coletiva*. Belo Horizonte: Editora Selo FaE, 2025. p. 74-97.

4

Tomara que não voltemos à normalidade, pois, se voltarmos, é porque não valeu nada a morte de milhares de pessoas no mundo inteiro. Depois disso tudo, as pessoas não vão querer disputar de novo o seu oxigênio com dezenas de colegas num espaço pequeno de trabalho. As mudanças já estão em gestação.

Ailton Krenak

Apresentação

É fato notório que a pandemia causada pela Covid-19 que assolou nosso planeta provocou complexas e distintas mudanças na vida e no dia a dia de muita gente nos quatro cantos do mundo. Principalmente no que se diz respeito à liberdade, às crenças, à economia, às práticas alimentares, entre outras coisas. A pandemia foi assustadora e nos alertou a todo momento que estávamos convivendo com um vírus mortal que ameaçava as vidas das pessoas no Brasil e no mundo. Estávamos vivendo uma crise epidemiológica e política que colocou o país em destaque pelo número alto de mortes (Santos; Saraiva, 2020). Esse número foi ignorado pela política brasileira, que enxergou o que estava acontecendo, mas não se importou com esses dados. No entanto, os dados e números não dizem tudo, e muitas vezes contribuem para

a manutenção de uma política de morte ao esconderem as desigualdades que se intensificaram com a pandemia (Santos; Saraiva, 2020). Desigualdades que tinham sido pouco abordadas ou consideradas como fundamentais para a promoção de projetos políticos e sociais que buscassem diminuir essa enorme distância entre pobres e ricos no nosso país.

A pandemia exigia, mais do que nunca, que fôssemos solidários com a vida do outro, entendendo que a existência de humanos e demais seres está conectada e que ela depende das nossas ações. Foi preciso olhar e cuidar das pessoas, pensar e agir na coletividade, mesmo à distância, mesmo pelas redes sociais, ou, inclusive, saindo na rua e se arriscando a ser contaminado por Covid-19 (como vimos no marco das lutas indígenas na greve desenvolvida em Brasília em 2021 em busca da rejeição ao Marco Temporal).¹ “É tempo de luta! Luta por tantos que sofrem com as desigualdades sociais, as injustiças, o racismo, a homofobia, o feminicídio e tantas outras formas de exclusão e violência que continuam e atingem meninos e meninas” (Santos; Saraiva, 2020, p. 3).

Precisamos de nos cuidar, de cuidar dos nossos saberes indígenas, ainda mais no contexto das políticas predatórias que contribuem para o extermínio dos povos originários em nosso país, precisamos de cuidar do nosso futuro. Cuidar do nosso futuro é o mesmo que cuidar de nossas crianças indígenas, entendendo que, para Povo Pataxó, minha etnia, o futuro é coletivo e as crianças fazem parte desse coletivo que salvaguarda a vida e a cultura. São as crianças de hoje as que cuidarão de nossos saberes e tradições, assim como devemos cuidar de nossos mais velhos que são os detentores de todo o nosso saber e conhecimento. É por isso que lutamos, para que nossa história não se perca. Como disseram Noal e Silva (2020, p. 3):

¹ O marco temporal é uma ação em discussão no Supremo Tribunal Federal do Brasil que defende que povos indígenas só podem reivindicar terras a serem demarcadas onde já estavam até o dia 5 de outubro de 1988 quando entrou em vigor a Constituição Brasileira. Nós indígenas nos contrapomos a esta ação porque antes da constituição os territórios indígenas estavam em mão de latifundiários, sendo assim nós defendemos que temos direito “originário ao território” porque já ocupávamos este espaço antes da criação do estado brasileiro.

“ A pandemia tem se configurado como uma nova estratégia de dizimação das populações indígenas do Brasil. Temos acompanhado, com muita apreensão, a morte de lideranças que buscam na cidade o apoio para as suas comunidades e se expõem ao vírus; de anciãs e de anciões que são bibliotecas vivas desses povos e que, ao morrerem, levam consigo conhecimentos que não estão devidamente registrados e que se perdem. Nesses processos, nosso planeta Terra fica ainda mais vulnerável.

Foi visível a desimportância dada pelo poder público, tanto para com as nossas comunidades indígenas como para com a população menos favorecida no nosso país, durante a pandemia provocada pela Covid-19, em especial no que se refere ao cuidado da vida, ao direito a estarmos vivos. Os povos originários brasileiros têm tido seus direitos ameaçados e violados constantemente, e essas violências físicas e epistemáticas se agravaram desde que a pandemia começou. A história da América, de norte a sul, nos mostra o quanto todos os povos originários neste continente e em outros continentes do planeta têm sofrido com ataques a sua sobrevivência cultural, epistemológica, física, emocional e territorial, ataques denunciados por povos das mais diversas culturas originárias e línguas, como ressalta o indígena Ailton Krenak (2019, p. 7-8):

“ A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. No entanto, passados mais de quinhentos anos, torna-se evidente que as culturas impostas pelos processos colonizadores mais destruíram do que contribuíram com a vida e a natureza. Nesses anos de contato, as comunidades indígenas brasileiras sabem que a correlação de forças é desigual, que as concepções de humanidade são antagônicas.

Contudo, apesar dessa correlação de força desigual e desumana, nosso povo tem se mostrado forte e resiliente. Podemos ainda dizer que, apesar de toda destruição imposta pelos colonizadores europeus e seus descendentes que roubam a consciência dessa nação, o nosso povo tem se mantido de pé e pronto para a luta, buscando sobreviver a todos esses ataques à vida e à natureza.

Nessa mesma direção, Santos e Saraiva (2020, p. 2) disseram que “não estamos sendo vítimas apenas de um vírus, somos vítimas das nossas escolhas, da nossa indiferença ou da nossa inércia. Estamos vivendo mais uma crise de muitas que já existiram e que ainda virão”. Vivíamos, assim, num mundo em crise, no qual as crianças estão envolvidas e junto com elas podemos aprender a identificar esse fato como uma oportunidade para subverter a lógica cruel imposta pelo ocidente e criar coletivamente outras possibilidades de (re)existências. Digo isso porque, na perspectiva do meu povo, os Pataxó, as crianças têm muito a nos ensinar, principalmente no que se diz respeito a resiliência. Nossa povo por séculos e séculos tem sido resiliente e tem mostrado para essa sociedade que se diz humana, mas que está mais para uma sociedade desumana e desconectada dos seres da natureza, que nossa força de existência e resistência vai além das forças que eles têm condições de enxergar. Afinal, não vivemos uma vida sozinhos: nós vivemos a vida daqueles que já foram, que não estão mais em vida entre nós, daqueles que haverão de vir e aqueles que já estão entre nós, principalmente as crianças, as mudas plantadas que darão os próximos frutos. É preciso continuar lutando pelo direito à terra, e esta também é a luta contra o apego a uma ideia fixa de paisagem da Terra e de humanidade, que são marcas mais profundas do Antropoceno (Krenak, 2019).

Quando pensamos na infância na cultura Pataxó, entendemos as crianças como sujeitos sociais e culturais que produzem seus próprios pensamentos com base nas crenças que se mobilizam na cultura de nosso povo. As crianças Pataxó vivenciam, junto com adultos, a vida em pandemia, seus efeitos e suas mudanças, e, nesse sentido, acreditamos que é importante compreender como isso aconteceu e quais as aprendizagens que eles e elas tiveram durante esse tempo, em especial no que se refere à educação tradicional, que nasce das práticas socioculturais próprias. Como já apontavam Santos e Saraiva (2020, p. 3):

“

As crianças são sujeitos sociais e culturais que agem, reagem e sofrem os impactos da realidade social. A partir da sua realidade e das relações estabelecidas com adultos/as e outras crianças, produzem cultura e interpretam os acontecimentos. Sendo assim, torna-se importante entender como as crianças estão experienciando e elaborando esse processo de isolamento social.

É preciso entender como as crianças viveram esses tempos e, a partir de suas vivências, identificar os saberes construídos por elas junto a seus familiares em suas residências e nos diversos espaços de convívio familiar, pois estes foram os ambientes vivenciados por elas nos tempos de pandemia já que a escola fechou as suas portas.

Vale a pena notar que esta pesquisa se conecta com outras que foram desenvolvidas durante estes dois anos, nas quais as crianças indígenas foram colocadas como sujeitos produtores de saber e resiliência. Um exemplo é a pesquisa de Noal e Silva (2020), na qual se partiu do “pressuposto de que há tempos, espaços e sabedorias ancestrais, presentes no cotidiano das aldeias, que trazem questionamentos e jeitos outros de viver essa inquietante e exigente experiência. Há riscos. Há ensinamentos”.

Com isso, acreditamos que pensar a infância indígena Pataxó vinculada à educação nos permite elucidar sobre como, em tempos de pandemia, o ser criança se constituiu no processo de aprendizagem de saberes e práticas Pataxó ao se experimentar uma vida outra na aldeia Águas Belas no sul da Bahia (Brasil) por meio do encontro com saberes outros, matemáticas outras, que não necessariamente se manifestam no ensino escolar. Isso porque, durante a pandemia, as comunidades indígenas vivenciaram mudanças muito grandes e as crianças viveram esses momentos junto com seus parentes.

“

A pandemia evidenciou, com maior concretude, a ausência de atendimento aos direitos cidadãos. Experiências, conhecimentos e sabedorias foram enterrados junto com os corpos. Resiliência e esperanças defenderam vidas e preconizaram a continuidade do estradar indígena. Com tantas desigualdades sociais e econômicas, os cuidados preventivos tornam-se praticamente impossíveis para parte da classe trabalhadora, incluindo as comunidades indígenas (Noal; Silva, 2020, p. 2).

O tempo e o espaço vivenciados já não são mais os mesmos, pois tudo parou e ao mesmo tempo tudo ficou corrido. A escola fechou na nossa aldeia e a vida das crianças também mudou com este fato. Nesta direção as crianças nos disseram que:

A pandemia trouxe algumas mudanças, não podia fazer o que a gente fazia antes como abraçar pegar nas mãos dos amigos isso que mudou na minha vida...A pandemia trouxe para a vida da Aldeia várias mudanças fecharam as escolas fechadas e todo mundo dentro de suas casas...Com a pandemia trouxe mudança para minha família eu não podia sair de casa para estudar e minha família também não podia sair de casa (Laura Oliveira Silva, 2022).

A pandemia trouxe mudança para minha família nós não podia trabalhar não podia sair de dentro de casa e nem estudar, fechou escola, fechou a estrada fechou as portas e todo mundo ficou na sua casa (Gabriel Oliveira Silva, 2022).

A pandemia nos trouxe mudanças pois nos fez refletir sobre novas formas de estudar, trabalhar e divertir (Lucca Lopes, 2022).

A pandemia trouxe algumas mudanças de na minha vida como as aulas que foram suspensas por tempo indeterminado (Patiburi Braz, 2022).

As mudanças foi que teve que parar com tudo aquilo que tinha aglomeração, por exemplo, a festa para o que é costume de todo o ano mais por causa da pandemia não teve (Kaine Braz, 2022).

As mudanças foi fechamento das estradas, com a estrada da aldeia fechada e a escola também minha tia ficou sem vender salgado e os tipos de coisas (Jaíne Silva, 2022).

A educação escolarizada parou, como as crianças nos disseram nestes relatos, mas a educação tradicional, em contramão, não parou. As famílias e a comunidade continuaram desenvolvendo a educação tradicional Pataxó, de modo que as crianças passaram de viver tempos cronometrados divididos em disciplinas escolares pelos currículos, a viver esses outros tempos, os tempos da educação tradicional, os tempos das práticas socioculturais em tempos de pandemia. Considerando tudo isso, algumas perguntas surgiram: Como esse momento foi sendo vivenciado pela comunidade indígena da Aldeia Águas Belas? O cotidiano das crianças da aldeia mudou? O que as crianças fizeram durante esse tempo de pandemia em que a escola ficou fechada?

O que as crianças estavam aprendendo? Como estavam aprendendo? Como foram reinventados os modos de vida Pataxó de Águas Belas em tempos de isolamento social?

Para responder a essas perguntas, esta pesquisa buscou registrar a voz e as experiências vividas pelas crianças Pataxó da Aldeia Águas belas do Sul da Bahia partindo da ideia de que há tempos, espaços e sabedorias presentes no cotidiano familiar da aldeia que foram vivenciadas durante o tempo em que a escola da aldeia esteve fechada e que possibilitaram aprendizagens da educação tradicional, dando conta de outros jeitos de viver e se reinventar nestes tempos, pois:

“

Nesse momento, em meio ao caos estabelecido, há saberes indígenas ancestrais, construídos ao longo de séculos, em harmonia com a natureza, que trazem maneiras outras de viver, de se relacionar, de se cuidar, de se curar coletivamente. Há cosmovisões que gestam unicidade no viver cotidiano e que nos conduzem ao pressuposto de que há tempos, espaços e sabedorias que trazem questionamentos e jeitos outros de viver essa inquietante e exigente pandemia. Há riscos. Há perdas. Há ensinamentos (Noal; Silva 2020, p. 4).

Além do mais, entendemos que há aprendizagens no cotidiano indígena como sempre houve, apesar desses conhecimentos terem sido negados e silenciados por séculos e por mais que esses conhecimentos se apresentem de um modo muito peculiar nas escolas indígenas. Nesse sentido, é preciso não só reconhecer as sabedorias indígenas que estão ao dispor da humanidade, mas também lutar contra a sua invisibilização, pois elas são necessárias para o mundo.

“

Ao olhar para esses contraditórios cenários que, em suas aparentes fragilidades, carregam a sabedoria e a coragem de quem sobreviveu aos mais perversos e violentos ataques dos processos colonizadores. Os saberes ancestrais estão sendo acionados? (Noal; Silva 2020, p. 4).

Como sempre e muito mais que antes, nossos saberes tradicionais são acionados pois os conhecimentos e estudos dos não indígenas não conseguiam trazer soluções para certas situações. Em nossas comunidades indígenas, por exemplo, conseguimos minimizar a ação desse vírus que nos trouxe tanto terror seguindo nossos

conhecimentos. Em meio a essas situações, nosso povo buscava em suas experiências soluções para as dificuldades apresentadas, por isso faz se necessário “reconhecemos uma tradição histórica que foi passando de geração a geração, pelos fazeres das experiências e pela oralidade, mas com a compreensão de que há intervenções e influências da ‘sociedade culturalmente predominante’” (Noal, 2006, p. 6).

Neste pensar, foram realizadas pesquisas com alguns familiares próximos por conta da situação pandêmica que vivenciamos, mas também com familiares mais distantes de nosso Kijeme (casa), sempre tomando todos os cuidados sanitários que a situação demandava. No momento inicial, consideramos algumas perguntas como elementos detonadores para conversar com os parentes, tanto com as crianças quanto com seus pais. Procurávamos responder a pergunta principal desta pesquisa: Como as crianças indígenas Pataxó da Aldeia Águas Belas se relacionaram com a educação tradicional desenvolvida em tempos de pandemia?

Neste difícil período foi possível identificar diferenças nos modos de compreender a educação entre indígenas e não indígenas, tanto no que se refere a aspectos internos quanto externos, por exemplo: para nós, a educação das crianças da aldeia, ainda que suas vidas tenham sido mudadas, continuou acontecendo, e elas não perderam sua liberdade, pois os quintais de nossas casas são um espaço educacional, onde as crianças não perdem sua liberdade de brincar, crescer, viver e aprender. A educação indígena está para além da educação escolar indígena, as crianças nos quintais das casas são educadas com base na cultura Pataxó.

A situação da pandemia alterou nossas organizações, alterou o processo de educação escolar indígena, também mexeu nas nossas dinâmicas familiares e no modo de viver das crianças, mas não alterou o processo de educação indígena familiar. Nesse sentido, é importante dizer que,

“

As crianças não são seres em transição ou em preparação, mas que elas são seres completos que desempenham, nas suas condições de desenvolvimento, ações singulares de uma agência social que precisam ser compreendidas e interpretadas [...] A partir das próprias, das suas culturas, das suas formas de se relacionar com o mundo e com o outro (Silva; Luz; Carvalho, 2020, p. 12).

As crianças deixaram de ir para a escola, mas não deixaram de aprender. Partindo desta concepção, buscamos neste trabalho ouvir as famílias, mas principalmente as crianças Pataxó da Aldeia de Águas Belas sobre seus pontos de vista em relação as suas vivências durante a pandemia, e, assim, identificar modos de se praticar e aprender (matemáticas) próprios de nosso povo. Tentamos entender se de fato a suspensão das atividades escolares trouxe uma queda importante na qualidade de vida das crianças e prejuízo na dimensão cultural, na alimentação e na segurança física e emocional das crianças.

Durante minha experiência como professor, tive a oportunidade de dar aula para crianças, e no desenvolvimento das disciplinas e ações do FIEI eu me senti muito interessado pelo desenvolvimento de uma pesquisa de conclusão de curso que tivesse a infância Pataxó como seu eixo articulador e de reflexão. Com o fechamento da Universidade Federal de Minas Gerais e do Colégio Estadual Indígena Bom Jesus da Aldeia de Águas Belas devido a pandemia decretada pela Organização Mundial da Saúde, eu percebi que não esse cenário só tinha mudado a vida dos idosos e adultos na nossa aldeia como também a vida das nossas crianças Pataxó. Esta mudança teve a ver com o fato da escola, que promove um modelo de educação escolar indígena, ter fechado suas portas e muitos professores terem sido dispensados dos seus cargos, além das crianças passarem a permanecer mais tempo com suas famílias. Nesse contexto, a educação tradicional assumiu um papel fundamental no processo de desenvolvimento das crianças.

“É assim que é feito”: infância indígena Pataxó em tempos de pandemia na Aldeia Águas Belas

Com a pandemia, diversas mudanças aconteceram no mundo todo, e não poderiam ter deixado de acontecer em nossa comunidade. Acredito que não tivemos retomadas de atividades, mas tivemos várias atividades que começamos a fazer com mais frequência e em maior quantidade.

Durante a pandemia da Covid-19, as crianças Pataxó deixaram de vivenciar os tempos regrados e disciplinares da escola para se incorporar com maior intensidade com a

vida e tempos das práticas tradicionais da Aldeia Águas Belas, isto é, elas passaram a viver os tempos da educação tradicional que acontece no dia a dia do território. Essa mudança foi nos mostrando que, ainda que a educação escolarizada tenha parado, a nossa educação tradicional continuou propiciando aprendizagens ímpares, como movimentos em lutas por seus direitos à vida, atividades voltadas para a agricultura e à pesca, coletas de frutas e sementes... Em todos esses momentos, as crianças estiveram presentes com maior intensidade.

Práticas da agricultura

Antes da pandemia, poucas famílias desenvolviam práticas de agricultura e, por tanto, muitas famílias consumiam alimentos da cidade ou produzidos por outros parentes na comunidade. Então, com a pandemia, a maioria das pessoas da comunidade voltou a cultivar sua terra, principalmente porque o acesso à cidade ficou restrito e perigoso, pois havia muito medo da contaminação. Por conta disso, nos dias de hoje, podemos ver mais famílias plantando diversos tipos de cultivos, desde a plantação de hortaliças à plantação de sementes.

Plantando sementes de milho.



Fonte: **Acervo do autor.** Visite o vídeo para maiores detalhes no QR Code ou no seguinte link:

https://youtu.be/jkzn9_yGzng

O processo de aprendizagem Pataxó acontece na própria vida da aldeia, como diz Lucca Lopes (2022), adolescente da minha comunidade: “trabalhei com ela (a avó) em sua roça de abóbora, molhando todos os dias, trabalhei no café”.

As crianças e jovens passaram a acompanhar e aprender por meio da observação, da interação com as ações, da escuta e do fazer nos processos de plantação de milho, amendoim, feijão, abóbora, melancia, hortaliças e um dos mais cultivados que são as roças de mandioca. Nessas práticas tradicionais, desde o início, tem que ter um cuidado com o tempo, desde o preparo da terra até a colheita tem que se prestar atenção na natureza e nos astros, pois se plantar no período errado as plantas dão bicho, as formigas cortam, a planta não se desenvolve como deveria, se chover quando tiver próximo da colheita perde a produção, então, para se plantar, temos que ter um certo zelo, temos que tomar um certo cuidado, senão não adianta plantar, pois não vai colher coisa boa.

Essas práticas mobilizam saberes que as crianças não vivenciam no âmbito escolar. Como algumas famílias não praticavam mais a agricultura de subsistência, as crianças não estavam experimentando esses saberes, mas a pandemia possibilitou essas experiências, pois as crianças aproveitaram esses momento com sua família e puderam aprender a conhecer e reconhecer o tempo. Aprenderam a ler os astros, como a lua, pois para plantar é preciso esperar a lua escura para que a produção não tenha pragas. Aprenderam que no mês de fevereiro não é bom cultivar a mandioca pois, segundo o senhor Ednaldo Pinheiro Braz (2021), “as mandiocas dão toletes e não tem raízes boa”, e que o mês de abril é um período bom para plantar milho, feijão, amendoim e outras sementes.

Colheita de amendoim

“Nós aprendemos várias coisas ajudando os pais e os mais velhos nas coisas de casa, na roça ajudando com tudo” (Patiburi, 2022).



Fonte: Acervo do autor.

Contar o tempo é uma prática (matemática) de várias civilizações, inclusive dos povos indígenas e principalmente do povo Pataxó. Por meio dela, aprenderam a distância entre uma plantação e outra, aprenderam que para plantar não se joga a semente de qualquer jeito, que há uma quantidade certa de sementes em cada cova (até três caroços), que sementes demais atrapalham o crescimento e o desenvolvimento das plantas e que sementes de menos podem não germinar e fazer com que a cova seja perdida.

Essas aprendizagens acontecem involuntariamente a partir das práticas do dia a dia. Além de plantar, a melhor parte é a colheita, ao longo da qual podemos desfrutar do resultado das práticas realizadas e manter as práticas de alimentação tradicionais.

“

A colheita do urucum é feita por toda a família, inclusive as crianças, e é um momento de passagem de intensa sabedoria por meio de histórias. Dentre as várias etapas de preparação desse fruto para que dele seja feito o corante (colorau), a limpeza é uma em que as crianças observam os adultos e aprendem

com eles. Em alguns momentos, até as vemos querendo imitar seus pais e avós. Imitar, então, também é uma prática de aprender.

Prática da construção de bote

Uma prática que havia deixado de ser realizada era a construção de bote de madeira. Muitos parentes realizavam esse ofício na comunidade, mas há muito tempo não se via ninguém construindo um. Em função da pandemia, Gentil resolveu construir um bote para poder ir pescar no verão na praia de Corumbau, algo novo para muitos pois não se praticava mais em nossa comunidade.

Eu tinha pedido para um parente fazer para mim, mandei tirar as tábuas e falava com um, falava com outro e nada de ninguém querer fazer, e o bote ajuda nós na praia pra ir pegar um peixe, aí eu falei: quer saber de uma eu mesmo vou fazer. Como eu tinha mais tempo por causa da pandemia eu resolvi fazer, aí os menino me ajudava aqui em casa e devagar fui fazendo até terminei. Agora está aí pronto, e nós vai final de ano já pra praia redar (Gentil Braz, 2020).²

Gentil disse que estava muito satisfeito com a realização desse sonho, pois ele nunca tinha feito um bote, mas já tinha visto seu pai fazer e o ajudou quando era criança. Ele disse que queria fazer o bote há tempos, mas, por conta da vida corrida, não tinha como construir, mas que com a pandemia teve tempo para realizar essa atividade. Gentil Braz também nos contou como se pratica a prática de construção de botes:

Oh! Meu guerreiro Uika:

O bote eu fiz, né, a tábuas é de uma madeira chamada louro ingá, foi a madeira que eu tirei. O tamanho das tábuas foi de 5 metros e meio que eu tirei, né [...] quais as outras madeira que foi utilizada nesse bote pra fazer, pra dar acabamento no bote? A gente usou pras cavernas, a gente usou uma madeira chamada garapa que é mamadeira resistente à água do mar, né?

² Em entrevista para esta pesquisa.

Usei madeirite que é uma madeira, né, apropriada para barco, né, também, né, usei também tábua de paraju, que é também uma madeira muito boa para água, resistente a água.

Aí foi, aí veio os acabamentos, que foi que eu utilizei cola, né, o nome da cola foi araldite, que é própria para barco também. Usei pó de serra também que é muito bom para evitar o vazamento de água, pra água não tá infiltrando nas madeiras, né, usei parafuso galvanizado, também próprio pra barco, pra não enferrujar, pra água do mar não enferrujar usei prego galvanizado também, apropriado para barco também e para água do mar. Usei tinta, tinta mesmo, normal, que pinta a porta e janela, né, tinta óleo que a gente chama.

E aí eu fui dando os acabamentos, dei uma lixada nele, dei uma pintura, né, parafusei, preguei, né, depois de parafusado, passei a cola, colei o araldite nele com o madeirite. Foi esse material que usei nele, no bote, eu gastei uns 20 dias para fazê-lo, né, porque também não fazia todo dia, fazia os pouco também, mas foi mais ou menos isso uns 20 dias que eu fiz ele.

A largura dele é de um metro, mas foi esse material que eu usei no bote. Foi a primeira vez que eu fiz o bote, né, para quem não tinha feito um bote as pessoas que viu disse que ficou bom, eu também achei, para mim que ficou bom, botei no mar, né, ele não deu vazamento nenhum.

O processo de entortamento do bote, a gente usa no bico dele, duas estacas enfincada, né, no chão, mais ou menos assim, são quatro estacas, uma na popa, uma no meio e duas na proa. É mais ou menos assim, uma distância de uns 20 cm de distância uma da outra, aí bota outra estaca, mais perto do meio do bote, mais ou menos de um 80 cm e coloca mais duas estacas na polpa,³ que é aí que vai fazer o envergamento das tábuas, né, puxa com a corda, aí prega, prega as cavernas e aí prega os bancos também, que é os bancos que vai segurar os envergamento das tábuas. O processo é esse daí,

³ As diferentes grafias da palavra popa, ora grafada com U, ora com L, representam a fala e a escrita de Gentil Braz.

puxa na corda, né, coloca as estaca no chão, mede certinho o tamanho para ele não ficar torto nem para o lado e nem para o outro, só para quando a tábua for envergar, para nenhuma não ficar mais envergada que a outra [...]

E é assim que é feito o bote. Nada de difícil de fazer, desse jeito aí, tendo paciência faz.

Gentil, ao relatar sua experiência nessa prática de produção do bote, nos fez um relato muito claro do material utilizado e de como ele realizou a construção desse sonho, nos ensinou a técnica de como fazer, mas o que mais me chamou a atenção foi quando ele disse que “E é assim que é feito o bote. Nada de difícil de fazer, desse jeito aí, tendo paciência faz”. Aí está o segredo, pois sabemos que não é fácil fazer um bote, mas que tudo que é feito com paciência fica fácil. Seguindo a técnica e os procedimentos se molda o bote, no seu tempo, sem pressa e sem pressão as coisas ficam fáceis. Não adianta forçar a aprendizagem, pois só aprendemos aquilo que nos é importante e aquilo que é feito com paciência, aquilo que fazemos com o corpo todo.

É assim que aprendemos, fazendo... é assim que é feito. As crianças e os jovens acompanham os pais na realização das diversas atividades realizadas no dia a dia. Na vivência diária vão aprendendo, praticando com os mais velhos ou os mais experientes, e cada um de acordo com sua condição vai fazendo sua parte, pois nem todas as tarefas podem ser realizadas por todos. Homens, mulheres, jovens e crianças, cada um faz aquilo que lhe é possível. É assim que se faz. A aprendizagem acontece na prática, nada forçado. O conhecimento que aprendemos se faz acontecer na vida comunitária.

Prática da pesca

A participação das crianças nas práticas de pesca deu a elas saberes vivenciados que são únicos, pois, quando elas vão para o mar, elas aprendem a cuidar do seu espaço e da mãe natureza. Aprendem que não se pode desmatar nem degradar, que é preciso proteger as matas, o mangue, os rios e o mar, pois elas são as moradas dos encantados e muitos seres vivos que nos alimentam, como peixes e mariscos. A mãe natureza nos sustentou e continua nos sustentando principalmente durante período de pandemia,

pois muitas famílias ficaram sem emprego e tiveram que ficar dentro do território. O rio e o mangue são espaços do território que nos propiciam diversas fontes de alimentos e que supriram as necessidades das várias famílias de nossa aldeia. A pesca do peixe e do marisco sempre fez parte da cultura alimentar de nosso povo Pataxó. Sempre fez parte das nossas tradições diárias ir ao mangue e ao rio pescar. Peixes como moreia e tainha, caranguejos, siris, aratus, conchas, búzios, ostras e goiamuns são alguns dos alimentos que sempre fizeram parte da culinária do nosso povo.

Como as crianças estão sempre junto a seus familiares, no momento da pescaria não é diferente. É assim que elas aprendem, fazendo com seus pais e com outros mais velhos a arte de pescar. Assim vai se preservando o conhecimento tradicional do nosso povo.

Com essas práticas, as crianças vão adquirindo conhecimento importante para a vida do ser Pataxó, conhecimento passados de pais para filho, e vivenciado no dia a dia, por exemplo, saberes sobre em que períodos cada tipo de marisco está disponível. Isso é importante, porque, como diz seu Pedro Braz (2021):

Não é só você sair de casa e dizer: vô lá no mangue! ou vô lá no rio! Não, num é assim não, é preciso saber o momento certo, né, porque se for no momento que não é certo você vai dar uma viagem perdida no mangue vai dar viagem perdida no rio então a gente precisa entender o tempo, né, o tempo certo (Pedro Braz, 2021).

Vemos então que para pescar é preciso todo um conhecimento sobre o momento e o local ideal, porque, se for no momento que não é propício, você vai fazer uma viagem perdida no mangue. A criança, junto de seus pais, observa e busca compreender e entender esse tempo. Podemos observar também que a lua está presente na maioria das atividades no povo Pataxó, como diz seu Pedro Braz.

Dependendo da fase da lua cada tipo de marisco, né, ou de peixe, né, ele pode pegar, cada tipo de marisco ele vai estar fácil naquela época, né? Sem falar que também tem um período em que os bichos estão se reproduzindo em que os mariscos na época de reprodução não dá certo, então é uma

época que não pode pegar, por que os bichinhos tão tudo de ova ou de filhote aí não dá, não pode, não há condições de termos como está realizando, né, a pesca (Pedro Braz, 2021).

Então, a depender das fases da lua, os mariscos e os peixes podem ser pescados naquele período, pois são momentos em que cada espécie de animal vai estar disponível, ou seja, menos difícil de pegar, respeitando sempre o período de reprodução de cada espécie para não causar prejuízo ao ambiente. As crianças vão observando e, através das suas observações, conhecendo e aprendendo sobre o tempo, as fases da lua e o período bom para pescar.

Eu aprendi com minha mãe, e minha avó também que me ensinou que o tempo de pegar o goiamum por exemplo é na lua cheia, o Siri já na lua crescente, a moreia, né, já é na lua nova na maré morta (Ronaldo Conceição, 2022).⁴

Na pandemia e com a impossibilidade de sair para trabalhar e de ir à cidade e com a falta de alguns alimentos, o mangue foi uma das fontes de alimento para nosso povo Pataxó, assim como o rio, que também trouxe o sustento para várias famílias.

Várias famílias saiu e eu também, né, para o rio para pescar, para conseguir o pedaço, né, o “mukusuy” (peixe) aí eu consegui o “mukusuy” para se alimentar e as crianças elas iam, existe alguns conhecimentos em relação a pesca, as crianças elas vão aprendendo, é o horário de pescar, né, porque não é qualquer hora, como já falei, então tem horário, tem o tempo, tem a lua isso tudo influencia, né, e as crianças elas vão aprendendo, né [...] Na pescaria do rio, quando sair para pescar, não é todo momento ou qualquer hora que pode ir pescar no rio, pois existem alguns peixes que se pesca pela manhã a partir das 9 hora, outros, né, tem alguns outros peixes que já se pesca já de tardezinha, anoitecendo, outros já se pesca à noite, né, da mesma forma também que o marisco, né, existe um momento específico para pescar e não pode ser a qualquer hora e quando as crianças ela acompanha os

⁴ “Relato de aprendizagem no mangue. Ronaldo Conceição no mangue com seu filho”. Para mais detalhes, conferir o vídeo desponível em: <https://youtube.com/shorts/Ln7lHrhS9RE>.

pais para o rio, elas vão observando e já vão aprendendo já desde cedo, né, já como ser uma criança indígena Pataxó pois ela aprende já desde cedo já junto com seus pais, né? (João Braz, 2022).

As crianças aprenderam esses vários processos para poder realizar essas práticas, que passam desde a escolha do lugar ao processo de tirar a isca, onde se tira a isca, qual isca para qual peixe. Pescar não é sair com o anzol sem saber qual é a isca que vai levar, qual é o peixe que está interessado em pegar, qual o horário que o peixe vai beliscar, vai comer. É assim que se faz e a aprendizagem vai acontecendo.

A educação que acontece dentro Movimento Indígena

O governo aproveitou a pandemia e buscou aprovar projetos genocidas contra nosso povo indígena, tentando de diversas formas nos matar, sem acesso à saúde, querendo nos empurrar de ladeira a baixo com projetos de lei como o PL 490 do marco temporal. Mas como nosso povo indígena é forte e bravio, fomos para cima com nossas manifestações e orações aos nossos encantados. Nossas comunidades se dividiram em grupos: uma parte foi para Brasília e as outras ficaram na base, reunidas para fechar a pista BR 101 em apoio aos povos que estavam no Distrito Federal. Toda a comunidade participou, jovens, adultos, anciões e crianças.

As crianças, através da participação nos movimentos, puderam aprender que, como diz o ditado popular, “uma andorinha só não faz verão”. Elas sentiram na pele também, como dizia nosso grande mestre e grande sábio de nosso povo Tururin Pataxó, que “uma vara só é fácil de se quebrar, mas um moi é mais difícil”. Aprenderam que nas lutas de nosso povo, nós nunca devemos lutar sozinhos, devemos lutar sempre juntos.

Um indígena na luta nunca luta só, pois se não fosse a união e as ações realizadas em conjunto com os parentes indígenas nas bases fechando as pistas e outros em Brasília ocupando os diversos espaços que devem e poderiam ser ocupados por nosso povo, não teríamos conseguido adiar essa votação, apesar de não ser esse nosso desejo, pois o que queríamos de fato era um julgamento que fosse favorável a nossos povos. Queríamos e queremos esse Projeto de Lei nº 490, que é um projeto genocida, anulado, esquecido, pois ele vai na contramão do nosso projeto de vida em nossas comunidades indígenas e da lei maior de nosso estado, que é a constituição.

Prática de manifestar-se.



Fonte: Acervo do autor.

As crianças aprenderam, e com mais intensidade na pandemia, que é preciso cuidar um do outro, que é preciso cuidar principalmente dos nossos mais velhos, que são nossa maior fonte de conhecimento, pois é com nossos anciões que a vida (história) da aldeia está guardada e é com eles que é preciso aprender. É preciso aprender para que a vida da aldeia não se acabe. Os anciões são aqueles que carregam consigo a história do nosso povo. Eles sabem de onde viemos, o que vivemos e como chegamos aqui, eles sabem as lutas que precisaram ser travadas para conseguir aquilo que temos até hoje, lutas que em vários momentos precisaram de outros conhecimentos, por exemplo, o conhecimento das marés, o ir e vir do mar na praia é tão semelhante ao ir e vir de nossos mais velhos à capital. Eles voltavam para a aldeia sem resultado, desanimados e tristes, mas logo se enchiam de energia e vontade e iam de novo em busca de demarcação, em busca de saúde, em busca de educação, em busca de uma vida melhor para nosso povo. Nem sempre tinham uma resposta boa, muitas das vezes voltavam até desesperançosos. Contudo, com o passar dos anos, eles foram conquistando muitas lutas, assim como o oceano batendo nas pedras. Indo e voltando, foram mostrando nossa força e capacidade de resiliência, capacidade de se moldar ao tempo e ao espaço.

Nesse período pandêmico, as crianças puderam vivenciar essas práticas vividas desde sempre pelas nossas lideranças mais velhas e mais recentemente por nossos jovens guerreiros e guerreiras, pois a luta não para, nascemos na luta.

Muda-se as figurinhas no planalto dos três poderes, mas não muda a cabeça e o pensamento atrasado de quem lá chega, essa matemática é certa. Sai um e entra outro no poder, de forma intensa ou vagarosa, e sempre buscam contar a nossa história a partir do ponto de vista deles, do jeito não indígena de ser.

Buscam sempre nos fazer enxergar o mundo a partir de seus olhos, dos olhos de quem vê a mãe terra como uma propriedade particular e a explora sem fim, de quem vê o universo como algo que precisa ser explorado, conquistado, desbravado, de pessoas que acham que viver bem é viver da lucratividade daquilo que acha ser seu.

Essa matemática é certeira. Passa-se os anos, muda-se governo, mas não muda a consciência de quem está no poder, não muda a consciência de que nem sempre é necessário precisar plantar para colher, basta apenas cuidar, pois assim sempre podemos ter.



Prática de esperançar

Fonte: Acervo do autor.

Prática de
“fechar a BR”
Fonte: Acervo do autor.



Para maiores detalhes, acesso o QR Code ou vídeo em: https://youtube.com/shorts/N_snAMoye-0

Fechamento

Quando falamos sobre aprendizagem, saberes, práticas e construção de conhecimento, pensamos imediatamente na escola como espaço único de aprendizagem. Com a pandemia, as escolas fecharam, e para muitos as crianças não aprenderam nada, mas este trabalho mostra os diversos ambientes em que a educação acontece. Não a educação escolarizada, mas a educação para a humanidade, para a cidadania, para o ser Pataxó, educação que é desvalorizada pela escolarização, mas que se faz importante para nosso povo pois é assim que se faz.

Este trabalho nos fez perceber como a educação indígena familiar se fez presente neste tempo pandêmico e de que forma fortaleceu ao meu povo Pataxó, como a única educação nas vivências dessas crianças, pois é nas práticas diárias que o saber acontece. As crianças junto de seus pais aprenderam a ser crianças Pataxó, construindo aprendizagens a cada fase de sua vida. Jovens, adolescentes e crianças

vão crescendo e vão se formando, aprendendo e construindo os seus aprendizados para ser um indígena Pataxó da aldeia Águas Belas, e é assim que nós fazemos.

Este trabalho de pesquisa ainda nos permite elucidar que, mesmo com a escola fechada, as crianças não deixaram de aprender, e que esses aprendizados não trouxeram uma queda importante na qualidade de vida das crianças, e nem prejuízo na dimensão sociocultural. Pelo contrário, se fortaleceu nossa cultura.

Esta pesquisa ainda nos leva a enxergar que, apesar de séculos e séculos de imposição de uma outra cultura, a nossa cultura indígena consegue permanecer viva até os dias atuais, e que as pedagogias dos nossos antepassados conseguiam e ainda conseguem passar de geração em geração saberes milenares, ao ponto de não perdermos aquilo que nos é tão precioso. O olhar o tempo, a lua e suas fases, a revoada das aves, saber o período de caça e de pesca sem degradação, os tipos de brincadeiras...

Então, é assim que é feito: primeiro deixar perceber, sentir, ouvir, pegar, ver, deixar conviver, possibilitando experimentar daquilo que considera importante à sua vida, possibilitando construir vida e transformando a realidade em aprendizado.

Referências

- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- NOAL, Mirian Lange; SILVA, Denise. Crianças pequenas terena: reencontros ancestrais em tempos de pandemia. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1332-1363, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/78673>. Acesso em: 2 set. 2024.
- SILVA, Isabel de Oliveira e; LUZ, Iza Rodrigues da; CARVALHO, Levindo Diniz (Org.). *Infância e pandemia na Região Metropolitana de Belo Horizonte: primeiras análises*.

Belo Horizonte: UFMG/FaE/NEPEI, 2021. Disponível em: <https://infanciaconfinada.com/wp-content/uploads/2021/05/Infancia-e-pandemia-em-Belo-Horizonte-Primeiras-analises-19-4.pdf>. Acesso em: 2 set. 2024.

SANTOS, Alana Barros. Retratos da pandemia no bairro da Levada: infância e crise em um bairro de periferia. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1465-1477, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/78673>. Acesso em: 2 set. 2024.



Narrativas da vida escolar durante a pandemia na unidade de ensino da Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha

Thaís de Oliveira dos Santos

Como citar este capítulo

SANTOS, Thaís de Oliveira dos. Narrativas da vida escolar durante a pandemia na unidade de ensino da Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha. In: TAMAYO-OSORIO, Carolina; PAULUCCI, Eric Machado; MACHADO, Rafael Antunes (org.). *Colheita indígena: práticas investigativas como experiência de autoformação e afetação coletiva*. Belo Horizonte: Editora Selo FaE, 2025. p. 98-120.

5

Apresentação

Grande parte do povo Pataxó vive no Extremo Sul da Bahia, em 36 aldeias distribuídas em seis terras indígenas, situadas nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Prado e Itamarajú, que são as aldeias de Coroa Vermelha, Barra Velha, Mata Medonha, Aldeia Velha, Águas Belas e Imbiriba.

A Aldeia Barra Velha está localizada no município de Porto Seguro e é considerada a “Aldeia Mãe”, sendo um ponto de partida para a formação de todas as demais aldeias, tendo sua importância ressaltada e representada até mesmo através das pinturas corporais. Vale a pena ressaltar que há também Aldeias do povo Pataxó no Estado de Minas Gerais:

“ os Pataxó vivem em sete comunidades, das quais quatro – Sede, Imbiruçu, Retirinho e Alto das Posses – estão localizadas na Terra Indígena Fazenda Guarani, município de Carmésia; MuãMimatxi, em um imóvel cedido à Funai pelo Serviço de Patrimônio da União, no município de Itapecerica; Jundiba/Cinta Vermelha, no município de Araçuaí e também habitada pelos Pankararu; e JeruTukumâ, em Açuena (Pataxó, 2024).

A comunidade indígena da Aldeia de Coroa Vermelha está localizada no município de Santa Cruz Cabrália, entre os municípios de Porto Seguro e Belmonte, e fica entre a praia e a pista da BR 367, Km 77. Ela conta com uma parte de mata a cerca de seis quilômetros a oeste da Aldeia, onde alguns habitantes desenvolvem a agricultura familiar.

A Aldeia de Coroa Vermelha surgiu em 1972, e tem como principal atividade a comercialização de artesanatos indígenas como meio de sobrevivência, além de ser conhecida como ponto turístico e receber visitantes de todas as partes do mundo. Nossa aldeia também é considerada um local historicamente famoso, já que foi o local onde foi realizada a primeira missa pelos portugueses em 1500 e um dos primeiros lugares a serem invadidos pelos europeus. Em meio ao processo de urbanização, a Aldeia de Coroa Vermelha segue resistindo e lutando para a garantia dos direitos, mantendo viva a cultura e praticando as tradições do seu povo, mantendo a essência, valorizando e respeitando os anciãos, chamados de “livros abertos”.

É conhecida também por sediar os jogos tradicionais indígenas que ocorrem todos os anos na comunidade, recebendo indígenas de diferentes povos e lugares, a fim de confraternizar e reverberar a união entre todos os povos indígenas, que mesmo tendo suas moradias distantes, são considerados como nossos parentes, promovendo o sentimento de unir, reunir e confraternizar.

A chegada da pandemia de Covid-19, no ano de 2020, trouxe uma série de desafios para diversos setores da sociedade, incluindo para a educação escolar indígena e para a vida na minha aldeia. No contexto da educação escolar indígena, esses desafios foram ainda mais intensos, uma vez que envolviam a preservação da cultura e da língua dos povos indígenas. Silvani Pataxó, uma das entrevistadas em 2023, afirmou o seguinte:

Essa nova dificuldade que hoje se apresenta, nos deixa mais fortes e unidos para que possamos continuar a lutarmos por uma educação de qualidade e aprimorada para os nossos educandos. Assim como a Educação indígena não estava acostumada com esse isolamento social, uma vez que sua prática é através de conversas, passeios, vivências

e troca de saberes/fazeres tradicionais no espaço de convívio. Houve a necessidade de reinventar as nossas práticas na comunidade, assim a execução da educação indígena tornou-se uma metodologia ativa na aquisição de conhecimentos culturais e sociais.

Não ficando imunes às políticas emergenciais do momento, as escolas indígenas fecharam e fomos obrigados a reorganizar os modos de funcionamento para nos adaptar ao ensino remoto e continuarmos oferecendo educação de qualidade aos alunos. Em um contexto de limitações tecnológicas e de acesso à internet precário, a falta de infraestrutura tecnológica e de conectividade foram alguns dos principais obstáculos enfrentados pelas escolas indígenas.

Salienta-se que a população indígena não foi atendida por uma política específica de enfrentamento à Covid-19 por parte do Governo Federal. De acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2022), em julho de 2022, haviam sido contabilizadas mais de 1.324 mortes em decorrência do Covid-19. Vale a pena notar que antes mesmo da pandemia não havia, por parte do Governo Federal ou dos governos estaduais e municipais, políticas educacionais comprometidas com a democratização do acesso e uso das tecnologias digitais de informação e comunicação nas instituições indígenas, assim como o fomento ao uso dessas tecnologias especificamente no processo de ensino aprendizagem.

Diante desses desafios, que já acometiam os(as) docentes, os(as) gestores(as) e os(as) estudantes das escolas indígenas, inclusive da Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, onde propusemos o desenvolvimento desta pesquisa, todos continuaram e continuam trabalhando e lutando pela melhoria dessas condições, convictos(as) que a educação escolar indígena possui um papel de importante na preservação da diversidade cultural e na construção e fortalecimento das identidades étnicas Pataxó. No entanto, a pandemia da Covid-19 trouxe uma série de desafios para a educação, com uma grande necessidade de adaptação ao ensino remoto que exigiu uma reorganização significativa do processo educacional.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo registrar as narrativas produzidas por professores(as) e gestores(as) da Unidade de Ensino da Escola Indígena Pataxó

de Coroa Vermelha, buscando analisar e descrever os impactos da pandemia de Covid-19 na educação escolar indígena. Com estes registros, será possível identificar os desafios enfrentados nesta escola indígena Pataxó no ensino remoto. Para isto, nos propusemos a realizar uma entrevista com um professor e três entrevistas com a equipe de gestão escolar. Nas entrevistas, focamos nos desafios enfrentados durante o ensino remoto, no uso de equipamentos tecnológicos e no processo de elaboração e entrega de atividades escolares como pontos específicos para conhecer os modos de funcionamento da escola e a vida num tempo em que o mundo enfrentava o isolamento social.

Na escrita deste capítulo, optamos por trazer análises das entrevistas que realizamos com Raimunda Pataxó- Hayô Pataxó, que, durante o desenvolvimento da pesquisa, atuava como coordenadora da área de língua Pataxó (*patxohã*) na escola e como coordenadora-adjunta da Ação Saberes Indígenas na Escola (IFBA), em Porto Seguro (formação continuada para professores e professoras indígenas da Bahia). Também apresentamos as análises da entrevista de Gilson de Matos Soares, que atua como professor há 21 anos na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha.¹ Entendemos que esta pesquisa serve como registro de mais um acontecimento histórico, que impactou a educação escolar indígena do povo Pataxó. Esta, como sempre, segue enfrentando com muita garra, lutando bravamente contra tudo o que surge com o passar do tempo. Assim, este registro permitirá uma compreensão mais ampla dos impactos da pandemia de Covid-19 na educação escolar indígena e poderá contribuir para o aprimoramento de políticas e práticas educacionais voltadas para as populações indígenas.

A Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha

A Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha está localizada no extremo sul da Bahia, na BR 367, Km 77, na Aldeia de Coroa Vermelha.

¹ As outras entrevistas e a pesquisa na íntegra, está disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/recursos-online/monografias-do-fiei/2023-2/>.

Escola Indígena Paxó
de Coroa Vermelha

Fonte: Acervo da autora.



Colégio Estadual
Indígena Pataxó
de Coroa Vermelha

Fonte: Acervo da autora.



O Colégio Estadual Indígena Pataxó Coroa Vermelha está localizado ao lado da Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, na BR 367, pois a Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha cedeu parte do terreno para a construção do colégio, fruto da luta de projetos elaborados por lideranças e pessoas que trabalhavam na escola.

Estas instituições possuem um papel fundamental na preservação da cultura e na formação de futuras lideranças. Nestas, estão alunos da educação infantil até os estudantes do nono ano do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). O corpo docente e os(as) gestores(as) destas duas instituições escolares indígenas são protagonistas de diversas lutas pela permanência da identidade cultural Pataxó nas novas gerações e estão comprometidos pela busca da garantia de sobrevivência da comunidade em que vivem, da assistência à saúde e das demarcações territoriais. Enfim, são indivíduos cientes dos seus direitos e deveres para com a sua comunidade.

O colégio foi almejado quando os alunos que concluíam o Fundamental II na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha viram a necessidade de dar sequência aos estudos, mas não havia ainda estrutura para tal – tanto no que se refere à estrutura física quanto a questões como merenda escolar e outros materiais necessários. Então surgiu a oportunidade, mediante muita luta das lideranças e de professores, de estudarem no Colegio Frei Henrique de Coimbra, como se fosse uma extensão da nossa escola.

Considerado como colégio provisório, foram cedidas algumas salas, porém o ensino era oferecido por professores não indígenas, que não possuíam uma educação diferenciada valorizando as questões indígenas. Foi em 2010 que se deu a criação do colégio, porém os alunos tiveram que passar a estudar em salas da Escola indígena Pataxó de Coroa Vermelha, pois o prédio físico do colégio ainda não estava pronto.

Então, anos depois, os alunos entraram na unidade escolar do Colégio Estadual Indígena Pataxó Coroa Vermelha, que deixou de ser extensão e passou a possuir um prédio próprio, antes mesmo da unidade ser oficialmente inaugurada, devido a problemas com a falta de pagamento no processo de construção.

Até então a unidade escolar não havia sido inaugurada e era gerida pelo diretor Railson Braz, que faz um papel diferenciado e comprometido com as questões indígenas juntamente com sua equipe. A unidade é reconhecida e ganhadora de diversos prêmios por se destacar nos resultados de ensino, um deles, inclusive, dado pela ONU. Atualmente, a escola possui 580 alunos, sendo que 470 alunos estudam na sede. Possui também cinco anexos, são eles: Juerana, Mata Medonha, Guaxuma, Mirapé e Meio da Mata.

É importante mencionar que a educação escolar indígena é um tema de grande relevância para a valorização da cultura e identidade das populações indígenas. No Brasil, a educação escolar indígena é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. A Constituição Federal, em seu artigo 210, estabelece que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 1996, em seu artigo 78, determina que “os sistemas de ensino promoverão a valorização das diferentes manifestações culturais e a necessidade de ensinar o respeito aos valores culturais e artísticos”.

Diante dos diversos desafios enfrentados pela educação escolar indígena, vemos como é importante registrar as vivências da escola indígena durante a pandemia provocada pela Covid- 19, pois possibilita demarcar novas demandas e legitimar propostas já existentes, que são defendidas pelos povos indígenas: uma escola intercultural e diferenciada para a valorização da cultura e identidade indígena na educação escolar. Não existe apenas uma forma de ensinar e aprender. A compreensão da especificidade da escola indígena dentro do contexto da aldeia é fundamental.

Assim, a Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha busca a formação integral dos estudantes, lutando por uma educação que incorpore saberes e práticas tradicionais, visando à formação integral dos estudantes, promovendo também a participação das comunidades na construção do processo educacional, respeitando e valorizando a cultura, língua, história e tradições do povo Pataxó, promovendo, assim, a construção de uma identidade étnica.

Desenvolvimento da pesquisa

Para realizar esta pesquisa, abordei as narrativas de dois professores e quatro gestores(as) indígenas da Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, para criar um processo de reconstrução do passado que reascende no atual processo de reafirmação étnica, ao registrar as memórias da vida escolar na pandemia provocada pela Covid-19.

“

A narrativização, ou seja, o ato de “contar histórias faz parte da própria experiência humana” (FLANNERY, 2011, p. 118). As narrativas desempenham funções pragmáticas: “O nosso viver é interpretado, discutido e compartilhado através de histórias que contamos para ilustrar, exemplificar, argumentar e divertir” [...] (FLANNERY, 2011, p. 112-113). Na esteira desse pensamento, Bruner (2002 *apud* MEDRADO, 2008) considera que a narrativa é a ferramenta que o ser humano usa para construir e expressar como comprehende suas experiências. Ela é usada para construir significados e esquematizar as experiências humanas. Concebo a narrativa como o ato de contar histórias, organizar e relatar experiências, portanto, é uma prática social, uma prática discursiva (Paiva, 2013, p. 30).

Registrar narrativas mediante entrevistas nos permitiu compreender as experiências vividas e, com elas, aprendemos sobre o nosso presente e futuro, assim como demarcamos reivindicações e necessidades emergentes para a escola indígena. Elaboramos, então, uma coletânea de narrativas de um professor e três pessoas da equipe de gestão da escola, que atuaram no período pandêmico e atuam na Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha. Os entrevistados relataram, de acordo com a própria visão, todo o acontecimento e os desdobramentos das situações que se apresentaram ao longo do período pandêmico.

As narrativas foram coletadas através de áudios, com a autorização dos entrevistados, quando eles contaram qual o sentimento deles com a chegada de um acontecimento tão inesperado, como foi a pandemia de Covid-19. Foram também registradas fotografias da escola, para a melhor compreensão/experiência do leitor.

Narrativas de professores(as) e gestores(as) indígenas sobre a vida na escola durante a pandemia (2020-2022)

Raimunda de Jesus Matos

Receber a notícia que estávamos vivendo o mundo pandêmico não foi fácil. O medo tomou conta e a preocupação aumentava a cada dia. Principalmente após a Organização Mundial de Saúde afirmar que o mundo enfrenta uma pandemia causada pelo novo Corona vírus, o Covid-19, autoridades de vários países começam a executar medidas que visavam à contenção da doença no Brasil e no mundo. E em nosso Município não foi diferente, houve suspensão temporária das atividades escolares presenciais a qual foi uma tentativa de minimizar a propagação da epidemia do corona vírus e reduzir o risco de contágio e propagação do vírus entre professores e alunos. E esse período de suspensão das aulas presenciais, durou mais ou menos um ano. E, para nós da Escola Indígena foi muito difícil porque o município, com a suspensão das aulas, todos os funcionários e professores Indígenas foram exonerados. Mas, para ajudar os colegas que não teria outra fonte de renda, começamos a buscar parceiros para ajudar os nossos colegas nesse período de grandes dificuldades. Conseguimos parceiros que ajudavam financeiramente os professores e funcionários, além das ajudas de cestas básicas advinda da FUNAI e outros parceiros que ajudavam nesse período. E no ano seguinte, em 2020, a Secretaria de Educação de Santa Cruz Cabrália adotou o processo de realização do ensino remoto inclusive em nossas escolas indígenas.

Para que essa modalidade de ensino nova, e muita estranha, desse certo, tivemos que contar com o apoio, parceria e o comprometimento de toda a comunidade escolar, bem como dos caciques e das lideranças. A nossa escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha adotou uma nova organização pedagógica para assegurar que todos os estudantes indígenas recebessem as atividades remotas em suas casas. Seguindo as medidas de proteção

contra o Corona vírus, a escola fazia escalas de planejamentos por segmentos e etapas para que os professores e professoras planejassem as atividades remotas, as quais teriam que ser impressas para contemplar as reais necessidades social cultural dos nossos estudantes indígenas, porque em muitas das nossas aldeias não há acesso à internet e nem tecnologias. As atividades teriam que ficar de quarentena, seguindo o protocolo de segurança e logo depois os pais, mães e responsáveis, viriam até a escola para pegar o envelope com as apostilhas das atividades referentes 15 dias letivos, das respectivas séries ou disciplinas dos seus filhos e filhas, bem como devolver as atividades já realizadas, executadas pelos estudantes. Tivemos inúmeros desafios na realização do ensino remoto, mas também muitos aprendizados. E dessa forma, a escola manteve sempre conectada com os estudantes e as famílias durante o ensino remoto e desenvolvendo a nossa educação escolar Indígena.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola Indígena teve início por uma ação conjunta entre escola, pais, alunos lideranças e comunidades a partir do desejo dos professores e professoras Indígenas da primeira turma do magistério Indígena no ano de 1998, com os princípios de uma Educação Escolar Indígena, Específica, Diferenciada, Bilingue/multilingue, Intercultural, Comunitária. E logo depois a efetivação da sua construção se deu com o projeto de pesquisa do Professor Jerry Matalawê, da Universidade de Mato Grosso (UNEMAT). E cada ano o PPP é revisado, repensado sempre respeitando as reais necessidades culturais do nosso Povo.

Durante o período remoto, ficou muito difícil seguir o currículo da escola. Tivemos que fazer adaptações para contemplar a realidade pandêmica. Não tínhamos professores e estudantes corpo a corpo em sala de sala presencialmente para cumprir rigorosamente a proposta curricular de cada série ou disciplina. As atividades programadas e planejadas eram pensadas para cada estudante com sua individualidade cognitiva, inclusive para os estudantes da educação especial da escola.

Quanto ao Sistema de Gestão Escolar (SGE), foi implantado no Município e a escola Indígena, penso eu, que foi obrigada a acompanhar/aceitar o sistema. Ao meu ver, é um sistema que tem pontos positivos e negativos. Positivos porque é um sistema informatizado onde se encontra dados gerenciais de alunos, planejamento de bimestres, bem como, de aulas quinzenais. Ou seja, um sistema bem estruturado. Mas, ainda não contempla as reais necessidades culturais do nosso Povo. Ou seja, é necessário grandes mudanças e adaptações para contemplar a Educação Escolar Indígena do nosso Município.

Raimunda Matos destacou o desespero que foi vivenciado com a notícia da chegada da pandemia, tanto da Unidade escolar, quanto pela comunidade em si, pois ambas caminham juntas em um só pensamento, a escola trabalha segundo ao andamento da comunidade, ou seja, tudo que acontece na comunidade, a escola aborda em seu processo educacional. Não foi fácil, mas a essência de união encontrada nas comunidades indígenas faz com que o mecanismo de resistência seja ativado, pois o povo pataxó tem a característica de ser um povo de luta e a comunidade unida se torna mais forte.

Em uma situação completamente inusitada, com a suspensão das aulas presenciais e com o retorno no modo remoto, a escola teve que trabalhar as questões socioemocionais com esses alunos, na tentativa de intervir nesse cenário de reclusão, proporcionando atividades lúdicas, onde o aluno pudesse interagir com a família e ter um momento de felicidade, recebendo, em contra partida, um feedback das famílias agradecidas por sentirem o carinho e preocupação da escola com seu bem estar, visto que nos roteiros das atividades sempre haviam mensagens motivacionais.

Foram muitos os esforços da unidade escolar para tentar também amenizar os impactos negativos na parte psicológica dos membros da comunidade, isso acontecia devido à Escola estar ciente de que a situação na comunidade era muito triste, mediante à perda de parentes para essa doença chamada de corona vírus e devido a educação escolar indígena ser diferenciada e comunitária. Podendo contar também com o apoio das lideranças, e de parceiros que sempre souberam valorizar a escola

como algo fundamental para o desenvolvimento da comunidade, não deixando de estar presente durante esse momento tão difícil.

Gilson de Matos Soares

Eu sou Gilson de Matos Soares sou professor da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha (Professor de Matemática do Fundamental II) e relacionado ao momento pandêmico, nossa comunidade, enquanto professor na escola indígena, nós tivemos foi um desafio, de atuar nesse momento da pandemia, né?! Assim como foi em todo o Brasil, nas comunidades indígenas não foi diferente, foi um momento que a comunidade nunca tinha passado, o mundo não tinha passado na verdade, né? Nós tivemos que nos adaptar para que pudesse termos as aulas e um dos desafios principais foi o planejamento.

Pensamos, de que maneira a gente irá planejar as aulas, né, uma vez que não estaria com os alunos presentes, como trabalhar de forma remota? E tivemos que fazer logo de início, o planejamento coletivo, né, com os professores, escolhendo um tema e daí desenvolver as atividades com todas as disciplinas, de forma interdisciplinar e de maneira que os alunos pudessem entender, porque não tinha a presença do professor para explicar individualmente.

Então num primeiro momento, tivemos que fazer essas atividades coletivas, de modo interdisciplinar, só que depois também não deu muito certo, aí acabamos fazendo por disciplina, reuniam os professores de cada disciplina e elaboravam a atividade à qual aqueles alunos iriam responder, então elaborávamos atividades de matemática, de português, de todas as disciplinas. Os professores de cada disciplina, juntos, elaboravam uma atividade e enviavam para o aluno e aí após as duas semanas eles retornariam com essas atividades e a gente fazia a correção e ele já levaria uma outra atividade para mais uma quinzena e assim fomos fazendo durante a pandemia.

Como eu te disse, no início foram vários desafios, né, primeiro com relação ao entendimento, né? E uma vez que os alunos não tinha o contato com o professor e a gente não tinha também, como fazer um acompanhamento por celular por exemplo? Porque os alunos, nem só os alunos, mas também a escola, não oferecia esse mecanismo, né, de celular, até que quanto a aparelho de celular não seria tanta dificuldade, né, porque a maioria hoje tem um aparelho celular, mas aí depende da internet pra que a gente possa fazer isso, né?

Pois cada aluno que trazia essas atividades, às vezes os pais traziam e a gente ia corrigir essa atividade da semana ou da quinzena, mas às vezes as questões estavam todas respondidas, né?! E outras não, dependendo daquela família na qual aquele aluno era membro, né? Se fosse uma família que tinha na sua casa ali, alguns alunos que é já tinham uma escolaridade talvez a nível maior do que a dele, tinham mais uma facilidade que eles explicavam, né, e respondiam. Às vezes até respondiam aquele aluno que não tinha tanto, que os pais não tinham tanta escolaridade, na maioria das atividades, né, não vinham todas completas e aí já tínhamos essa dificuldade.

Com relação à avaliação por exemplo, né, porque aí para se avaliar, nós tínhamos que também levar em consideração essas situações, então um dos critérios de avaliar era o aluno já entregar atividade e devolver, a devolução já era um dos itens a serem avaliados, né, entregar as atividades e trazer o retorno. A outra questão era fazer o acompanhamento das questões respondidas e na atividade seguinte a gente retornava com algumas até revendo novamente, dando uma revisada nesses conteúdos, só que também enfrentamos diversas dificuldades com relação a produção desse material, porque o município não deu todo suporte que a escola precisava, de imprimir muitas atividades, né? Dentre outros coisas, uma escola com mais de 1.000 alunos e você tendo que fazer essas atividades pra todos esses alunos, né? Não tinha como enviar muitas atividades, às vezes duas, três páginas com atividades eram feitas por disciplina, porque demandava de muito

material, folha de papel ofício, tinta pra impressora, tinha uma única impressora pra imprimir todas essas atividades, né? Então, a gente se reunia para imprimir essas atividades, depois se reunia para montar essas atividades, né, grampear todas para que o aluno pudesse receber, então isso foi uma grande dificuldade que a escola enfrentou para solucionar esse problema na pandemia.

Um ponto que posso dizer assim, positivo dentro dessa pandemia, foi no primeiro momento difícil lidar com a tecnologia, também no início foi logo uma experiência nova, né?! Que é você tá mexendo com a tecnologia, porque a gente não estava tão acostumado, era acostumado com o contato direto com o aluno na sala de aula, quadro, né, e a explicação. Então a gente passamos a fazer essas explicações, agora para as pessoas que vinham pegar as atividades, eles explicariam para os seus filhos ou irmãos, quem viesse, né, ou ele próprio que viesse, alguns tinham alguns contatos, a gente disponibilizava também, era algo interessante, disponibilizá-las em cada atividade o contato dos professores de cada disciplina, porque aí eles poderiam entrar em contato, aqueles que tinham é crédito pra ligar ou internet ainda, entraria em contato com os professores e tirava algumas dúvidas pra que a gente pudesse ajudá-lo durante aquele período.

Então a gente fazia isso, tirava essas pequenas dúvidas durante a semana e aí tivemos outro ponto positivo, decisivo, que foi também a implantação do SGE, que era o sistema de gerenciamento dessas notas das atividades. Era algo novo também para a escola, que estava acostumada com seu diário, né, impressos e agora é preciso pegar tudo e colocar tudo no sistema, né, diretamente online, né, e aí tivemos que saber fazer essa adaptação, aprender assim às pressas pra responder e aí era um ajudando o outro, encontramos essa dificuldade, em você passar o conteúdo e ter que lançar nesse sistema.

Era algo que talvez não era aquilo o que você tinha passado para o aluno, e sim aquilo que já estava dentro do currículo, ali do município,

né? E foi um desafio para a escola e também um desafio para os alunos também, né? Os pais também tinha uma grande preocupação com relação a reprovação e aprovação do aluno, então realmente também foi um momento difícil, tanto para o aluno quanto para o professor, mas no final, é deu certo para que tudo acontecesse, porém a aprendizagem dos alunos não foi aquilo que a gente esperava, né?

Assim que retornarmos, conseguimos fazer um diagnóstico, que foi constatado um prejuízo imenso para esses alunos, que logo no início nós tínhamos uma reprovação e que passavam pra gente que íamos ter que avaliar e reprovar alguns alunos que não conseguissem atingir suas metas e aí nós ficamos preocupados com isso, como faria isso esse tipo de avaliação? E aí depois acabou que o município em si, a grande maioria, decidiu aprovar todos os alunos, né? E aí quando retornamos para o presencial aí nós fomos ver a dificuldade de cada aluno presencialmente.

Mas foi isso, foi uma experiência digamos que interessante, diante da situação que o mundo estava vivendo e nós tivemos que correr atrás para se adaptar a aquilo que a gente não era acostumado, né? Não tinha nenhuma experiência de aulas remotas por exemplo, nem os professores e nem o nosso público, que é a nossa comunidade e a escola, também não tinha essa estrutura para oferecer também, né, esse tipo de aulas remotas, fora o risco de contaminação, que por mais que a gente fizesse e tivesse todos os cuidados, mas tinha o risco da contaminação, tanto do aluno vindo pegar as atividades, quanto da gente tendo contato também com os alunos, né?

Primeiro passaram que nós tínhamos que pegar essas atividades deixar ao menos três dias reservadas, para que a gente pudesse manuseá-las, fazer a correção, entre uma e outra e também imprimir essas atividades, montar e demorar mais um dia, para que o pai do aluno viesse pegar também, mas só que não tinha como cumprir isso, né? Outra dificuldade também foi quanto aos alunos retirarem essas atividades, né?

O professor Gilson Matos relatou a preocupação com a questão do planejamento das atividades que seriam ofertadas para os alunos, tendo o cuidado e pensando em qual seria a melhor forma que pudessem ser feitas essas atividades, para que os alunos conseguissem tirar o máximo de proveito possível das mesmas, então, munido de muito conhecimento, tanto por experiência de anos na educação, quanto de conhecimento tradicional, ele não mediou esforços em usar isso em prol de contribuir com a qualidade dessas propostas de atividades.

No constante exercício da *práxis pedagógica*, sempre antes de serem enviados os roteiros, as atividades eram analisadas pelos demais professores e pela equipe de gestão, a fim de observar se a linguagem a qual eram abordadas nesses roteiros, observando se eram adequadas e se contemplavam a realidade dos alunos, utilizando uma linguagem simples, contando também com instruções na própria atividade, de como a mesma deveria ser feita, para que o responsável pudesse ajudar o aluno na resolução das mesmas.

Isso foi fundamental, pois mais do que virem respondidas essas atividades, elas precisavam realmente ser funcionais, o foco delas era atender de fato os alunos, de modo que pudessem aprender realmente com elas. Então o *feedback* dessas atividades serviam de termômetro para que pudéssemos pensar em novas estratégias, para então planejar as próximas que seriam enviadas. Ainda que com algumas limitações, o desafio de elaborar e produzir essas atividades era inteiramente pensado no aprendizado real do aluno, abordando principalmente às questões culturais por meio de atividades adaptadas voltadas para a valorização tradicional cultural Pataxó.

Aqueles que moravam próximo à escola, não encontraram tanta dificuldade, mas aqueles que moravam distante da escola, como os alunos das extensões, tiveram grande dificuldade em vim recolher, pra pegar essas atividades e fazer essa devolução também, também foi um desafio para a escola, para os professores, de ter essa sensibilidade quanto a avaliação desses alunos não podendo prejudicá-los e tivemos cuidado pra sermos o mais sensível possível, no mais foi isso, esse desafio que a escola indígena enfrentou junto com os seus professores.

Fechamento: aprendizagens ao ouvir narrativas da vida na escola indígena durante a pandemia (2020-2022)

Apesar das legislações e políticas públicas existentes, a educação escolar indígena ainda enfrenta diversos desafios, tais como a precariedade das estruturas, a ausência de bibliotecas e laboratórios e a falta de materiais pedagógicos.

A estrutura da escola se encontra com sérios problemas, visto que desde que se iniciaram as aulas no local, nunca houve uma reforma que realmente sanasse todos os problemas de infraestrutura, a falta de investimento e a precariedade dos materiais. O que ocorre sempre é uma tentativa de “maquiar” externamente. Sempre que chove, continua chovendo mais dentro das salas do que do lado de fora. As janelas são preenchidas com pedaços de tapumes de madeira em vez de vidro. O famoso “jeitinho brasileiro” por parte do poder público. Prova desse descaso é que, no início do ano letivo de 2023, os próprios professores e a equipe de gestão fizeram um mutirão para que a escola estivesse em condições dignas para receber com alegria os alunos. Foram compradas tintas com recursos próprios, rolos, etc. para que a escola ganhasse “a cara do Povo Pataxó”, ressignificando o espaço escolar.

Houve certa dificuldade na logística de entregas e devolutivas da sede para as chamadas extensões da escola durante o ensino remoto, que se tratava de salas de aula nas comunidades circunvizinhas da sede. Eram cinco extensões: Aroeira, Agricultura, Araticum, Nova Coroa e Txihy Kamaywrá. Nem sempre se conseguia entregar as atividades no mesmo prazo que era entregue na Sede devido à questão do transporte, porém todos os alunos das extensões receberam os roteiros, assim como os alunos da sede.

A maioria dos professores da escola indígena Pataxó de Coroa Vermelha já possui formação pelas Universidades Federais de Minas Gerais (UFMG), do Sul da Bahia (UFSB), e da Bahia (UFBA), pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) em cursos interculturais indígenas.

O ensino remoto se tornou uma alternativa para a continuidade do processo educacional durante a pandemia da Covid-19. No entanto, essa modalidade de ensino também trouxe desafios para a educação escolar indígena. A educação indígena é caracterizada por ser comunitária e oral, além de valorizar as práticas socioculturais, o que tornou muito desafiador o desenvolvimento de atividades remotas. Isso porque o ensino remoto, em sua maioria, utiliza recursos tecnológicos e materiais escritos que não contemplam as especificidades linguísticas e culturais dos povos indígenas que tem como herança tradicional o domínio da oralidade.

Um dos fatores que prejudicaram os estudantes muito relatado foi a falta de aparelhos celulares das famílias e a falta de acesso à internet, que dificultaram, no caso dos pais que não tinham tempo de ir à escola, a comunicação deles com a escola, e, no caso dos estudantes que precisavam de um aparelho para pesquisa, a resolução das atividades.

Em meio a tantas questões, algo que ficou nítido foi a falta de suporte e estímulo por parte da família dos estudantes, não cooperando com os alunos na resolução das atividades, ou até mesmo não comparecendo na unidade de ensino para pegar ou devolver os roteiros de atividades. Uma das causas desse “abandono” foi a falta de tempo devido aos horários de trabalho, dentre outros fatores que foram alegados.

Algo importante que aconteceu foi que, ao analisar por que as atividades estavam sendo devolvidas sem serem respondidas, foi descoberto de que muitos pais não sabiam ler e nem escrever devido a uma infância passada trabalhando para ajudar no sustento da família. Isso os impossibilitou de auxiliarem os filhos e complicou a aprendizagem para os alunos que se encontravam no processo de alfabetização remoto.

Diante de todos esses desafios, foi necessário que medidas específicas fossem adotadas para a promoção do ensino remoto na educação escolar indígena. Medidas que respeitassem as especificidades linguísticas e culturais da comunidade de Coroa Vermelha e que garantissem o acesso aos conteúdos educacionais de qualidade, voltados para realidade da comunidade em que os alunos vivem. Para isso, foi fundamental que fossem disponibilizados materiais didáticos adequados, que valorizassem a oralidade e as práticas culturais do povo Pataxó.

Por isso, também foram pensadas estratégias para a elaboração dos roteiros de atividades, com o intuito de facilitar a compreensão dos pais que possuíam baixo nível de escolaridade. Nas próprias atividades havia um passo a passo sua realização, utilizando palavras simples e do cotidiano da comunidade, com conteúdos voltados para os conhecimentos tradicionais para os quais a fonte de estudo pudesse ser alguém mais velho da comunidade ou até mesmo algum membro da família.

A reflexão com relação ao método avaliativo teve que ser ainda mais exercida, considerando todas as problemáticas que surgiram, tendo em vista todos os fatores que desfavoreceram os alunos e os prejudicaram educacionalmente, sendo que eles não tiveram culpa de tudo o que aconteceu. Em virtude de um cenário complexo como esse, foi pensada uma estratégia de organização mais humanizada possível, colocando em prática o exercício da empatia.

Na escola indígena Pataxó de Coroa Vermelha, sempre foi comum a prática da busca ativa, e por conta da falta de acesso e de contatos por meio de celulares, essa prática teve que ser muito utilizada para a garantia educacional dos alunos: os professores iam às casas dos alunos a fim de saber por que os familiares não estavam pegando os roteiros de atividades, buscando também conscientizar os pais sobre a importância do estudo para a vida dos seus filhos.

Diante desses impactos, foi fundamental a garra que os(as) gestores(as) e professores(as) tiveram na luta da educação escolar indígena durante a pandemia de Covid-19, trabalhando para a redução das desigualdades educacionais e para o apoio emocional aos estudantes por meio de atividades voltadas para seu bem-estar e saúde mental, valorizando a oralidade e as práticas culturais dos povos indígenas. Com a interrupção das aulas presenciais, foi necessário buscar alternativas para garantir a continuidade do processo de ensino-aprendizagem. A escola adotou o uso de roteiros de estudos e atividades impressas, que foram distribuídos nas comunidades indígenas.

Para superar esses obstáculos, a escola adotou estratégias como o uso de grupos de WhatsApp para comunicação com os estudantes e, em algumas ocasiões, a realização de encontros virtuais para orientação sobre as atividades escolares. A escola também buscou o apoio de lideranças e membros da comunidade para garantir a entrega das atividades impressas e a realização das atividades.

Diante da pandemia de Covid-19, a educação escolar indígena enfrentou desafios significativos em todo o Brasil, incluindo a Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha. A interrupção das aulas presenciais e a necessidade de adaptação ao ensino remoto trouxeram desafios importantes para estudantes, professores e gestores da escola.

Essa pandemia foi um dos nossos maiores desafios, pois foi algo que nos pegou de surpresa, principalmente o uso de máscaras, com qual não estávamos acostumados. Muitos parentes não conseguiam tomar os cuidados recomendados, mas faziam o uso dos remédios naturais tradicionais, principalmente para nossas crianças. Ainda assim, tivemos perdas irreparáveis.

Quando se trata de educação escolar indígena, temos o hábito de contato com o outro e com a comunidade. Devido a isso, a adaptação a esse modelo remoto não foi fácil. Mesmo assim, nós professores fizemos nossos planejamentos coletivos, trocando saberes e de acordo com realidade de cada comunidade atendida. Muitas famílias ficaram abaladas psicologicamente, essa pandemia causou sérios problemas em nossos núcleos, mas ainda assim conseguimos vencer todos os obstáculos que foram causados por ela.

Neste estudo, foram apresentados os desafios enfrentados pela Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha durante o ensino remoto na pandemia de Covid-19. Foram narrados pelos entrevistados e evidenciados pelos mesmos a dificuldade com o uso de equipamentos tecnológicos e com a conexão à internet, consideradas fundamentais para a continuidade do processo de ensino-aprendizagem, mas também como a falta de infraestrutura básica e a falta de familiaridade dos estudantes com as tecnologias digitais, dentre outras coisas, foram obstáculos significativos.

No entanto, a escola buscou alternativas como o uso de materiais impressos, a criação de grupos de WhatsApp e o apoio de lideranças e comunidade local para garantir a continuidade do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a pesquisa destacou a importância da legislação e das políticas públicas para a educação escolar indígena, bem como da formação adequada de professores e da valorização das culturas e tradições indígenas.

Com esse processo, como educadora que atuou nesse período e com a vivência na comunidade, ao ouvir o professor e a equipe gestora a respeito das mais diversas experiências, eu aprendi que a educação escolar indígena é construída pela resistência de cada uma das pessoas nela envolvida. Durante a pandemia, foi muito evidente como a escola e a comunidade caminharam e caminham juntos e como os conhecimentos ali compartilhados perpassam os muros da escola, promovendo uma educação carregada de identidade cultural.

Nesse contexto comunitário, o que se sobressaiu em meio a todas as problemáticas que se apresentaram no decorrer desse processo foi a capacidade admirável do Povo Pataxó de resistir, em especial na Aldeia pataxó de Coroa Vermelha, visto que as lutas não cessam de vir, mas o povo pataxó não cessa de continuar lutando com muita garra pelos seus direitos e bem-estar de sua comunidade. Por isso, por meio desta pesquisa, almejou-se valorizar as os esforços incansáveis de toda equipe escolar da minha comunidade, evidenciando-a para o Mundo. Em conclusão, este estudo contribui para o registro dos desafios enfrentados pela educação escolar indígena durante a pandemia de Covid-19 e para a reflexão sobre estratégias de enfrentamento desses desafios.

Referências

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Panorama geral da Covid-19. In: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, 2022. Disponível em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/. Acesso em: 20 set. 2023.

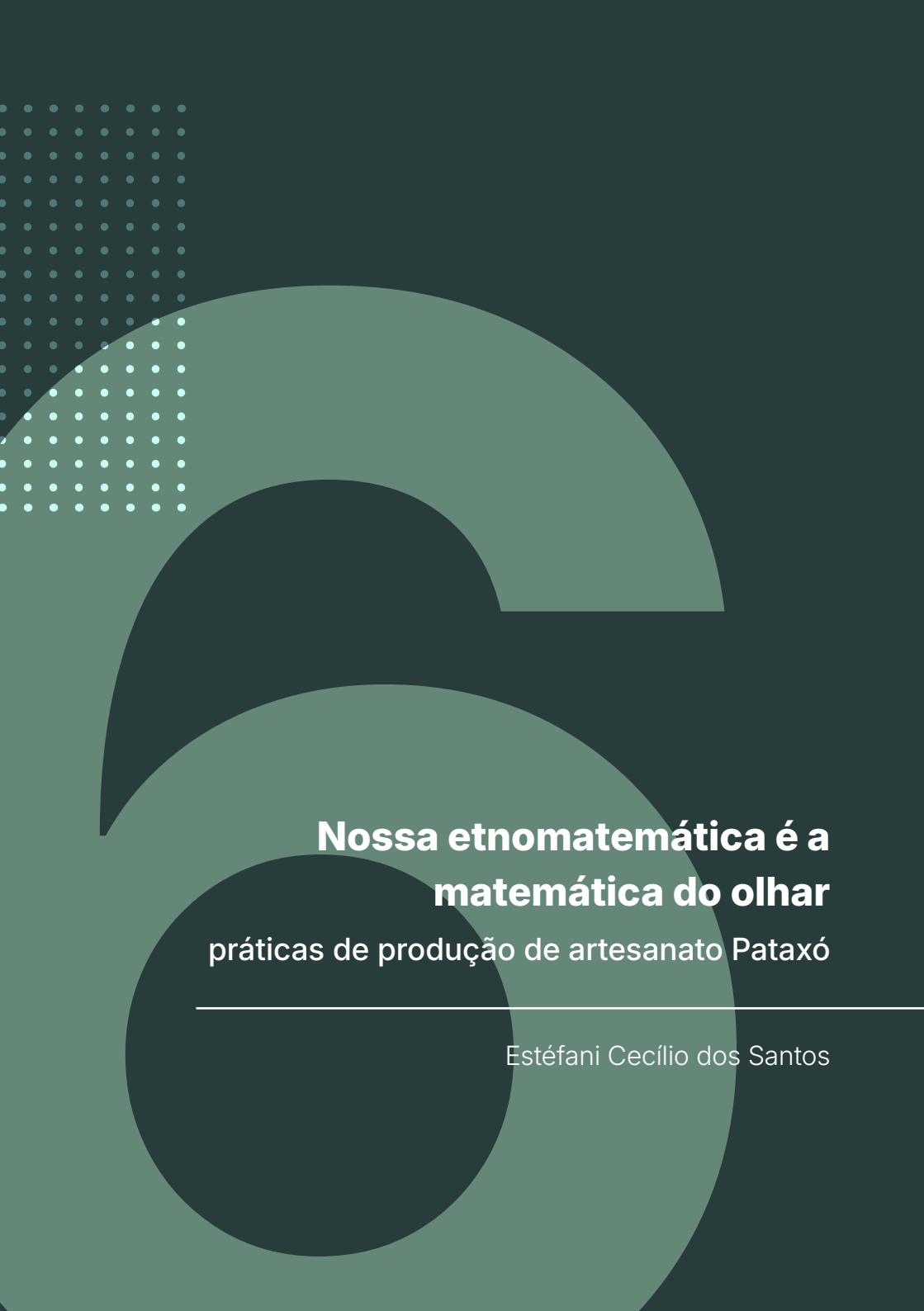
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Covid-19: manejo clínico. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

PAIVA, Eliane Bezerra. *Narrativas indígenas: construindo identidades e constituindo-se em fontes de informação*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PATAXÓ. In: Wikiversidade, 2024. Disponível em: <https://pt.wikiversity.org/wiki/Wikinativa/Patax%C3%B3>. Acesso em: 12 set. 2024.



Nossa etnomatemática é a matemática do olhar

práticas de produção de artesanato Pataxó

Estéfani Cecílio dos Santos

Como citar este capítulo

SANTOS, Estéfani Cecílio dos. Nossa etnomatemática é a matemática do olhar: práticas de produção de artesanato Pataxó. In: TAMAYO-OSORIO, Carolina; PAULUCCI, Eric Machado; MACHADO, Rafael Antunes (org.). *Colheita indígena: práticas investigativas como experiência de autoformação e afetação coletiva*. Belo Horizonte: Editora Selo FaE, 2025. p. 121-148.

6

Apresentação

Falar sobre o artesanato é falar sobre mim, sobre minha comunidade e meu povo. Muito do que contarei neste trabalho reflete minha personalidade, o modo de vida do meu povo e as entrevistas realizadas a respeito da influência do artesanato na vida dos Pataxó.

Sou mulher indígena. Cresci na aldeia do meu povo Pataxó, onde eu aprendi diferentes ensinamentos da vida: a ter respeito pela terra, pela natureza e respeito pelos nossos anciões. Um dos ensinamentos principais que carrego comigo é a arte de produzir o artesanato, costume cultural do povo Pataxó. Ainda muito pequena, aprendi com minha comunidade a fazer artesanato com sementes.

Minha avó conta das dificuldades em deixar seu território, na aldeia Mãe Barra Velha (BA), e se adaptar ao estado de Minas Gerais. Na mudança vieram minha avó, seu marido e seus filhos. Sem se esquecer da sua origem, costumes e tradições, criaram em Guarani, no município de Carmésia (MG), um lar para firmar suas raízes. Naquele tempo, meu povo vivia da agricultura familiar, mas quando meu avô faleceu, deixando três mulheres (minha avó, mãe e tia) e duas crianças (meu irmão e primo), a produção de artesanato se tornou nossa fonte de renda familiar.

Minha avó já produzia artesanatos para família e amigos como artefato de proteção, isto é, para serem usados em rituais. No entanto, como a comunidade era pequena e não tinham oportunidades de serviços, minha mãe, bem como as outras pessoas Pataxó, recorreram à produção de artesanatos para comercialização. As vendas eram feitas nas escolas onde a comunidade fazia apresentações para visitantes, mas também aconteciam vendas e trocas com os parentes da aldeia Mãe Barra Velha, em Porto Seguro.

O artesanato se tornou um costume e uma arte muito valorizada pelo nosso povo, carregando muitos valores, conhecimentos e respeito com aqueles que praticam a sua história. Minha mãe explica que aprendeu a fazer artesanato com penas, na companhia de seus primos:

Eu saía de casa e ia para a casa dos meus tios, lá na casa deles eu observava minhas primas fazer brincos com penas. Elas escolhiam, juntavam as penas e depois, com uma linha, amarravam. Foi observando elas produzindo os penachos de pena que aprendi a produzir brincos de pena (Sarah, 2022).

Os penachos de brincos, xarri¹, amarradores e cocares são alguns exemplos dos trabalhos da minha comunidade. Para colorir as penas de galinhas, patos ou papagaios usados em nossos artefatos, realizamos algumas etapas. Na primeira parte, molhamos as penas, dividimos em grupos e jogamos elas na anilina dissolvida na água. Em seguida, levamos as penas para o fogo e mexemos até que todas elas paguem cor. Feito isso, lavamos as penas, tiramos o excesso de água, colocamos em uma vasilha e, por fim, levamos ao fogo para secá-las. Neste último processo, temos que mexer e mexer as penas no fogo para que elas fiquem secas e soltas, prontas para produzir os artesanatos.

A minha vida com o artesanato começou desde a infância. Me lembro das tardes em que minha família se reunia para dar início à produção dos artesanatos de sementes, a começar pela colheita.

¹ Palito de cabelo enfeitado com penas.

Aprendi a trabalhar com o artesanato desde de pequeno, que foi passado de geração a geração. Aprendi com meus pais olhando eles, eles ensinando, e hoje meu trabalho e sobrevivência é através do artesanato que eu produzo, eu e minha esposa. [...] Sem meus artesanatos eu não sou nada hoje, sou muito grato. A tradição e o amor que eu tenho pelo artesanato e manter vivo a cultura do meu povo e a maior coisa que eu sou muito grato é de produzir meu material e estar vendendo, expondo para o brasil para que todos reconheça a cultura do povo Pataxó. E como eu falei, eu dedico a minha vida toda pelo artesanato Pataxó e também eu sou apaixonado pelo artesanato de outros povos indígenas, que eu vejo publicar nas redes sociais [...] Sem o artesanato eu não sou nada, tudo que eu conquistei hoje eu agradeço muito ao meu trabalho tradicional que eu faço dentro da minha comunidade (Henagio Braz, 28 anos, Aldeia Barra Velha).

Eu e as outras crianças acompanhávamos os adultos, brincando durante a colheita e ajudando a carregar as vagens de sementes para colocar no saco. Depois de apanhadas as sementes no pé, começava a segunda etapa, minha favorita: o descascamento das sementes. As mulheres faziam grupos para descascar sementes de juerana,² reuniam a família, os parentes vizinhos e as crianças, compartilhando histórias tradicionais e a lembrança de como eram feitos os processos para produzir o artesanato.

Antigamente a gente usava a linha de tucum para fazer os nossos artesanatos. Eu e minhas parentes íamos para a mata tirar o tucum, era da folha da palmeira do tucum que nós tirava a linha. Primeiro rancava as folhas, com cuidado para não machucar com os espinhos. Depois que colhia a folha do tucum, com cuidado tirava uns fiapos de fios. Desses fiapos de fios a gente juntava e fazia a linha do tucum (Maria d'Ajuda Braz, 2022).³

² A juerana é uma árvore que dá sementes de ano em ano. Na aldeia onde nasci, de janeiro á abril, utilizávamos muito da semente de juerana nos nossos artesanatos.

³ Maria d'Ajuda Braz é minha avó, com quem aprendi muito sobre o artesanto, e tenho guardado na memória sua fala sobre as linhas e o tucum.

Quando são recolhidos mais de um saco de semente, o descascamento pode levar uns dias. A terceira etapa é o tingimento, quando as mulheres separam as sementes em grupos de acordo com as cores que tem para pintar. Se temos quatro cores diferentes de anilina, vamos dividir, por exemplo, entre as cores vermelho, verde, azul e amarelo. As divisões são feitas através do olhar e usando a “mão cheia”. Cada mulher que participa do processo, na hora de receber a sua parte do trabalho, ganha uma mão cheia de sementes, e este sistema vai sendo repetido até todas as mulheres receberem a mesma quantidade de sementes. Esse manejo de divisão também é utilizado em nossas atividades do dia a dia.

Existe uma grande variedade de sementes, de vários formatos, tamanhos e contrastes. Além das sementes de juerana, também usamos as sementes de pariri, olho de boi, tiririquim e tantas outras. Mas nem sempre tivemos fácil acesso às sementes. Antes, quando não tínhamos sementes em nosso território, minha mãe e meus tios saiam da aldeia para pegar semente de juerana na cidade vizinha. Hoje, graças a Niamissu, temos sementes em nosso território e preservamos o que temos nos quintais de nossa aldeia, espalhando as sementes para crescer e futuramente dar seus frutos para todos.

Meu primeiro artesanato, uma pulseira simples de uma linha, foi feito com os ensinamentos de minha mãe. Apenas aos nove anos aprendi a fazer pulseiras largas com detalhes. Para fazer a pulseira larga, primeiro fazemos uma pulseira com uma linha só, medida com o tamanho do punho, depois furamos a primeira semente da primeira pulseira e atravessamos com uma linha para adicionarmos outra carreira de sementes.

Terminando esse procedimento, basta dar continuidade até chegar na largura que se deseja. Foi tecendo pulseiras largas que aprendi noções básicas de matemáticas, como contar e dividir as sementes, além de criar formas geométricas nos meus artesanatos.

Eu sempre gostei de produzir artesanato, de conhecer as sementes, de criar diferentes grafismos com as cores, inventando novas possibilidades de artesanato. A minha inspiração e motivação sempre veio da minha família e da minha comunidade, mas a escola cumpriu um importante papel para o fortalecimento da cultura da aldeia Muã Mimatxi. Nossas atividades escolares envolvem a valorização da nossa cultura, nossos saberes tradicionais e o conhecimento ancestral, que são passados pelos membros da comunidade para nossas crianças e jovens da aldeia.

Por isso, a escola é o coração da aldeia. É como se fosse a minha segunda casa, pois aprendo não apenas a alfabetização, mas também a ter orgulho da minha origem, da minha etnia, dos meus adereços e da história de luta do meu povo e de outros povos indígenas do Brasil. Como temos aulas interculturais na escola indígena, estudamos considerando nosso fazer e nosso saber, portanto, “é uma experiência [...] onde são vivenciados os conhecimentos tradicionais do nosso povo de uma forma coletiva e interdisciplinar” (Povo Da Aldeia Muã Mimatxi, 2013, p. 55).

Acho importante dizer que entendo a interculturalidade como uma tentativa de questionar e pressionar o modelo escolar clássico, incluindo as lutas de diferentes etnias. É um universo de disputas que pedem por justiça cultural e o direito de sermos nós mesmos em suas particularidades. Podemos dizer que uma educação intercultural quer transformar tanto a sociedade quanto o sistema educativo, permitindo que existam concordâncias e discordâncias entre os habitantes da terra, desde que haja respeito entre todos. Pode ser entendida como um

“ projeto político, social, epistêmico e ético dirigido à transformação estrutural e socio-histórica, e baseada na construção entre todas as condições – do saber, do ser, do poder e da vida mesma -, de sociedade, Estado e país, radicalmente diferentes. Mas também deve ser entendida como ferramenta de ação [...] constante, contínua e até insurgente, entrelaçada e direcionada com a ação de decolonizar (Walsh, 2012, p. 73, tradução nossa).

Praticamos uma matemática cultural. Através da prática de artesanatos, identificamos geometrias dos artefatos, modos de contagem e divisão das sementes, de maneira inseparável da nossa conexão com nosso povo, da busca pela sabedoria e proteção. Quando eu coloco um colar de semente, um brinco de pena ou uma pulseira, eu me sinto uma mulher forte, ao mesmo tempo que sinto a natureza perto de mim, os meus ancestrais presentes e as forças dos meus antepassados que hoje são encantados. Isso também faz parte da nossa matemática.

Meu povo Pataxó

O povo Pataxó surgiu das águas. Por esse motivo, esse elemento tem uma grande importância para nós. Nossas festividades envolvem agradecimentos a ela pela fartura

e pela vida na terra. A história conta que, antigamente, existiam somente os animais na terra, habitando- a através dos seus modos de comunicação e de trabalho. Falavam, contavam histórias e trabalhavam na terra até o dia da chegada de uma grande tempestade. Neste dia, a cada pingo de chuva que caía na terra surgia um novo ser, explica Txahá Braz.

“

O povo Pataxó surgiu de um grande aguaceiro que aconteceu no mundo [...] Em um dia, no céu formou-se em uma grande nuvem e dessa nuvem caiu sobre a terra um grande aguaceiro de chuva e esse aguaceiro não foi apenas um aguaceiro comum, foi um acontecimento que originou muita água. Em cada pingo de água que caia sobre a terra formava-se um corpo, daí surgiu o povo o Pataxó. Então, o povo Pataxó veio através do tempo das águas, que originou a vida, que originou semente de gente e essa semente de gente foi o povo Pataxó. E o povo Pataxó originou-se dessa grande água que caiu sobre a terra, de chuva não foi um aguaceiro apenas, foi um tempo das águas que originou muita água (Braz, 2018, p. 23).

Além da água, somos originários do extremo Sul da Bahia, pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê da família linguística do povo Maxakali. O território Pataxó começa no litoral da Bahia, mas atualmente temos aldeias na região de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Éramos um povo livre, sem limites para nossas moradias. Vivíamos na mata fechada em um grande território com caça, peixe e roças em fartura. Por sermos um povo reservado, não tínhamos contato com o “branco”, somente com o povo Maxakali, quem consideramos nossos parentes.

A história do povo Pataxó é marcada por muita resistência, sendo a maior delas nossa luta pelos territórios que foram tirados dos nossos antepassados em um acontecimento que ficou marcado como “Fogo de 51”. No ano de 1951, houve uma invasão na aldeia Mãe Barra Velha (Porto Seguro, BA), quando nossos antepassados deixaram para trás o que construíram, sua moradia, roças e sua terra natal, na tentativa de sobreviver ao massacre que ocorreu. Esse foi um dos motivos da disseminação do povo Pataxó em sete comunidades, distribuídas pela região de Minas Gerais. Temos uma história marcada pela invasão, perseguição, mas também pela resistência.



Artesanatos Pataxó

Fonte: Acervo da autora.

Mesmo nos anos 1970 e 1980, muitos dos nossos parentes foram forçados a sair do seu território, sendo levados para fazendas no estado de Minas Gerais, lugar onde sofreram abusos e foram submetidos ao trabalho escravo. Outras famílias Pataxó puderam resistir permanecendo ou voltando para seu território de origem, ainda que isso significasse passar por muitas dificuldades em uma terra destruída. “Pouco a pouco, as famílias foram chegando, alguns tinham medo de voltar por conta da revolta de 1951, muitos parentes pensavam que se voltasse poderia acontecer tudo novamente, por isso tem muito Pataxó espalhados por vários lugares” (Santos, 2018, p. 42).

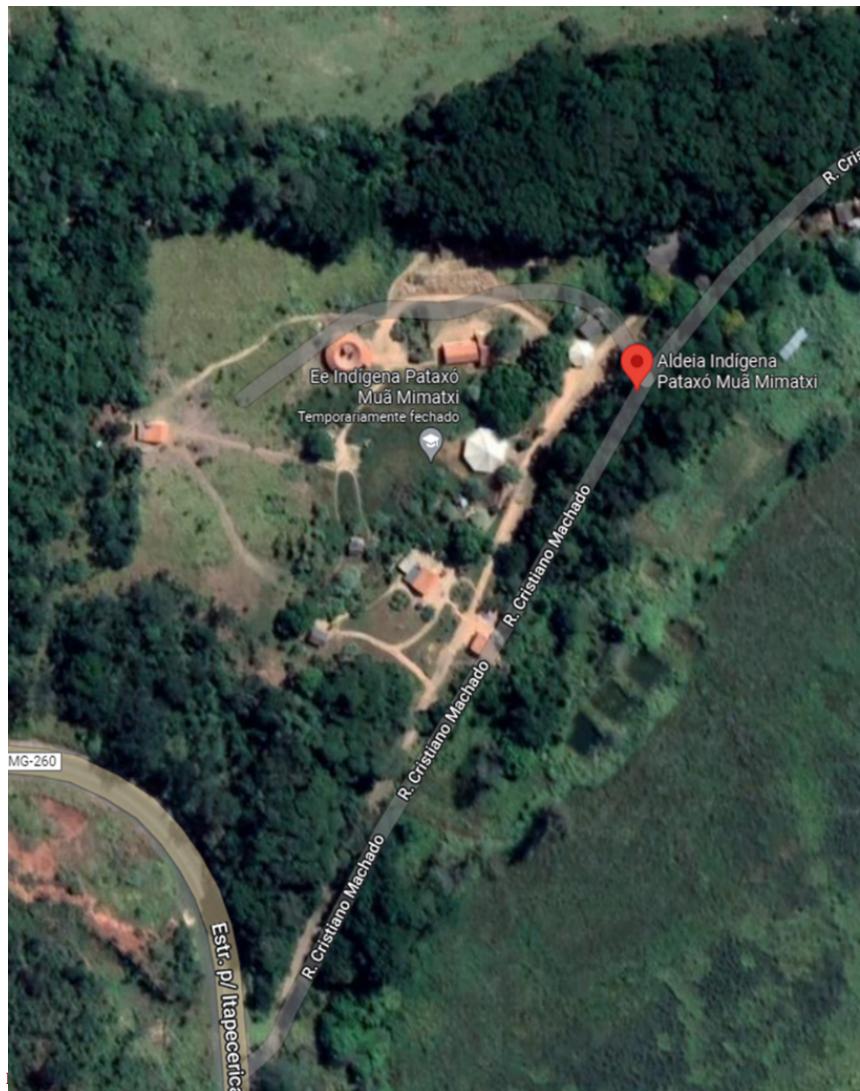
Atualmente as famílias vivem em territórios demarcados no extremo sul do estado da Bahia. São um total de 36 aldeias, distribuídas em seis terras indígenas: Barra Velha, Coroa Vermelha, Águas Belas, Aldeia Velha, Imbiriba e Mata Medonha. As famílias que vivem por esses territórios se dedicam à agricultura familiar, alguns trabalham na educação, na saúde, na pesca, turismo e outros trabalham como artesão.

Aldeia Muã Mimatxi

Muã Mimatxi significa “Moita de Mata”, pois a aldeia é composta por uma moita de árvores sagradas, consideradas pelo nosso povo como parentes Txoe Txão. Nossa aldeia fica situada no Centro-Oeste Mineiro, município de Itapecerica, próximo do vilarejo chamado Lamounier. Lá, vivemos em um grupo familiar com aproximadamente 40 pessoas, juntos da natureza e de seus elementos do céu e da terra, que também são nossos parentes. Apesar da aldeia ficar bem próxima do vilarejo e da rodovia, sentimos como se vivêssemos longe disso tudo, pois o nosso convívio tem forte relação com a natureza.

Composto por indígenas de uma rama de Pataxó, nosso território foi formado em março de 2006, com a vinda dos mais velhos da aldeia Mãe Barra Velha (Porto Seguro, BA) para Itapecerica. Encontramos e conquistamos Muã Mimatxi com muita luta das lideranças, com a ajuda de relatórios, de viagens e de reuniões com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e com o Serviço de Patrimônio da União (SPU). Desta maneira, os pedidos ao grande Niamissu e Yamixoop (Protetores da natureza) foram atendidos.

Aldeia Muã Mimatxi



A chegada do nosso grupo familiar na aldeia foi debaixo de um grande aguaceiro, assim como foi nossa história de origem na terra, mas estávamos todos felizes por estarmos construindo nossa aldeia, desde os velhos e adultos, aos mais jovens e crianças. Junto também trouxemos as nossas criações: cachorros, gatos, galinhas, maritacas, plantas e sementes que fazem parte da nossa caminhada e cultura. O nosso pensamento de vida é a esperança de construir, zelar e ter equilíbrio entre a natureza e os Pataxó.

Logo, as famílias começaram a fazer as barracas de lona no espaço que lhes chamaram atenção e outras foram para um casarão onde ficaram alojadas por um tempo. A FUNAI doou certos materiais para a construção de algumas casas e as famílias ajudaram na compra de material. As lideranças começaram a lutar pelo reconhecimento da nossa aldeia, pela educação diferenciada, pela saúde com os órgãos responsáveis e aos poucos conquistamos nossos direitos e uma aldeia com nossa característica Pataxó.

Fomos bem recebidos pela população tanto do vilarejo quanto de Itapecerica. Para manter o diálogo e respeito com nossos vizinhos, as lideranças procuraram o prefeito e seus parceiros para apresentar o nosso povo nesse novo território, porque dali para frente iríamos trabalhar juntos e sermos parceiros. O nosso grupo familiar teve que conviver por uns anos com posseiros que habitavam o território. Isso nos deixava sem liberdade, mas um dia, graças a Niamissu, eles deixaram o espaço.

Vivemos com a natureza e para a natureza. Seguimos o calendário dos tempos da natureza como guia das nossas atividades de vida na terra. As questões da nossa comunidade e, consequentemente, as temporalidades aí existentes são as nossas referências para o trabalho. Sabemos que o nosso ano começa em outubro, no mesmo mês em que nossa etnia foi formada, isto é, no tempo das águas, porém, esse calendário pode variar, a depender dos movimentos no tempo da natureza. Esse calendário envolve todas nossas atividades em quatro grandes tempos:

“

Tempos das Águas; Tempo de voltar para a escola, colher o que plantou e agradecer a natureza por tudo que ela nos deu no tempo das águas; Tempo da brisa leve, de falar da luta do nosso povo, participar do movimento indígena e

lutar por nossos direitos; Tempo da seca, do frio, do vento rasteiro derrubando as folhas que ainda resistiram, tempo de fazer fogueira, de olhar e contar histórias do céu (Braz, 2021, p. 63).

com o artesanato eu consigo entrar em conexão com a natureza, o artesanato também conecta você com a comunidade porque você nunca está sozinho, sempre vai ter alguém ali ao seu lado. O artesanato tem uma grande importância nos nossos rituais, quando usamos o cocar ou bate o maracá, a energia que ele dá para seu corpo e espírito é muito forte, como eu disse, com o artesanato eu consigo conectar com a natureza e tudo ao seu redor (Shawanawá dos Santos, 19 anos, Aldeia Muã Mimatxi).

Nos tempos das águas, que é de outubro a janeiro, acontecem nossas atividades plantios, cuidado e criação de roça. Já nossos trabalhos de artesanato começam com as colheitas e estoques de sementes, e desembocam em abril, na produção dos artefatos.

Os artesanatos que eu mais trabalho são artesanatos de penas, que eu faço, tiaras, cocares, brincos e tem a minha esposa também, que faz artesanatos de sementes, para preservar a natureza. As penas que nós trabalha são de animais que eles mudam de penas, que é de ano em ano, a gente cata as penas para a gente tá produzindo os nossos materiais, com penas e sementes (Henagio Braz, 28 anos, Aldeia Barra Velha).



Penas tingidas para artesanato

Fonte: Acervo da autora.

Desde que chegamos no território, período em que a terra estava sofrendo por causa dos muitos lixos e entulhos, articulamos nosso trabalho de vida ao cuidado com a terra, protegendo a natureza e seus elementos. Atualmente, estamos em 2022, e nossa aldeia está cada vez mais linda, preservada, em equilíbrio com os parentes do céu e da terra.

Aprendi com meu povo, aprendi com a semente: a produção do artesanato Pataxó

Antigamente, antes da invasão na aldeia Mãe, o povo Pataxó vivia em paz e harmonia com a natureza. Utilizava o artesanato nas suas festividades, produzia para si, fazia arco e flecha para caçar, gamela para preparar os seus alimentos e produzia seus colares com sementes para rituais e proteção (olho gordo e maus-olhados). Depois da invasão no nosso território e da diáspora do povo Pataxó, muitas famílias deixaram seus costumes de lado. Entretanto, os nossos mais velhos enfrentaram a repressão e não se esqueceram ou deixaram de praticar a cultura do seu povo.

Após o ataque ao povo Pataxó, os invasores destruíram a natureza, a terra ficou escassa, já não existia mata para caçar, rio saudável para pescar, madeira boa para usar. Tivemos que buscar um meio de sobrevivência para nosso povo. Vivendo em uma sociedade com maior contato com os não-indígenas, passamos a vender os artefatos para os turistas que visitavam a região de Caraíva e Corumbau, que são os pontos turísticos. Muitos dos turistas visitavam a aldeia para conhecer o território, a comunidade e os rituais do povo, mas acabavam comprando artesanatos (colares, pulseiras, cocar, etc.) em alta quantidade ou realizando trocas com alimentos (macarrão, arroz, leite em pó, etc.). Por outro lado, mantivemos também as trocas com os parentes das outras regiões, negociando variedades de artesanatos ou comida.

Seja nos tempos difíceis que passamos ou nas nossas festividades, o uso dos nossos artesanatos nos traz forças ancestrais. Os adereços que usamos em nossos rituais têm valores, inclusive sentimentais, e carregam o conhecimento do povo. É importante que nós, indígenas, saibamos desses valores. O artesanato não é enfeite, é um artefato sagrado. Existem artesanatos que podem ser comercializados e artesanatos que podem ser somente usados por nós.

O cocar é um dos nossos artefatos sagrados, usados nos rituais e nos momentos de festividades, como no casamento tradicional. O cocar no casamento é usado como uma aliança: o casal faz a troca de cocar simbolizando a aliança e o comprometimento, fortalecendo a união e os votos do casal.

Nos rituais, os colares dos homens são grandes e com detalhes do grafismo Pataxó, geralmente feitos com a semente tradicional, o tento. As mulheres se enfeitam com seus grandes brincos de penas de arara, que só são usados em rituais. É nos Awê que nos enfeitamos com nossos adereços para celebrar com os parentes da natureza e da terra, fazemos nossos cantos e danças agradecendo e pedindo forças aos nossos ancestrais e espíritos da natureza.

Antes, tínhamos recursos da terra para fazer nossos artesanatos, mas não tínhamos a valorização do mercado. Hoje, nosso povo busca a valorização dos nossos artefatos e encara a escassez de matéria-prima, conservando sementes que dão de ano em ano em garrafas pet. Esse tipo de conservação exige de nós atenção para escolher as

sementes, uma por uma, para não conservar sementes estragadas e acabar perdendo a garrafa inteira.

Aqueles que não têm o conhecimento do processo do artesanato acham que fazer artesanato é simplesmente ter sementes, linhas e penas, mas a realidade das famílias Pataxó que vivem da confecção dos artesanatos é outra. As famílias trabalham com a colheita das sementes, com o tingimento, com o tecimento do artesanato, e todos esses processos levam tempo, dedicação e sabedoria para finalizar um artefato natural que não agride a natureza.

Comecei a fazer artesanato a partir dos meus oito anos de idade, eu aprendi com meus pais, [...]. Eu faço pulseira, faço colar, brincos tudo de semente. [...] A gente consegue as coisas para dentro de casa através do artesanato, tudo que a gente tem a gente compra com a venda do artesanato, material escolar, roupa... O artesanato hoje em dia é mais valorizado, porque antigamente ele não era tão divulgado ainda, hoje em dia ele tem mais divulgação (Iuri Pataxó, 29 anos, Aldeia Barra Velha).

É bom lembrar que nem todas essas sementes são encontradas o ano todo, por isso é importante fazer o estoque, os nossos parentes fazem estoque em garrafa pet, um meio mais barato... nesse estoque, colhe as sementes maduras ou também elas de vez, tinge elas com anilina e coloca elas para secar. Não seca totalmente, deixando um pouco mole ai coloca na garrafa para poder conservar, aí você terá semente para confeccionar dessa maneira aí (Cosme Braz, 36 anos, Aldeia Barra Velha).

A natureza é nossa mãe, por isso, tudo que tiramos dela deixamos para seus filhos, que são os animais e plantas. Se vamos colher uma árvore de juerana, tiramos apenas metade, o restante deixamos para os passarinhos e para a natureza semear na terra. Assim, produzir o artesanato é trabalhar em união.

Como dizia o ancião Cacique Tururim: “Uma vara só, é fácil de quebrar, um feixe é mais difícil de quebrar. É a união que faz a força” (Santos, 2018, p. 17). Trabalhar com a família e a natureza é saber compartilhar. A natureza nos dá a semente,

com a semente produzimos o artesanato e com o artesanato produzimos união na comunidade. É trabalhando em união que o trabalho rende e gera novos frutos.

O povo Pataxó tem o costume de trabalhar em conjunto, dividindo as atividades. As mulheres fazem seus grupos para iniciar a preparação da colheita das sementes, etapa em que elas mesmas arrancam, juntam e descascam as sementes. Os homens ajudam uns aos outros, se reúnem para ir na mata arrancar os feixes de bambu para fazer arcos, flechas, sarabatanas, gamelas, colheres entre outros objetos que são suas especialidades. Também há momentos em que homens e mulheres trabalham juntos. Na produção dos arcos, por exemplo, os homens começam o trabalho e as mulheres finalizam fazendo pinturas inspiradas na natureza, isto é, criam pinturas inspiradas nos rios, nas montanhas ou na casca de uma árvore.

Mesmo as crianças estão presentes nas atividades. Seu interesse pela produção do artesanato surge desde muito cedo, não porque elas são obrigadas a fazer, mas porque essa prática é um costume do povo e acaba sendo passada para elas através das brincadeiras. Durante as etapas de confecção, olhando e ouvindo, as crianças aprendem seus primeiros ensinamentos da arte e dos saberes dos antigos que já se encantaram. Curiosa, a criança Pataxó é participativa, ela consegue fazer um trabalho se tornar uma atividade divertida, trabalhando em união, brincando e rindo.



Bonecos de palha

Fonte: Acervo da autora.

Com a modernização, os jovens estabeleceram outra vivência com a aldeia. Muitos deles não praticam a cultura do nosso povo com o artesanato, tarefa de transmissão de conhecimento a qual apenas alguns grupos familiares se dedicam. Se antes produzir o artesanato foi uma necessidade para muitas famílias sobreviverem, organizando sua renda, hoje, existem outros meios de trabalho. Com os trabalhos fora da aldeia ou mesmo as oportunidades na educação, na saúde, no turismo ou na pecuária, a relação que temos com a prática de produzir artesanato deixou de ser a mesma relação que tínhamos antigamente.

Nessa direção, o povo Pataxó se preocupa em valorizar seu artesanato, sem deixar que a prática seja perdida na sua cultura. Então, mesmo que muitos não pratiquem a atividade de produzir artesanato, temos a atenção para manter o respeito e o reconhecimento do valor do artesanato para o nosso povo. Um dos modos que encontramos de apreciar o artesanato é fazendo encomendas na mão dos parentes, assim, enaltecedo seus trabalhos, como cita Edleuza em seu percurso: “a compra desses artesanatos de quem produz é uma forma de incentivo e também de não perder a relação com a cultura Pataxó através desses artesanatos. Mesmo quem não produz, valoriza o trabalho de quem faz, cada vez o leva adiante” (Santos, 2018, p. 37).

Meu foco de artesanato é o artesanato de semente, os colares, pulseiras, brincos e esses colares com vários formatos, pensados em formatos diferentes para atender vários públicos. A gente pensa, esse aqui é para uma criança, para um adolescente, um de idade, então tudo isso a gente pensa.

[...] o valor, isso depende muito do formato que é o colar, [...] da arte a ser confeccionada [...] do tempo que a pessoa gasta e a quantia de semente, de linha e colocar em conta as horas trabalhadas (Cosme Braz, 36 anos, Aldeia Barra Velha).

O melhor jeito de aprender é praticando: nossa matemática cultural

Como os artefatos agem na vida dos Pataxó? Que conhecimentos são movimentados nesse processo? A produção dos artesanatos Pataxó possui sua própria matemática.

Uma etnomatemática que circula um conhecimento ancestral compartilhado e nos permite pôr em prática nossa produção de farinha, a divisão de uma caça, o cuidado com a roça, entre outras atividades cotidianas.

A matemática é importante para dar seguimento em nossos artesanatos e acredito que o melhor jeito para aprender é praticando em atividades do nosso cotidiano. O jeito dos não indígenas perceberem as ciências às vezes faz parecer que aquela é a maneira mais certa de fazer, só que a matemática não se resume aos números, nem às ideias ou palavras. Envolve trabalho, história e conhecimento etnomatemático do povo, afinal, se hoje temos os conhecimentos de matemática dos livros didáticos é somente porque uma comunidade registrou as suas práticas e as maneiras de expressar seus sentimentos com o mundo.

Todo saber depende do tipo de olhar que as pessoas usam para falar sobre as situações. Em qualquer movimento podemos encontrar o que nosso modo de vida está acostumado a ver, então, acredito que quando trago uma etnomatemática para meu trabalho, estou me referindo a uma matemática que só existe junto da minha comunidade, do nosso modo de se relacionar com o espaço, do tempo e dos conhecimentos tradicionais passados de geração a geração.

Tem as datas certas também que a gente espera ela dar, a gente faz a colheita e armazena as sementes para a gente produzir no inverno todo para que no verão a gente vende no período do turismo, e cada artesanato que a gente faz a gente tem a nossa matemática. [...] Para você tá fazendo um brinco mais caprichado, mais chamativo, aqueles mais simples e tudo isso eu uso a minha matemática.

Olha na contagem de sementes que eu faço, que nem eu falei, todo mundo que tem o trabalho mexe com a matemática mesmo que ele não sabe ler ou escrever, ele sempre sabe usar a matemática, [...] Na minha forma de tá fazendo meus artesanatos eu uso muito a matemática na contagem de penas, seleciono as penas maiores, menores, as sementes as que batem e que não batem, então, cada pessoa tem sua forma de trabalhar. Inclusive a gente usa, não é aquela matemática que nem a

escola que você faz ali, estudado no seu dia a dia ali não, mas é uma matemática tradicional que eu aprendi através dos meus pais, do meu povo, dos mais velhos que passou de geração em geração para nossa comunidade não deixar de trabalhar com a arte Pataxó (Henagio Braz, 28 anos, Aldeia Barra Velha).

Então, a etnomatemática, no meu percurso, é a matemática que aprende com as finalidades específicas dos brancos, mas entende que essa não é a única maneira de organizar nossas vivências, e que nenhum saber apresenta um comportamento fixo no decorrer dos anos.

“

As culturas têm sua filosofia própria, sua história própria. Assim, também os comportamentos cotidianos e os conceitos de suporte, como a geometria e a aritmética. Particularmente importante é a geometria. Na cultura ocidental, a geometria está muito associada com duas vertentes: a demarcação de terras (original do sistema de produção e economia do Egito), e a perfeição de formas (original da mitologia grega). No curso de encontro das culturas da bacia do Mediterrâneo, essas duas vertentes foram se relacionando, na verdade se entrelaçando e se confundindo. Por exemplo, nas culturas amazônicas não se faz demarcação de terras e a mitologia é de outra natureza. Portanto, não há como se procurar conceitos da geometria ocidental nas culturas amazônicas. O máximo que se pode conseguir é alguma semelhança nas formas, mas não nos conceitos. Qualquer tentativa de tradução de idéias causa distorções (D'Ambrosio, 2008, p. 13).

Na tessitura dos artesanatos Pataxó, estão representadas nossas próprias geometrias pintadas e criadas com inspiração no que vemos da natureza. Trabalhar com as sementes, por exemplo, é aproveitar a história e o pensamento que elas nos dão. É compor uma geometria identificando quais sementes combinam uma com a outra, redonda com comprida, pequena com grande... Através dos estudos e comparações, descobrimos formas geométricas ao nosso redor, na formação de uma casa, no formato de uma roça, no tecimento das sementes. Hoje em dia dizemos que uma oca é redonda, uma casa é retangular e uma semente é achataada, mas os antigos não tinham

acesso aos nomes da matemática ocidental, então falávamos de formatos de tal caça, tal árvore ou tal momento.

A nossa matemática tem um outro entendimento de exatidão: não temos necessidade de pesar quantos quilos tem um saco de sementes, através do olhar e das práticas já vividas, sabemos quantos litros de sementes dá um saco. Temos um olhar apurado para perceber, por exemplo, que um saco com sementes estragadas terá menos de cinco litros de sementes. Não abrimos mão do nosso jeito de medir. Nossa etnomatemática é a matemática do olhar!

Nosso olhar quer uma matemática que não atropela os indígenas, pelo contrário, quer uma que está vinculada às nossas pedagogias diferenciadas, que reconhece nossas vivências anteriores à escolarização ocidentalizada, aprendendo através do olhar a responder a nossas necessidades ambientais, sociais e culturais. É uma etnomatemática comprometida com a paz, especialmente com o desenvolvimento que respeita nossos parentes-animais, parentes-plantas e parentes-minerais, tão entrelaçados ao nosso jeito de viver e entender a vida.

Na hora de construir a matemática, cada minuto, cada roça, cada rio, os cantos, as conversas com os mais velhos, são elementos que não podem ficar de fora. Em Muã Mimatxi, o ensino e o aprendizado estão por toda parte, “exceto, talvez, nos limites das ‘quatro paredes’ (d. Liça), onde muitas vezes o Estado e a educação escolar pretende, sem sucesso, confiná-los” (Figueiredo; Braz; Romero, 2021, p. 75).

Nós, Pataxó, conhecemos a matemática presente nos livros didáticos, mas também gostamos de preservar a matemática que nossos antepassados já conheciam e praticavam a muitos anos atrás. Praticamos esses saberes tradicionais na aldeia, seja trabalhando em grupo, fazendo uma roça, um *kijeme* (casa), ou na confecção dos artesanatos. Em harmonia com nosso modo de aprender olhando e praticando, produzimos um saber sem precisar saber ler ou escrever; os conhecimentos tradicionais do nosso povo exigem apenas a escuta, a paciência e a observação. É olhando e praticando que se aprende.

Estudamos nossa confecção dos artesanatos do pequeno para o grande, quer dizer, no preparo de uma pulseira de semente, começamos fazendo uma linha e com o tempo vamos pulando para mais e mais uma linha. Desta maneira, aprendemos a tecer sem um jeito certo ou errado. Cada um tem seu tempo e seu jeito de criar e fazer. Exercitamos o saber tradicional matemático, mas também usamos nossa mente para a criação de artefatos combinados com a vida na aldeia. Erramos, acertamos e é assim que aprendemos a aperfeiçoar o nosso artesanato, valorizando a cada peça, cada tipo de semente.

Baseada nas minhas pesquisas de campo e vivência na comunidade do povo Pataxó, decidi contar do trabalho de colheita das sementes como processo que faz parte da produção de artesanato e que, através do olhar e da prática, constrói uma matemática parceira dos valores e da tradição do povo Pataxó. Para isso, me inspirei no trabalho de percurso da minha prima Txahá Braz (2018) que fala sobre o saber matemático, de um modo geral, na aldeia Muã Mimatxi. Aqui, quero trazer mais especificamente como a prática do artesanato está ligada ao nosso modo de sentir e estar com nossos parentes do céu e da terra expressos nas nossas noções de agrupar, emprestar, trocar, juntar, dar e distribuir.

No momento ali [de fazer artesanato], a gente tá mexendo em contas, né, cores e formas..., tudo isso envolve um conhecimento de matemática, entendeu. A pessoa às vezes pode até pensar que não tá sendo aplicado um conhecimento matemático ali. Se for fazer uma observação a pessoa tá aprendendo de outro jeito diferente, entendeu... acredito que é uma forma de estimular mais a pessoa (Cosme Braz, 36 anos, Aldeia Barra Velha).

Para dar início à produção dos artesanatos de sementes, primeiro fazemos a colheita que é um evento cultural nas aldeias, realizado de ano em ano, com as sementes do período de Janeiro a Abril. Em etapas, pegamos as sementes no pé, juntamos e descascamos elas, dividimos as sementes em grupos, tingimos e dividimos a produção entre os envolvidos na atividade. Depois do artesanato finalizado, dividimos o que ganhamos de sementes com os parentes; emprestamos sementes para quem precisa; e fazemos trocas de sementes por artesanatos.

Todo esse processo da colheita envolve os costumes e saberes tradicionais matemáticos do povo Pataxó, trazendo significados particulares para cada uma das medidas a seguir.

Artesanatos Pataxó



Fonte: Acervo da autora.

Agrupar (Juntar)

Agrupar é quando fazemos o agrupamento das sementes, que quer dizer olhar para as sementes de vez (nem madura nem verde) e maduras (quase secas) e juntar as de vez com os grupos das de vez e maduras junto das maduras. Depois, escolhemos as sementes boas das estragadas e em seguida armazenamos as boas em uma garrafa pet. Também fazemos os agrupamentos das sementes, pelo seu formato, cores ou tamanho, facilitando e organizando as sementes para a confecção dos artesanatos.

Distribuir (Divisão)

Distribuir é dividir as etapas e a mão-de-obra para o trabalho. As mulheres observam o tamanho da tarefa e a partir disso, se organizam para colher, fazer o descascamento e o tingimento das sementes. Por último, distribuem a produção entre o grupo, usando as “mucheias” (mão cheia). As *mucheias* são medidas usadas pelos antigos para dividir os alimentos e que carregamos para atualidade na distribuição das sementes entre os parentes.

Dar (Compartilhar)

Dar é uma forma de compartilhar o que temos com quem não tem. Somos uma família em comunidade, por isso, é importante que nunca fechamos os olhos para o outro. Exercitamos nosso cuidado pelo costume de compartilhar com um parente ou com a família algo que ganhamos. Quando terminamos a colheita das sementes, separamos algumas para dar. Mesmo que seja pouco, compartilhamos o que temos com o próximo.

Emprestar

Emprestar é uma prática que nós fazemos nas atividades com a produção dos artesanatos. Por exemplo, quando precisamos de uma matéria-prima que não temos, recorremos a um parente que tem e pegamos emprestado. Quando menos esperar ele terá o retorno do que pegou emprestado, sempre dando uma quantidade maior, como uma forma de recompensa e gratidão.

Trocar

Antigamente a troca era mais praticada pelo povo, mas ainda hoje persistem algumas atividades de troca na nossa aldeia. Na produção dos artesanatos fazemos trocas de sementes, madeira, linha, imbira e outros materiais, baseadas em acordos com os parentes. Trocamos sementes por alimentos, trabalho de mão-de-obra por artesanato. Vemos que, se alguém precisa de ajuda, nos dispomos a ajudar: se um

familiar está preparando uma gamela, posso me oferecer para buscar madeira para o preparamento e fechar um acordo de que, quando o artesanato estiver pronto, posso ganhar minha parte no artefato.

Outra arte que tem influência nas nossas vidas é o arco. O arco é um trabalho que, para ser feito, tem que ter força, porque o bambu maduro é pesado então, geralmente, para evitar duas viagens, os homens vão juntos carregar todo o bambu que colheram. Quando fazemos os arcos para vender, garantimos uma boa curvatura através da braçada (esticar os dois braços), da passada (passo grande) e da palma da mão. Sempre preferimos usar os bambus maduros encontrados na mata, porém, não é sem a permissão dos *yamixoop* (espíritos da natureza) que puxamos e tiramos o que precisamos.

Na sarabatana, antigamente usada como arma de caça e de proteção contra os inimigos, usamos bambus menos largos. A palma da mão e nosso olhar nos permite realizar comparações entre peças para fazer diferentes tamanhos de sarabatanas. Atualmente são as crianças que mais fazem uso deste objeto nas suas brincadeiras.

[...] muitos acreditam que aquelas sementes tem um certo tipo de poder proteção [...] acreditasse que eu já ouvi relatos dos mais velhos que, quando se faz um colar, de pariri e se vende para uma pessoa, se a pessoa usar ele e começar a rachar, isso quer dizer que ele protegeu a pessoa das coisas ruins, principalmente dos maus olhados (Cosme Braz, 36 anos, Aldeia Barra Velha).

[Uso matemática] Quando eu faço um arco, uso bastante a palma da mão para medir o meio para o lado, eu uso uma lasca de madeira para medir o tamanho do lado, para fazer um desenho. Para fazer um artesanato de semente tem que contar as sementes e saber com quantas fileiras você vai usar para fazer o desenho que deseja, quando faço uma pulseira mais grossa, utilizo mais fileiras de sementes. A arte de produzir artesanatos Pataxó me ensinou muitos conhecimentos, aprendi a manusear ferramentas, a observar a geometria de uma pintura, também a sabedoria da natureza, sabendo observar quando é tempo certo para colher sementes, de cortar uma madeira, a hora certa de andar pela

mata e sempre tendo respeito com a natureza (Shawanawá, 19 anos, Aldeia Muã Mimatxi).

Fechamento

Realizar este trabalho de percurso não beneficia somente a minha pesquisa, mas faz prosperar a escola indígena com valores interculturais. Ouvi muito sobre a Aldeia MÃe Barra Velha, estive por muitos lugares, como as aldeias Retirinho, Krenak, Águas Belas e Muã Mimatxi, e aprendi sobre uma luta comum, mesmo com as diferenças de cada uma delas.

A educação me permitiu mudar como pessoa e, ao mesmo tempo, não soltar as mãos dos meus familiares. Experimentei outros cantos, outras frutas, outros estilos de vida e hoje retorno para meu povo cheia de coisas novas para contar, certa de que deixei sementes pelos caminhos que trilhei assim como levo para casa outras espécies de brotos.

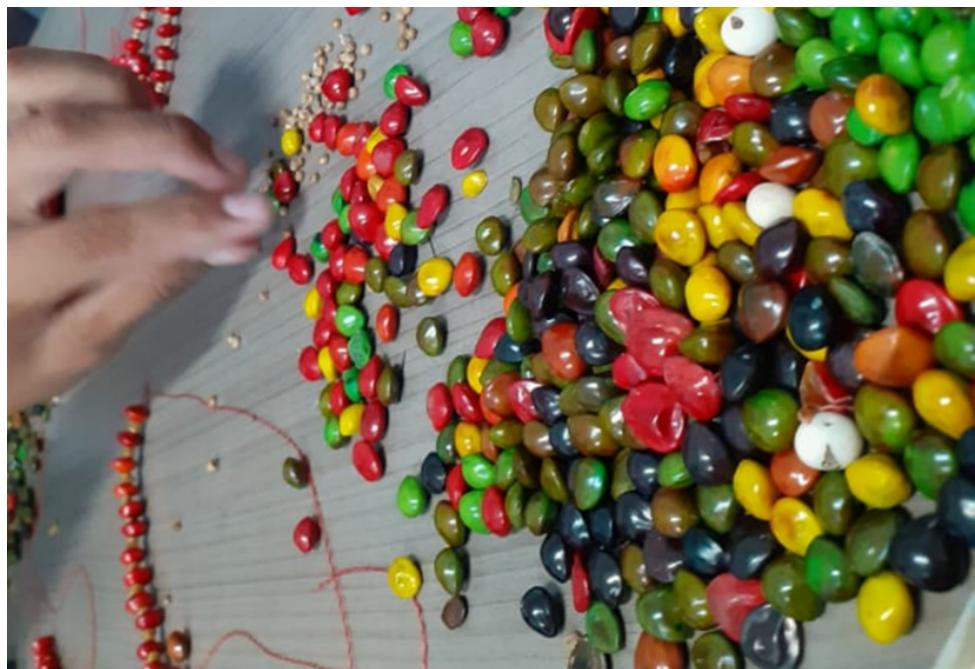
Na pesquisa de campo, espero ter contribuído com meu respeito aos mais velhos, compartilhando a arte, a cultura e as tradições do meu povo para a juventude, dando continuidade aos nossos conhecimentos tradicionais. Da mesma maneira, quero que os alunos possam ter acesso a uma outra matemática, diferente da matemática tradicional, que nos ajuda a trazer modos de usar a mão cheia, juntar, agrupar e distribuir, sem que isso esteja desassociado das nossas vidas e da natureza.

Concluo que falar sobre as práticas matemáticas do povo Pataxó com a produção dos artesanatos foi e é de suma importância para o fortalecimento cultural do povo Pataxó. Este trabalho teve como objetivo, desde o início, semear sementes do conhecimento tradicional ancestral, repassando conhecimento para as futuras gerações. Para falar sobre as práticas de produção dos artesanatos e os conhecimentos que carrega, é preciso primeiro falar sobre mim, minha jornada na vida, minha família e meu povo Pataxó, porque o artesanato está ligado a tudo. As práticas de produção dos artesanatos envolvem o modo de vida do povo, seja em família, na comunidade, trabalhando na terra e na natureza.

Os saberes que adquirimos são passados pelos nossos ancestrões, que hoje se encantaram, a maioria. Esses saberes envolvem formas de matemáticas tradicionais, que são muitos utilizadas na produção dos artefatos Pataxó. Essas “práticas matemáticas” utilizamos até nos dias de hoje, na confecção dos artesanatos, usamos formas de medidas tradicionais, formas de contagens e divisões.

Para construir esta pesquisa, foi necessário partir para o local de origem do povo Pataxó, a Aldeia Mãe Barra Velha, onde surgiram os primeiros artesanatos, feitos com sementes tradicionais dos nossos artefatos sagrados. Essa viagem me propôs a pesquisar, conhecer, observar e ouvir – ouvir histórias vividas pelos parentes que vivem da comercialização dos artesanatos e tem paixão pela tradição de produzir o artesanato Pataxó.

Atividade de produção de artesanato com sementes



Fonte: Acervo da autora.

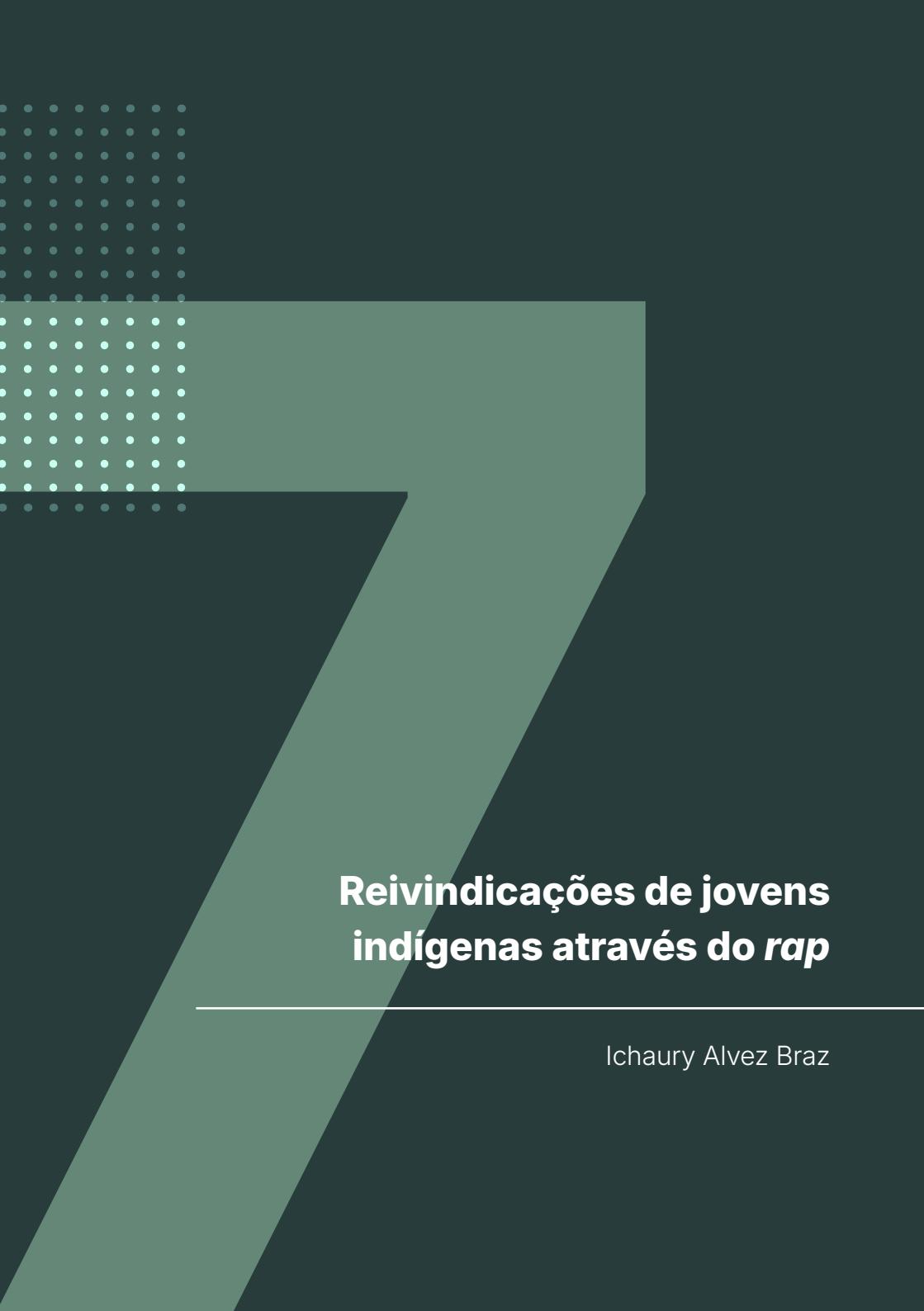
Muito não se pode aprofundar nos conhecimentos sagrados que o artesanato carrega. Há muito conhecimento que carrega os Yamixoop (espíritos da natureza), que devemos resguardar. Para finalizar, o artesanato está fortemente presente na vida do povo Pataxó, seja por aqueles que produzem, que utilizam e admiram. Através deste trabalho, registro a memória da história do artesanato na minha vida e na do povo Pataxó. Eu tenho muito orgulho de ser artesã e por onde eu for vou ressaltar e valorizar essa arte tão abundante em conhecimento e história. Histórias que vão ser contadas pelas gerações futuras, dando continuidade à memória do Artesanato Pataxó.

Referências

- BRAZ, Txahá Alves. *O saber matemático nas vivências cotidianas da aldeia Muã Mimatxi*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC_Thaxaversao_final.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.
- BRAZ, Siwê Alvez. *As matrizes formadoras do currículo da Escola Estadual Indígena Pataxó Muã Mimatxi*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. Programa Etnomatemática: uma síntese. *Acta Scientiae*, v.10, n.1, p. 7-16, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/acta/article/viewFile/74/66>. Acesso em: 20 set. 2023.
- FIGUEIREDO, Paulo Maia; BRAZ, Siwê Alvez; ROMERO, Roberto. “Ciência da Terra”: aprendendo com os tehey em Muã Mimãtxi. *Revista Educação Online*, n. 38, p. 67-88, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/54860>. Acesso em: 20 set. 2023.
- POVO da Aldeia Muã Mimatxi. *A pedagogia da lente do nosso olhar e da mão da natureza*. Coordenção de Lúcia Helena Alvarez Leite. Belo Horizonte: FALE/UFMG; Núcleo Transdisciplinar de Pesquisas Literárias, 2013.

SANTOS, Erilsa Braz dos. *A história da demarcação da terra indígena Barra Velha*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC_Erilsa-versao_final.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. *Visão Global*, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/3412>. Acesso em: 20 set. 2023.



Reivindicações de jovens indígenas através do rap

Ichaury Alvez Braz

Como citar este capítulo

BRAZ, Ichaury Alvez. Reivindicações de jovens indígenas através do rap. In: TAMAYO-OSORIO, Carolina; PAULUCCI, Eric Machado; MACHADO, Rafael Antunes (org.). *Colheita indígena: práticas investigativas como experiência de autoformação e afetação coletiva*. Belo Horizonte: Editora Selo FaE, 2025. p. 149-171.

7

Os rappers, as suas músicas e o que elas reivindicam a partir do meu olhar

Somente aquele que faz sua arte sabe o sentimento e vivência que quer passar. Desse modo irei escrever o que sinto e o que interpreto não que seja a verdade absoluta, mas sim o que entendo.

O rap e seus subgêneros são novos em alguns territórios indígenas, dado o preconceito e marginalização do gênero musical. O estilo musical não era comum entre comunidades indígenas até surgir o primeiro grupo de rap indígena do Brasil, o grupo Brô Mc's, da etnia guarani e kaiowá. Nas aldeias em que morei, quase ninguém ouvia o gênero e havia um pensamento passado por não indígenas de que o rap era “coisa de vagabundo”, constantemente associado com o crime. Somente agora o rap está começando a ser visto como uma forma de resistência e luta, principalmente quando entendemos que, assim como os cantos tradicionais indígenas, são ritmo e poesia, em que podemos denunciar o que nosso povo sofreu e sofre desde o tempo da invasão. Ainda, podemos falar da nossa cultura, dos conhecimentos, dos direitos que conquistamos e dos que ainda faltam conquistar.

A seguir estão alguns *rappers* indígenas que escolhi apresentar, pois suas músicas mostram reivindicações por saúde, território e educação. A escolha desses *rappers* veio por suas letras, por suas histórias e por serem referência no que diz respeito à resistência e à representatividade indígena no *rap*. Escolhi uma música de cada para mostrar como fazem essas reivindicações e como cada um trata de cada tema no *rap*.

Isaque Pataxó

Akuã Mc, nome indígena e artístico de Isaac Pataxó, é um cantor e compositor oriundo da aldeia Coroa Vermelha na Bahia. Akuã teve os primeiros contatos com a música em um projeto social, Projeto Arco Íris, onde fez aulas de música utilizando o violão. Teve um bom aprendizado e ganhou seu primeiro violão novo em um concurso de calouros no Instituto Federal da Bahia (IFBA), em Porto Seguro, e, de lá pra cá, não parou mais. Fez parte do grupo de louvor da igreja, arriscou algumas letras, participou de alguns concursos de música estudantil, e venceu alguns deles.

A ideia de trabalhar a Cultura Pataxó veio da necessidade de trazer a cultura e a língua para os tempos atuais. Akuã Mc lançou algumas letras e teve sucesso, tanto que hoje suas músicas estão em diversas plataformas como o Spotify e o YouTube. Akuã Mc segue na luta cantando e levando sua mensagem. E, para retribuir tudo o que Niamissun (Deus) o proporcionou, iniciou o projeto Mais Amor que já está atendendo crianças Pataxó, no qual ensina cidadania, culturalidade e dá aulas de violão. “Eu tive uma visão de trazer minhas influências culturais, meus gostos musicais e unir com a minha cultura e linguagem criando uma nova forma de expressão Pataxó, trazendo nossa cultura para um gênero atual sem perder os aspectos originais de nossa cultura”, conta em entrevista ao Portal do Povo Pataxó.



Tokêrê ver os kitok Txây. Para maiores detalhes, acesse o vídeo pelo QR Code ou no link:

<https://www.youtube.com/watch?v=3F4isf532Q4>.

Na minha visão, essa música passa uma ideia de um território próprio e demarcado onde os povos começam a recuperar a terra, as matas e a se reconectar com elas. Sempre que chegamos em um lugar novo a primeira coisa que fazemos é ver como ele está: se a terra está boa para plantar, se os rios ou lagos estão bem para a pesca e para banho, se as nascentes estão fortes e limpas e, só depois, vamos plantar nossas plantas medicinais, fazer nossas roças, deixar os filhos nadarem e pescarem. Tudo isso é uma forma de se obter saúde.



Indígena ilimitado. Para maiores detalhes, acesse o vídeo pelo QR Code ou no link:

<https://www.youtube.com/watch?v=-OGHsLskerE>.



Nuhâte. Para maiores detalhes, acesse o vídeo pelo QR Code ou no link:

<https://www.youtube.com/watch?v=rhZ9BgwOo9o>.

Essa música serve de desabafo para muitos jovens indígenas que hoje em dia não têm um rio para nadar ou pescar, ou até mesmo para alguns que não conhecem rituais e tradições de seus povos que envolvam tempos de plantio/colheita, caça e pesca. Eu vivi isso quando morei na aldeia Muã Mimatxi, em que há o ritual das águas, um ritual que celebra a chegada do tempo das águas para os pataxós. Ao final desse ritual, todos celebramos com o banho de lama e, depois, a caída na água que era feita nos rios e lagoas antigamente. Entretanto, em Muã Mimatxi os córregos do território eram poluídos e tínhamos que encher caixas de água para fazer esse banho.

A música “Nuhâte”, de autoria de Akuã Mc, faz referência à força do povo indígena e a um assunto que está diretamente ligado com a questão território que é a defesa da natureza e do povo indígena, como no verso que diz “Não ao marco temporal/ PL 490 / Grana é bom e vocês gostam / Mãe natureza lamenta” (2021).

Assim, também nos chama a atenção para a educação, uma vez que muitos indígenas não têm entendimento de leis e projetos destinados aos povos indígenas. Por isso, lideranças lutam cada vez mais por um ensino específico indígena, para que nossos jovens aprendam nossa cultura na escola, e por mais indígenas em universidades, para que possam se tornar futuros médicos, professores, advogados, dentre outros.

Muitas vezes, indígenas sofrem preconceito quando vão em hospitais, escolas e universidades. A reivindicação da educação é justamente para que se acostumem e

aceitem ver nosso povo ocupando cargos elevados, pois hoje vemos que a educação é uma estratégia de resistência dos povos indígenas. Vemos isso também no verso da música “Indígena ilimitado” de autoria de Akuã, que diz “São muros e muros, seguimos quebrando/ São vários dos meus que estão se formando/ Retomando faculdade ocupando os espaços/ Colecionam preconceitos normalmente em um frasco” (2023).

Destaco também lideranças indígenas na educação, como a Mestra Japira Pataxó, diplomada por notório saber pela UFMG, Dona Liça Pataxoop, educadora e liderança da aldeia Muã Mimatxi, além de outras jovens lideranças como Txai Surui, líder indígena e ativista. Vemos que a educação é reivindicação no *rap* quando na mesma música vemos o relato “Lutamos pela igualdade racial, mas também pela equidade racial. Temos diversidades. Respeite nossa cultura nossas crenças e nossos sagrados” (2023). Dessa forma, entendo que o *rap* leva essa mensagem e que chama atenção para assuntos como esse que, na minha visão, devem ser ensinados, principalmente em escolas não indígenas. Ensinar sobre o racismo, sobre os direitos de todas as raças e sobre o respeito à especificidade de cada povo para que todos tenham seus direitos respeitados.

Kaê Guajajara

Kaê é cantora, compositora, atriz e ativista indígena. Nascida em Mirinzal no Maranhão, cresceu no complexo de favelas da Maré no Rio de Janeiro, tendo deixado o Maranhão aos 7 anos de idade por morar em um território não demarcado onde o conflito com madeireiros era constante. Kaê fundou o grupo de *rap* “Crônicos”, que denunciava, nas letras, as violências vividas na comunidade. Ao seguir carreira solo, pensou em fugir das questões indígenas em seu trabalho, mas logo percebeu que sua arte poderia ajudar nas lutas pelas causas indígenas. Kaê é fundadora do Coletivo Azuruhu e autora do livro *Descomplicando com Kaê Guajajara – O que você precisa saber sobre os povos originários e como ajudar na luta antirracista*.

Vejo, “Em território ancestral”, uma reflexão sobre a falta da terra e de contato com nosso território. O “sentir falta de mim” traz a questão emocional e psicológica de quem está longe da família, do território e de sua tradição. Estudantes, por exemplo, quando vão para faculdades longe de sua aldeia e família e desistem por sentirem tanta falta que desenvolvem depressão, ansiedade e tristeza.

Além disso, em vários livros e tópicos sobre indígenas, vemos como só falam de quantos foram mortos e como sua língua ou povos foram extintos, assim como a ideia do “índio de verdade” que tanto é idealizada pelos não indígenas.

Na música “Minha Voz” (2021), de autoria de Kaê Guajajara, no verso “Ainda vejo seus olhos atrás de mim/ Seus tiros ainda me seguem” (2021), há menção a como a perseguição aos indígenas afeta as novas gerações até os dias de hoje, principalmente àqueles que buscam melhorias para seu povo; e, também, nos casos em que um povo sofre com a tentativa de roubo de seu território por parte de grileiros, milicianos, garimpeiros, dentre outros.

Outros versos importantíssimos são: “Vem manter o espírito intacto sem arara cantando” (2021), que mostra como é difícil ficar com o espírito tranquilo longe do seu território, já que araras passam todas as manhã e as tardes em alguns territórios, e “Vem manter o espírito intacto sem Água jorrando” (2021), que critica a falta de saneamento básico em muitas aldeias e muitas vezes também na cidade, especialmente para indígenas que moram nas favelas, retratando a triste realidade de indígenas que não têm direito à saúde e sofrem com a falta de saneamento básico.¹

Há de se mencionar, ainda, o desrespeito dos “brancos”. Um exemplo claro deste fato é o rompimento da barragem de mineração da Samarco/Vale/ BHP, em Mariana-MG. Os impactos desta tragédia trouxeram prejuízos ambientais, sociais e econômicos. Um dos povos mais atingidos foram os Krenak – cujas terras encontram-se às margens do rio, o qual denominam Uatu (Rio Sagrado/Rio Grande/Rio Doce). As famílias ficaram sem água potável, impossibilitando as atividades sociais, de educação, saúde, cultura, religião, economia e lazer, como afirmam Fiorrot e Zaneti (2017). Até mesmo rappers não indígenas denunciaram esse crime e cobram até hoje por uma saúde de qualidade para os atingidos.

¹ Este fato pode ser constatado na matéria “Mais de um milhão de indígenas vivem em condições de precariedade de saneamento” relativa ao censo de 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41482-mais-de-um-milhao-de-indigenas-vivem-em-condicoes-de-precariedade-de-saneamento>

Destaco aqui o verso que diz “Vem manter o espírito intacto sem comida chegando” (2021), uma referência a miséria que muitos povos ainda sofrem com a fome e a falta de saúde. A malária, desnutrição e a escassez de alimentos são realidades que infelizmente ainda estão muito presentes. Um retrato deste fato é os Yanomami, que passam por uma crise sanitária que já resultou na morte de 570 crianças por desnutrição e causas evitáveis nos últimos anos, segundo Justino (2023). Outro verso é “Seu maior medo é estar na minha pele” (2021), referente ao fato de o povo indígena carregar uma história de luta e massacres, que os “brancos” nem pensam em passar pelo mesmo.

No trecho “Um plano em percurso no tempo/ Foi vários de nós que virou pardo naquela fila” (2021) acredito que o termo “pardo” na música se refere a “perder a origem”. Nossos velhos eram chamados de “cabocos” e “baianos”, um jeito de dizer que não éramos mais indígenas, que os “verdadeiros” indígenas eram aqueles que viviam em 1500. Ainda hoje existe essa mesma ideia, mas com indígenas sem território.

Assim, destaco o porquê da ideia de o direito ao território ser uma das principais, se não a principal reivindicação. Outra música é a “Ka'e Hu” (2023) também de autoria da Kaê Guajajara, trazendo reflexões significativas para vários tipos de público. No primeiro verso, “Eu era uma guerreira/ Conectada com o todo/ Recebendo através dos meus sonhos/ Missões dos meus ancestrais” (2023), vemos logo um ressalto da importância dos nossos antepassados e nossas tradições.

Olhando para o futuro, vejo como uma forma de dar continuidade a toda luta enfrentada antigamente, à retomada da missão dos nossos ancestrais de viverem em paz em sua terra. As músicas da Kaê são sempre cheias de ensinamentos que constroem ideias e derrubam preconceitos. Suas letras também educam e são referência de rap indígena para as juventudes, como o verso que diz: “A falta da ref me fez criar um estilo novo/ A falta do rosto me fez achar que eu tava morto/ A falta dos direitos me fez entender quem eu sou de novo” (2023).

Esse jeito de reivindicar das juventudes indígenas mostra o uso da tecnologia para ensinar e falar de velhas questões que pautamos na luta indígena e que, quando nos vemos sem território, saúde ou educação, entendemos que vivíamos livres nessa terra antes da invasão. Não somos estrangeiros ou ladrões e cada um desses direitos

pertence e sempre pertenceu a nós. Não deveríamos reivindicar aquilo que por obrigação nosso povo deveria ter.



Território ancestral. Para maiores detalhes, acesse o vídeo pelo QR Code ou no link:
<https://www.youtube.com/watch?v=ryzjqudngfM>.



KA'E HU. Para maiores detalhes, acesse o vídeo pelo QR Code ou no link:
<https://www.youtube.com/watch?v=HDds6Katv3M>.



Minha voz. Para maiores detalhes, acesse o vídeo pelo QR Code ou no link:
<https://www.youtube.com/watch?v=glS8Ca7sXZg>.

Brô Mc's

Brô Mc's é considerado o primeiro grupo de *rap* indígena do Brasil, formado em 2009 por integrantes indígenas Guarani e Kaiowá residentes nas Aldeias Bororó e Jaguapiru, localizadas na Reserva Indígena de Dourados no Mato Grosso do Sul. São eles: Bruno Veron (Bruno VN), Charles Peixoto (CH), Clemerson Batista (Tio Creb) e Kelvin Mbaretê. Indígenas.

O Brô Mc's une elementos do *rap* e da música indígena da etnia de seus integrantes e mistura o português e o guarani para expressar a cultura originária em suas canções. As letras de suas músicas citam a afirmação da identidade indígena e relatam as difíceis condições de vida que os povos indígenas vivem no Brasil, com abordagens sobre a luta pela demarcação de terras, o combate ao preconceito e denúncias sobre a violência e os altos índices de suicídio nas aldeias. A história do grupo Brô Mc's inspirou o roteiro do filme *A pele morta*, que está em fase de finalização (Brô Mc's, 2023).

A música “Eju Orendive” (2022) é um chamado de união para a luta pelo território, tanto para os povos indígenas quanto para uma aldeia. A falta de território e de recursos faz os povos indígenas entrarem em conflito e abrem espaço para coisas ruins entrarem na aldeia, como a soberania, a desunião, um parente querer mais que o outro ou até mesmo problemas como drogas e o crime. Fala, ainda, do preconceito sofrido pelos indígenas quando andam pela cidade. No verso “por que nos matamos e morremos?” traz uma profunda reflexão de tantos anos de luta e me faz pensar se progredimos, realmente, nessa luta.

A música “Tupã” (2009), de autoria do grupo Brô Mc's, faz uma grande reflexão sobre como nosso povo é visto desde antigamente, trazendo grandes pautas e vários exemplos de como a sociedade enxerga o “índio”. Logo no primeiro verso, eles dizem “Só o tempo vai dizer o quanto nós sofremos / Pra você ver, uns morrendo, outros vivendo no proceder” (2009). Essa é uma dura realidade que persegue os povos originários do Brasil desde a época colonial. Desde então nosso povo sofre e, de lá pra cá, não tivemos muitas mudanças, pois o indígena continua buscando seu lugar.

Em seguida, os versos “Matança, droga, violência afeta toda comunidade / Batalha sangrenta / E os que sofrem racismo e preconceito vivem como podem / Mas na

Comunidade prevalece a humildade / Sempre levando a palavra de verdade / Através do rap, mostrando a nossa realidade / Periferia da cidade, aldeia” (2009) relatam o dia a dia de como é em muitas aldeias que ficam perto de periferias ou de cidades grandes.

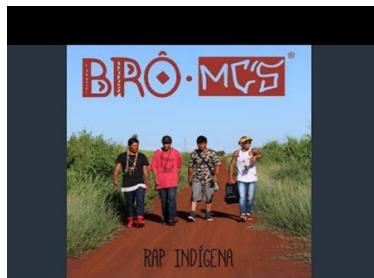
Esse é um problema que afeta não apenas uma etnia, e sim várias, pois ainda hoje ser indígena é associado a coisas “ruins”. Outras partes interessantes que podem ser mencionadas nessa composição, como “Pesquisar e tentar entender o porquê do suicídio / Acha que não tem nada a ver com isso / Mas pelo contrário eu te digo / Você é tão culpado como que antes aqui chegaram” (2009) e, em “Resistência nativa” (2021), “Rap nativo é nós / Tekoá maioria já passou por depressão / Ter motivação, se levanta irmão”, abordam o suicídio vivenciado por muitos povos indígenas, trazendo assim um pedido de atenção à saúde mental entre nosso povo.

“

Reconhecendo a magnitude do impacto dos agravos de Saúde mental sobre as populações indígenas brasileiras, que interferem drasticamente no bem viver e na organização Social destes povos, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) produziu um material com vistas à qualificação da Abordagem do sofrimento psíquico das populações indígenas. Historicamente, as ações de saúde mental ou atenção psicossocial organizaram-se a fim de oferecer cuidados a diferentes situações de sofrimento psicossocial nas comunidades envolvendo, por exemplo, pessoas com problemas devido ao uso prejudicial de bebidas alcoólicas e/ou outras Drogas, situações de violências e suicídios e outros agravos relacionados (Ministério da Saúde, 2019).

A falta de saúde de qualidade gera as reivindicações, principalmente pelas juventudes que veem seu povo sofrendo por isso. Assim como foi citado em partes da música, infelizmente as drogas se tornaram, também, um problema de saúde muito grave em muitas aldeias, uma vez que prejudicam o bem-estar mental e físico dos indígenas. Vemos que essa reivindicação de saúde está muitas vezes ligada ao território. É importante destacar também que a proximidade da cidade coloca os indígenas da reserva em contato com vários problemas próprios do mundo dos brancos, como o excessivo consumo de álcool por exemplo, e demais drogas consideradas ilícitas, tanto por parte dos adultos quanto por parte dos jovens, assim como nos conta Carvalho (2021).

Na música “Resistência Nativa” (2021), de autoria do Brô Mc’s, com participação do rapper Kunumi Mc e do grupo Oz Guarani, vemos o verso que diz: “De diploma na mão, no rolê, no proceder novamente pelas ruas de São Paulo / Gostamos de morar no mato, cola junto aliado muitos nos deixou, mas a luta não acabou,” que faz referência aos estudos. Hoje em dia, a educação de qualidade é primordial para que possamos reivindicar e lutar pelos direitos. Precisamos aprender o que dizem todas as leis e planos que o governo nos impõe para não sermos passados para trás. Com essa reivindicação de educação conseguimos chegar a universidades, e todo conhecimento ajuda na luta indígena, por isso precisamos fortalecer e preparar a base também.



Tupã, Brô Mc's. Para maiores detalhes, acesse o vídeo pelo QR Code ou no link:

<https://www.youtube.com/watch?v=ym37X0grxI8>.



Resistência nativa. Para maiores detalhes, acesse o vídeo pelo QR Code ou no link:

https://www.youtube.com/watch?v=G-TqAeyj4_s.

Wes Tupinambá

Wescritor, nome artístico de Wesley Tupinambá, nasceu e foi criado em São Vicente, com origens na Aldeia Itapoã Tupinambá de Olivença, onde vive o seu avô, José Ramos Amaral, mais conhecido como Ancião Amaral. Aos 18 anos, Wescritor mudou-se para Santos, onde mora atualmente. Ingressou no teatro em 2014, conhecendo a literatura mais a fundo. “Em 2015, comecei a escrever muitas poesias, foram dois anos assim. Me apaixonei pelo Fernando Pessoa, é meu mestre, minha base”, afirmou ele, em entrevista para o site Blog n’ Roll.² Na virada de 2017 para 2018, ele começou a experimentar o *rap*, colocando suas poesias na batida lofi. Passou o ano de 2018 inteiro escrevendo até que, em 2019, teve seu alavanque, se jogando para o mundo da música.

“

O rapper aborda pautas indígenas e reverbera ancestralidade nas rimas. Transita entre letras de resistência, reflexivas, sobre amor e sentimentos [...] O artista se jogou de cabeça no mundo da música em 2019 e desde então, além de singles, coleciona os seguintes trabalhos solo: EP Corpos Laranjas, Mixtape T.R.A.P., Mixtape Comunicação e o EP Dela. Além da qualidade dos sons, Wescritor já possui clipes marcantes, como Caos Indígena, Modificado e Exemplo (Blog n’Roll, 2021).

A música “Tupinambá na baixada Paulista”, na minha opinião, fala de territórios que foram roubados e que hoje são as cidades. Fala da importância de manter a conexão com suas tradições e seu território, mesmo que esteja em outro lugar. Em muitas de nossas músicas falamos de nós e sabemos que outros compartilham da mesma vivência e, por isso, vão se identificar com a letra. Quando vou para Belo Horizonte, tento trazer o máximo da minha cultura e da minha vivência, até mesmo para me sentir mais perto do meu território. Isso também é saúde e é um pouco do que é a “retomada” indígena através do *rap*.

A música “Tupinambá” (2019) de Wescritor, aborda o território e seu “eu” como indígena, já que o território faz parte do ser indígena, uma vez que o tratamos como

² Entrevista disponível em: <https://blognroll.com.br/pega-a-visao-isabela-dos-santos/wescritor-rapper-tupinamba/>

se fosse extensão de nosso próprio corpo. Como diz meu pai, “se a terra é sadia, nós também somos”. Muitas juventudes indígenas não conhecem realmente a extensão de seu território, que foi tomado na época da invasão. Ouvem por relatos ou histórias dos mais velhos, ainda estão se reencontrando com seu território, seja sua aldeia, sua cultura ou seu eu como indígena daquela etnia.



Tupinambá na Baixada Santista (música em coautoria com Kuaray O'ea).

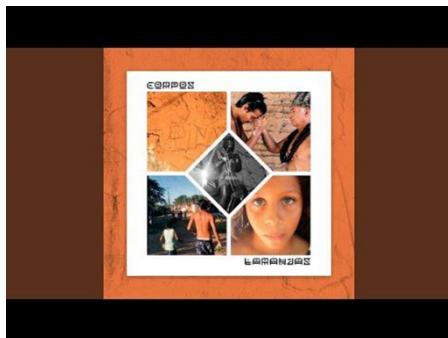
Para maiores detalhes, acesse o vídeo pelo QR Code ou no link:

https://www.youtube.com/watch?v=qg7gd_gJ40o.

Hoje, no *rap* indígena, muito se fala sobre o território, pois é umas das principais, se não a principal reivindicação de um povo, sendo associado a proteção, saúde, educação e existência de um povo.

Uma tendência dos velhos é que, atualmente, são desconfiados e passam isso para os jovens. Sempre que entra um projeto ou equipe querendo estudar o território, eles desconfiam por causa do histórico de roubos que nosso povo sofreu. O Cacique Babau Tupinambá, sobre o território, nos diz que “Chega alguém dizendo que é dono e que quer isso ou aquilo. Aí você vai procurar reagir para sobreviver, porque sabe que fora dali você não tem vida. Todo o significado da sua história está lá” (Oliveira, 2021).

O território também é visto como guardião dos saberes e da história de um povo, por isso o medo de perdê-lo e a coragem para defendê-lo. Isso é mostrado em algumas letras de *rap*, como nessa música de Wescritor, no verso: “Alguns não sabem a dor / Da prepotência / Do ego / Desse sistema lixo / Aprisionando mente / Desde que pisaram aqui / Meu povo ingênuo acreditou / Que tua má fé não existe” (2019).



Tupinambá. Para maiores detalhes, acesse o vídeo pelo QR Code ou no link:

<https://www.youtube.com/embed/mQHK7OeJNVQ?feature=oembed>.



Caos Indígena. Para maiores detalhes, acesse o vídeo pelo QR Code ou no link

<https://www.youtube.com/embed/PA2p4iuHamc?feature=oembed>.

Um ponto que também está ligado à questão do território indígena é a preservação da natureza, que vemos nos versos que dizem “Punho cerrado/ Vocês mereceram isso/ Árvores sagradas caem/ Não vejo falando dos índio”.

“

Os territórios Indígenas estão entre as principais barreiras contra o avanço do desmatamento no Brasil. Nos últimos 30 anos, as terras indígenas perderam apenas 1% de sua área de vegetação nativa, enquanto nas áreas privadas a perda foi de 20,6% (Mapbiomas, 2021).

A música “Caos indígena” (2019), de autoria de Wescritor, também remete à questão do território de uma forma um pouco diferente, como vemos no refrão “é retomada mano é retomada” (2019), que é tomar de volta algo seu. Pode soar, muitas vezes, agressivo, pois passa o sentimento de não esperar que nos entreguem o que roubaram e de termos que ir pegar de volta.

No verso “Eu vou fazer por nós, 519 já sem voz/ Chega disso, é o recomeço” (2019), temos ainda mais esse sentimento de fazer algo e agir diferente do passado. Dessa maneira, vemos muitos *raps* que falam de conseguir de volta o que perdemos nós mesmos, já que a reivindicação pelo território muitas vezes não é ouvida ou aceita pelo governo.

Associamos esse recomeço ao *rap* pois é um jeito atual de luta e é um jeito novo de retomar nossa voz.

Fechamento: Reivindicações dos jovens indígenas através do rap: território, saúde e educação

Os *raps* apresentados aqui convergem para um mesmo foco: buscar melhorias e mostrar o que sofrem os povos indígenas no cotidiano na aldeia e fora dela. Assim, vemos muitos *raps* de protesto e reivindicações e, como nos últimos anos perdemos muitos direitos no que diz respeito à saúde, à educação e ao território, apresentarei de que maneira jovens indígenas reivindicam esses direitos através de suas letras de *rap* e o que transmitem nessas letras sobre os temas.

Os povos indígenas têm o costume de ensinar seus jovens e prepará-los para quando forem adultos ensinarem seus filhos sobre nossas lutas, tradições e costumes. Assim, essas reivindicações são antigas, passadas até as juventudes atuais que, por sua vez, acharam um jeito “atualizado” de lutar. O protagonismo indígena em suas lutas por direitos não pode ser visto como algo recente: os *rappers* desbravam agora com *mikes*³ em novas frentes o que já foi feito só de arco e flecha (Das Neves, 2021, p. 109)

³ Em português, microfones.

Dentre todos os direitos que buscamos, os três principais são o território, a saúde e a educação que, na maioria das vezes são reivindicados nessa ordem, pois se temos nosso território temos um lugar para nos curar, buscar saúde para a natureza, receber seus cuidados e dos nossos encantados. Uma vez que temos saúde, buscamos a educação. Hoje em dia somos roubados por leis, documentos e planos que, para muitos de nós indígenas são palavras difíceis, textos que não entendemos. Então, agora a luta se tornou também uma de papel e caneta, não só de arco e flecha, e, como dizem nossos velhos “Temos que lutar de igual para igual com os não indígenas”.



Cura da aldeia

Fonte: Desenho do autor, 2022.

O território tem o papel de segurança, se tornando a base onde podemos começar a praticar nossa cultura, costumes e crenças, e onde podemos criar nosso futuro. Na falta desse território, os indígenas automaticamente procuram cidades, aumentando, infelizmente, casos de violência e preconceito contra nós. A saúde se tornou indispensável pois ainda temos que buscar tratamento não indígena principalmente quando temos um contato direto com cidades, fazendas, garimpos, dentre outros. Devido a esse contato, muitos territórios sofrem com doenças cujos tratamentos

devem ser na cidade. Dessa forma, devemos ficar bem para depois buscar nossa cura tradicional, tanto do corpo e espírito quanto da natureza que nos rodeia.

A educação se tornou primordial nas aldeias como forma de aprendizado do mundo não indígena e como forma de guardar e repassar os aprendizados do nosso povo. Desse modo, os jovens indígenas buscaram maneiras diferentes de lutar por esses direitos. Uma dessas maneiras foi através do *rap* com letras fortes e batidas que acompanham essa força. Os jovens puderam falar da terra que foi tirada dos parentes que foram mortos pelos brancos, mas também puderam mostrar sua língua tradicional, as pinturas de proteção e, assim, o *rap* se tornou um aliado das juventudes indígenas na forma de busca por direitos e na denúncia de crimes contra seus povos.

Vemos que, para apresentar suas reivindicações, é necessário estudo e vivência. Muitas vezes *rappers* foram forçados a abandonar seu território ainda crianças, crescendo na cidade em meio a conflitos, ameaças de invasores não indígenas, más condições de vida, além do preconceito, da violência e da constante perda de seu território. Tudo isso os inspirou a lutar por esses direitos e a mostrar sua luta através da arte. Inspriou outros indígenas a fazer o mesmo, principalmente as juventudes indígenas, que entendem que as novas tecnologias podem somar muito com as lutas do movimento indígena.

Com os tempos atuais também buscamos formas novas de lutar e, dessa maneira, no *rap* posso contar uma história e denunciar o que meu povo sofre assim como outros povos.

Assim, “a experiência que é inerente à narrativa garante a esta uma redefinição de seu significado que é transcendente e aberto, o que relaciona a memória ao tempo futuro, readequando aquela a este” (Benjamin, 1935 apud Borges, 2018, p. 64)

Dessa forma, a

“

narrativa do *rap* indígena está conectada à experiência dos MC's, independente de aculturação da atual geração formada pelo *rap* para apontar sua versão da história ou para promover suas lutas. Os *rappers* indígenas trazem consigo a manutenção dos valores tradicionais de seu povo, desde a oralidade até sua visão perante a modernidade proporcionada pelo não indígena (Das Neves, 2022, p. 106).

Na minha vivência de indígena Pataxó e *rappor*, tento ao máximo escrever e cantar sobre o mundo indígena que vivo desde que nasci e sobre o não indígena que aprendo a viver cada dia. Minha cultura no *rap* é uma forma de tentar acabar com essa visão de que somos os indígenas de 1500 ou aqueles indígenas criados pelos “brancos”.

Meus *raps* contam minha vivência e a vivência dos povos indígenas em geral.

O *rap* se tornou um aliado forte na luta pela causa indígena, um porta-voz das reivindicações do nosso povo. Assim, vejo que é de suma importância sua parceria com a educação, principalmente a indígena, seja nas aldeias ou em universidades, ajudando a desconstruir o racismo e o preconceito com esse estilo musical.

Precisamos levar nossa mensagem.

A troca de conhecimento é muito importante nesse meio, como cita Edmar Fonseca das Neves em seu trabalho “Rap Indígena Uma nova forma de visibilidade e denúncia do indígena no século XXI”.

“

Por ter sido preciso mais conhecimento técnico sobre as demandas desse estilo na cena para uma indústria capitalista, um dos professores convidou um *rappor* não indígena do grupo Fase Terminal para ir conhecer o grupo Brô Mc's em uma apresentação escolar [...] algo que vai além da soma das consciências individuais dos integrantes e que constitui um pensamento coletivo dos envolvidos – em decorrência do compartilhamento de valores que explicitariam a divisão do trabalho (técnico) (Das Neves, 2022, p. 106).

Como a educação nos possibilita lutar sem precisar do arco e flecha, o *rap* também pode fazer, além de formar um pensamento crítico e criativo em nossos jovens. Falo tanto sobre juventudes indígenas e luta, pois, atualmente essas juventudes têm se destacado em frente a reivindicações antigas de maneira bem atual. Nas redes sociais, por exemplo, percebemos os movimentos e articulações dos jovens, e é, também, desse jeito que os *rappers* vêm se mostrando e ganhando espaço.

Com isso, as lutas e reivindicações dos velhos foram passadas agora para as jovens lideranças, que as fazem de uma maneira atual. Devido ao preconceito, o movimento

de rap indígena teve que criar seus espaços e aproveitar os poucos que são oferecidos, por isso, quando se fala de *rap* indígena, não podemos esquecer do grupo Brô Mc's e da sua trajetória, sem diminuir outros artistas tão importantes para esse movimento.

Vejo que o *rap* pode ser uma metodologia de ensino pois também traz reflexões aos jovens e ajuda produzir conhecimento sobre si e sobre seu povo na sociedade, além de expressar sua realidade contando sua vivência, sua cultura e suas lutas.



Minhas rimas

Espero que minha rima vire flecha servindo quem precise usar

Antes que vire centavos e cédulas e o sistema vem roubar

Ouvi desde pequeno que os txihihãe sempre “teve” o melhor pisar

Seguindo o rasto de quem passou antes mas com sua forma de andar

Conexão perco a percepção quando a força me chama

Eu ouço o maracá preciso então defender meus irmãos

Minhas letras ganham força e eu preciso usar

Mesmo que eu pise no concreto sem a aldeia por perto

Meus naô vão me achar, mas onde ando sigo esperto vou deixar

Nos meus versos awery kana ymamaka tanara aprendo com o sol Minha vó lua na aldeia ou na rua

escrita leva o que tenho a falar

o beat complementa a música poesia de luta com o poder de poder reivindicar

niamissu mātxo cada mc que tá nesse corre a buscar vitória pra sua Aldeia quebrada sua terra

confia que o topo é seu lugar

suniatá'irá uí atxohã pataxó

konehõ upâ tanara nionehõ upâ âgohó

muka'irá kanã pakhê pâx r a p

suniata'irá pakhê pâx r a p

muka mukau txihihãe xohã

awery tanara kanã ymamakã

Agradeço niamissu agredo iō mayõ

Agradeço a âgoho txibá

Acredito em quem eu sou acredito porque devo lutar.

Juventude da aldeia forte além de bela tiveram que aprender lutar

antes da hora receberam a missão daqueles que não conseguiram mais cantar

mas com proteção visão niamussu e os naô pra guiar

hoje tem no coração muito amor um arco e flecha se precisar.

Referências

BORGES, Gabriel Caio Correa. A ideia de narrativa de Walter Benjamin e seus desdobramentos. *Revista Lampejo*, v. 6, n. 2, p. 63-77, 2018. Disponível em: <https://revistalampejo.org/index.php/lampejo/issue/view/13/202>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRÔ MC'S. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia foundation, 2010]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Br%C3%B4_Mc%27s. Acesso em: 22 ago 2023.

CARVALHO, Rodrigo Amaro. O rap indígena como guerra e cultura: desentendimentos entre jovens e antigos acerca do ÑANDEREKO. *Revista Mundaú*, n. 10, p. 70-91, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/11836>. Acesso em: 27 mai. 2024.

DAS NEVES, Edmar Fonseca. Rap indígena: uma nova forma de visibilidade e denúncia no século XXI. *Periferias urbanas*, v. 36, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/6695>. Acesso em: 20 jun 2023.

FIOROTT, Thiago Henrique; ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. Tragédia do Povo Krenak pela Morte do Rio Doce / Uatu, no Desastre da Samarco / Vale/ BHP, Brasil. *Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 6, n. 2, p. 127-146, 2017. Disponível em: <https://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/2444>. Acesso em: 27 maio 2024.

JUSTINO, Guilherme. Entenda a crise de saúde entre indígenas Yanomami e o que a devastação na Amazônia tem a ver com isso. In: Globo, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2023/01/23/entenda-a-crise-de-saude-entre-indigenas-yanomami-e-o-que-a-devastacao-na-amazonia-tem-a-ver-com-isso.ghtml>. Acesso em: 22 ago 2023.

MAPBIOMAS BRASIL. Terras indígenas contribuem para a preservação das florestas. In: MapBiomass. Disponível em: <https://mapbiomas.org/terrass-indigenas-contribuem-para-a-preservacao-das-florestas#:~:text=Os%20Territ%C3%B3rios%20Ind%C3%ADgenas%20est%C3%A3o%20entre,foi%20de%2020%2C6%25>. Acesso em: 20 set. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Atenção psicossocial aos povos indígenas: tecendo redes para promoção do bem viver. Brasília: Secretaria Especial de Saúde Indígena,

Departamento de Atenção à Saúde Indígena, 2019. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Atencao_Psicossocial_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em: 22 ago 2023.

OLIVEIRA, Danilo. Cacique Babau: cientista da resistência, devoto dos saberes ancestrais e patrono do direito à terra. In: Universidade do Estado da Bahia, 29 jun. 2021. Disponível em: <https://agenciadecomunicacao.uneb.br/cacique-babau-cientista-da-resistencia-devoto-dos-saberes-ancestrais-e-patrono-do-direito-a-terra/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

PORTAL do povo Pataxó. Personalidades. [s.d.]. Disponível em: <https://povopataxo.wordpress.com/personalidades-2/>. Acesso em: 7 jan. 2025.



Sobre os autores e organizadores

Adriele Alves da Rocha

Indígena Pataxó residente da aldeia Indígena Trevo do Parque 03 do município de Itamaraju (Bahia). Egressa do Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Pintora de grafismos da cultura Pataxó.

Ailton Nunes Ribeiro

Indígena Xakriabá egresso do Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente Professor da Escola Mambuca, Terra indígena Xakriabá, São João da Missões.

Carolina Tamayo Osorio

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora do Doutorado Latino-Americanano em Educação: Políticas Públicas e Profissão Docente da UFMG. Coordenadora do grupo de pesquisa inSURgir.

Edinalva Fernandes Ribeiro

Indígena Xakriabá egresso do Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente Professora da Escola Bokinuk, Terra indígena Xakriabá, São João da Missões.

Eric Machado Paulucci

Licenciado em Matemática pela UFSCar; especialista em Educação: Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo IFSP; mestre em Educação Escolar pela UNESP e doutorando pela Faculdade de Educação (FaE)/UFMG. Professor Substituto da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do grupo de pesquisa inSURgir.

Estéfani Cecílio dos Santos

Indígena Pataxó da Bahia egresso do Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professora da Escola Indígena Pataxó Barra Velha, Bahia.

Ichaury Alvez Braz

Indígena Pataxó de Minas Gerais, egresso do Curso de Formação para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é secretário escolar na Escola Estadual Indígena Pataxó Bacumuxá, no município de Carmésia, Minas Gerais. Cantor e compositor de rap indígena já premiado em festivais. Desenhista e artista.

Luana Leite Pinheiro Bizerra

Indígena Xakriabá egresso do Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente Professora da Escola Bukinuk, Terra indígena Xakriabá, São João da Missões. Casada com Adilson Gonçalves Bizerra e com dois filhos.

Rafael Antunes Machado

Licenciado em Matemática pela UFMG, bacharel em Engenharia Mecânica pelo Centro Universitário UNA, mestre em educação pela Faculdade de Educação (FaE)/UFMG e doutorando em educação pela mesma instituição. Atualmente, é professor de Matemática nas redes pública e privada de Belo Horizonte e revisor de materiais didáticos. Membro do grupo de pesquisa inSURgir.

Thaís de Oliveira Dos Santos

Indígena Pataxó da Bahia egresso do Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente professora da Unidade de Ensino da Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, Bahia.

Uilian Conceição de Souza Rodrigues

Indígena Pataxó da Bahia egresso do Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é diretor do Colégio Estadual Indígena Bom Jesus Aldeia Indígena Águas Belas, Bahia.

A Editora Selo FaE acolhe textos de professores,
estudantes, egressos e técnico-administrativos
da Faculdade de Educação, especialmente
aqueles produzidos no âmbito
das atividades acadêmicas.

Este livro foi publicado com o apoio da Fundação
de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
(FAPEMIG) – Processo APQ-04927-23.

A presente edição foi composta em caracteres
Impact, Lora e Inter.

Coletâneas

